

EVANDRO DA SILVA PINHEIRO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A ATIVIDADE TURÍSTICA NO PARQUE
ESTADUAL DO GUARTELÁ – TIBAGI, PR**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Geografia,
Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor
de Ciências da Terra, Departamento de
Geografia, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio
Tarlombani da Silveira**

**CURITIBA
2004**

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	viii
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
1. APRESENTAÇÃO.....	01
2. INTRODUÇÃO.....	02
3. METODOLOGIA.....	05
4. CAPÍTULO I - A ATIVIDADE TURÍSTICA INTERAGINDO COM O AMBIENTE CONSTRUÍDO E A PAISAGEM PERCEBIDA.....	08
4.1. Homem – Ambiente: das relações de uso à interação.....	11
4.2. Espaço, Lugar e Paisagem.....	26
4.3. A Percepção Ambiental.....	38
4.4. Percepção Ambiental e a Atividade Turística.....	45
4.5. Atividade Turística em Áreas Protegidas.....	53
5. CAPÍTULO II - ÁREA DE ESTUDO E SEU CONTEXTO REGIONAL.....	66
5.1. O Parque Estadual do Guartelá	67
5.1.1. Características Físico-Geográficas e Biológicas.....	69
5.1.2. Implementação da Unidade de Conservação.....	77
5.2. A Ocupação e Formação dos Territórios – Reflexos Sócio-Culturais na Economia Local e Regional.....	82
6. CAPÍTULO III - O VISITANTE: SEUS VALORES, EXPECTATIVAS E MOTIVAÇÕES REFLETINDO EM SUA PERCEPÇÃO SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ.....	90
6.1. O Visitante e seus Valores.....	91
6.2. Da Informação à Compreensão.....	96
6.3. Da Percepção À Interação.....	101

7. CAPÍTULO IV – A PERCEPÇÃO E A CONDUTA DO VISITANTE NO PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ.....	108
8. CAPÍTULO V – DAS PERCEPÇÕES ÀS CONSTATAÇÕES NA BUSCA DE UMA SITUAÇÃO DESEJADA – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	126
OBRAS CONSULTADAS.....	133
ANEXOS.....	135

1. APRESENTAÇÃO

Na presente dissertação pretendeu-se focar a percepção ambiental e o turismo não só de forma acadêmica, mas sobretudo que pudesse instrumentalizar planejamentos voltados as melhores práticas do turismo em áreas naturais.

Como parte do embasamento científico realizamos pesquisas qualitativa e quantitativa, junto aos visitantes no Parque Estadual do Guartelá (PEG).

Na Introdução apresentamos sucintamente o projeto de pesquisa quanto aos objetivos, metodologia e resultados.

Através de pesquisas bibliográficas, procurou-se formar, ou organizar, pensamentos, conceitos e definições que contribuíssem na compreensão dos aspectos psicológicos e sociológicos, assim como no entendimento dos resultados estatísticos.

No primeiro capítulo buscamos estruturar nossa base teórico-conceitual abordando a atividade turística como uma das formas do homem interagir com o ambiente a partir de suas percepções. Correlacionamos que na apropriação dos espaços e construção de seu território, o homem e o ambiente exercem influências recíprocas.

Como ambiente – construído, natural, sócio-cultural, econômico e político – foi focado para estudo, no Capítulo-II, o Parque Estadual do Guartelá, localizado no município de Tibagi – PR; comentamos sobre o avanço da atividade turística antes mesmo da área ter sido decretada como Unidade de Conservação (UC). Abordamos também o reflexo, desse avanço, sobre as comunidades locais e regionais.

Apresentamos no Capítulo-III os resultados das pesquisas a campo, interpretando os dados registrados e tratados utilizando-se tabelas, gráficos e respostas abertas sobre imagens.

No Capítulo-IV, ao discutirmos as hipóteses, as análises quantitativas e qualitativas nos fizeram compreender os processos perceptivos e cognitivos desenvolvidos pelo visitante que o levavam a condutas nem sempre compatíveis com os objetivos do PEG. As discussões mostram que o envolvimento do visitante e sua tomada de consciência ficaram prejudicadas pela ineficiência nas formas de recepção e orientação atualmente adotadas no Parque, ainda que se mostrassem satisfeitos com a integridade do ambiente.

No Capítulo-V reportamos nossas considerações finais, expondo as principais constatações e as conclusões quanto a percepção, compreensão e interação do visitante com o PEG ao exercer atividades de lazer. Esquematizamos um processo genérico de percepção e envolvimento do visitante em áreas naturais, evidenciando temas, situações e etapas que vislumbrem uma situação ideal. Em face das abordagens esboçamos ainda uma visão e expectativa futura para o PEG.

2. INTRODUÇÃO

Na história das relações trabalhistas uma das conquistas foi a redução da carga horária em trabalho. Somando-se aos avanços tecnológicos, esperava-se maior disponibilidade do tempo à família, as artes, à natureza, enfim a qualquer atividade excetuando-se as trabalhistas; ao que podemos generalizar como lazer pois “toda atividade pode vir a ser um lazer” como citado por DUMAZEDIER (1974).

No modelo econômico atual, concentrador de renda e poder, é notório o processo recessivo e a instabilidade política e monetária. A grande maioria dos trabalhadores, seja qual for sua categoria, tem perdido seu poder de compra necessitando de maior número de horas trabalhadas para recuperar, ou mesmo manter, seu nível de consumo se ocupando cada vez mais com temas relacionados ao trabalho, dispondo de menos tempo para o lazer.

Ainda assim, é indiscutível o crescimento do Turismo como atividade econômica, seja pelo aumento populacional; pela oferta de viagens a preços mais acessíveis em face da maior economia de escala; pela oferta de produtos turísticos mais próximos aos grandes centros, possibilitando racionalizar custo e tempo, tanto para o comerciante quanto ao consumidor .

Outro aspecto determinante refere-se a diversificação e especialização dos segmentos, objetivando ofertar atividades mais próximas as motivações e interesses do turista, cada vez mais exigente.

Podemos afirmar que os fatores *tempo, renda (aspectos sócio-econômicos) e vontade (aspecto psicológico)* interferem diretamente na decisão por uma viagem,

quais atividades e com que intensidade o consumidor pretende usufruir aqueles momentos. Procuram viver intensamente e, na grande maioria, despreocupados com qualquer conotação mais intelectual ou na busca de novos conhecimentos com profundidade. A superficialidade da ocasião nem sempre os leva a compreenderem seu papel nos espaços percebidos, vividos, não possibilitando maior interação com o ambiente.

Considerando-se que o segmento turístico de maior crescimento mundial é o do Turismo em Áreas Naturais¹ e suas modalidades, a preocupação deve ser redobrada, com os impactos negativos e positivos que possam ser gerados pelas atividades turísticas, em face da fragilidade do ambiente em seus componentes natural, econômico e sócio-cultural.

Os gestores dos produtos turísticos têm que planejar e estruturar os atrativos, pensando como propiciar naqueles momentos processos de entretenimento que compatibilizem as atividades de lazer com a ocupação e uso dos espaços de forma sustentável.

Planejamentos inadequados, ou mesmo inexistentes, tem gerado apropriações dos espaços naturais de forma desordenada, muitas vezes sem qualquer ação educativa e/ou orientadora ao visitante sobre o ambiente e as possíveis formas de interação.

Há de se entender como é a dinâmica do Turismo e, sobretudo do turista, ou visitante, denominação mais utilizada ao se tratar do turismo em áreas naturais. Nessa dinâmica, o planejador e o gestor deverão compreender os mecanismos perceptivos e cognitivos que são influenciados pelos valores individuais dos visitantes. São valores atrelados ao conhecimento pelo intelecto e à experiência vivida e recebida. Desta forma, espera-se que eles sejam envolvidos através informações e ações educativas, em ambientes estruturados de forma a propiciar segurança ao visitante e proteção ao ambiente natural.

¹ “Turismo em Áreas Naturais é um segmento do turismo que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos”. T.A.N. subdivide-se em Ecoturismo; Turismo Rural; de Aventura; Histórico-Cultural; Técnico-Científico. (PARANÁ, 2000)

Esperando contribuir para esse contexto foi que elaboramos esse estudo a partir das pesquisas no campo da percepção, formando uma base teórico-metodológica através de revisões bibliográficas e entrevistas aos visitantes do Parque Estadual do Guartelá, no município de Tibagi, Estado do Paraná. Esses estudos fundamentaram nossa dissertação de mestrado, na qual questionamos “qual a percepção e compreensão dos visitantes no Parque Estadual do Guartelá, Tibagi-PR, sobre a atividade turística/ de lazer e o ambiente que lhes são ofertados como *produto turístico*”?

Acreditamos ter respondido o Problema ao atingirmos o Objetivo Geral, assim estabelecido: “compreender a percepção dos visitantes sobre as relações entre o Ambiente e as Atividades Turísticas que se desenvolvem no Parque Estadual do Guartelá”. Mostramos que a compreensão sobre os processos da percepção ambiental, individual e coletiva, é fundamental no planejamento, implementação, operacionalização e monitoramento das atividades turísticas em áreas naturais.

Contrapondo ao problema e direcionando os temas para pesquisas, enunciamos três hipóteses estabelecendo afirmações, ou respostas provisórias, que foram testadas através da análise dos resultados das pesquisas e observações empíricas:

- O desconhecimento pelo visitante, sobre a sua conduta nas atividades de lazer no Parque Estadual do Guartelá, compromete a sua participação na conservação da integridade daquele ambiente.
- O envolvimento dos visitantes, através de informações sobre o Parque Estadual do Guartelá e questões ambientais, poderá levá-lo à tomada de consciência sobre sua conduta na prática das atividades de lazer naquela Unidade de Conservação.
- A *integridade do ambiente* determinará o grau de satisfação dos visitantes.

Especificamente, a essa hipótese, queremos identificar a satisfação, ou insatisfação, do visitante sobre as condições das estruturas, dos serviços e a dos atrativos no parque, ou seja sobre o ambiente que lhe é oferecido a visitar. Queremos também saber do visitante qual sua compreensão sobre os impactos positivos e negativos que possam ser gerados pela visita.

Dos resultados busca-se comprovar que o envolvimento dos visitantes, através de informações sobre o Parque Estadual do Guartelá e questões ambientais, poderá levá-lo à tomada de consciência sobre sua conduta na prática das atividades de lazer naquela Unidade de Conservação, participando na manutenção da qualidade do produto turístico.

Sinteticamente o estudo analisa as interações e influências recíprocas entre o homem e o meio ambiente geradas através da atividade turística. O tratamento dessas questões deve levar em conta a *percepção* dos visitantes e seu entendimento do espaço. Percepção entendida como um reflexo imediato da interação dos sentidos (visão, audição, olfato, tato) e dos valores pessoais (caráter, personalidade, culturais, etc.), revelando os processos subjetivos que perpassam a interação homem/ambiente.

Os resultados darão suporte as propostas de estratégias e ações à administração da referida Unidade de Conservação (UC), voltadas a promover a Educação Ambiental para os visitantes.

3. METODOLOGIA

Na elaboração e construção do projeto de pesquisa e posteriormente na estruturação da dissertação, trabalhamos duas dimensões interligadas, como abordadas por SEVERINO, 1996: a *dimensão técnica* que trata das regras científicas definindo objeto, como abordá-lo e como escolher os instrumentos mais adequados para investigação; a *dimensão ideológica* relacionada com as escolhas do pesquisador sobre o tema: o que pesquisar, qual base teórica e como pesquisar. Afirmamos assim, que é relevante a opção pessoal do pesquisador, e por mais que se busque a imparcialidade nas pesquisas, acreditamos que o conhecimento científico é sempre cultural e socialmente condicionado ao momento histórico de quem observa.

Procuramos desenvolver e analisar as pesquisas sob alguma influência do *positivismo*, para o qual “todo conhecimento humano vem da experiência” e “o empirismo que só vê e observa o que aparece” e, ainda, sob o *enfoque fenomenológico* que “analisa as percepções dentro de uma realidade imediata, buscando o significado e

os pressupostos dos fenômenos sem avançar em suas raízes históricas para explicar os significados” (SEVERINO, 1996).

Realizamos pesquisas bibliográficas com vários dos principais autores da Geografia Cultural, Humanística, da Percepção e Comportamental, assim como do Turismo, da Psicologia e da Educação. Os temas principais da nossa dissertação – percepção, conduta, ambiente e turismo – exigiram essa abrangência, em face da multi-inter-disciplinaridade. Essa abordagem é referenciada em DENCKER (1999, p29-32) onde situa que “o turismo como objeto de estudo se constitui em um núcleo no qual as diferentes disciplinas se entrelaçam, permitindo que seja possível estabelecer um corpo de conhecimentos interdisciplinares.”

Na construção do conhecimento optamos por estudos quantitativos e qualitativos, não os colocando em oposição, mas complementares, observando-se ‘uma identificação com a tradição ‘compreensiva’ ou ‘interpretativa’, retomada pelas pesquisas qualitativas” (DENCKER, 1999, p.35).

Os estudos qualitativos de ALVES-MAZZOTTI (1998, p.131) se caracterizam principalmente pela visão holística na compreensão das inter-relações; pela abordagem indutiva em que o pesquisador adote observações, espontâneas e livres; pela investigação naturalística na qual a interferência do pesquisador é mínima. Essas características conferem ampla liberdade de prospecção, análise e conclusão, exigindo maior introspecção do pesquisador para o problema, desarmado de expectativas.

No campo das relações humanas fica mais nítida essa dificuldade ao se querer focar a percepção e comportamento, como afirmado por DENCKER (1999, p.35) que “...as investigações partem do pressuposto que as pessoas agem em função de suas crenças e valores e que o comportamento não é facilmente interpretável, sendo preciso desvendá-lo”

Como instrumentos de pesquisas adotamos os mais utilizados nas ciências do comportamento e percepção; a entrevista, o questionário e o formulário. Estes dois últimos na realidade compõem um só documento como mostrado no Anexo-1, alternando apenas as situações e procedimentos com que foram aplicados, como elucidamos na seqüência.

Optamos por aplicar 30 formulários com perguntas abertas e fechadas, conforme modelo em anexo. Enfatizamos a análise qualitativa com poucas abordagens quantitativas, assim sendo, as amostragens não seguiram o modelo matemático para cálculo do número de entrevistas.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas: a) o anverso do formulário foi aplicado no Mirante, por um estagiário, o qual avisava pelo rádio-comunicador o nome do entrevistado e o número do formulário; b) no final de seu passeio, o entrevistado se dirigia ao Centro de Visitantes para dar baixa em seu cadastro, então era solicitado que escrevesse, no verso do mesmo formulário, suas percepções sobre fotos afixadas num painel. São fotos das mesmas imagens que ele percebeu ao longo de seu trajeto pelo Parque. Essa forma de entrevista teve boa aceitação por parte dos entrevistados e pelos acompanhantes. A escolha do entrevistado foi de forma aleatória simples.

Os dados para análise quantitativa foram registrados e tratados através de tabelas, enquanto que as respostas às perguntas abertas foram analisadas em conjunto, sendo destacadas as observações que atendessem as hipóteses, os objetivos e o problema. Na seqüência apresentamos a análise e interpretação em capítulo próprio, e posteriormente, a discussão final com a conclusão e proposições nesta pesquisa de Mestrado.

Adotamos concomitantes formas de registro e análise das condutas, de grupos ou pessoas isoladas, complementando o processo de observação e contribuindo nas análises e conclusões.

Realizamos as pesquisas documentais junto ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná com a leitura do Plano de Manejo do P.E. do Guartelá e o Projeto “Desenvolvimento Sustentável para o Entorno do P.E. do Guartelá”, assim como os documentos e registros no próprio Parque, visando a compreensão sobre a área de estudo e suas interações ambientais, econômicas e sócio-culturais.

4. CAPÍTULO I - A ATIVIDADE TURÍSTICA INTERAGINDO COM O AMBIENTE CONSTRUÍDO E A PAISAGEM PERCEBIDA

A base teórico-conceitual deste estudo foi construída objetivando compreender a perspectiva da experiência vivida pelos visitantes ao PEG, ao exercerem atividades naquele ambiente e como estariam interagindo com o mesmo em função de suas percepções.

Nesta linha iniciamos abordando qual, ou quais, linhas de pesquisas, pensamentos, correntes na Geografia buscam dar conta de explicar, interpretar o sentimento e a compreensão das pessoas sobre os espaços e lugares, e as paisagens percebidas.

No início deste século as ciências naturais eram adotadas como referenciais nas pesquisas científicas. Nos anos 50 e 60 as ciências sociais tomam maior corpo na tentativa de negar os aspectos subjetivos da realidade, em que se recusa a levar em consideração os sonhos, os símbolos, as ideologias ou as aspirações místicas. As teorias vigentes então, eram inaptas para explicar as transformações em curso, principalmente no final da década de 60, (CLAVAL:2001, p.55-59).

A geografia cultural tem sua renovação esboçada entre o final e início das décadas de 60 e 70, e que se sedimentou ao longo dos anos 80, no contexto em que se desenvolveram os estudos perceptivos ou, em um nível mais amplo ainda, humanísticos na Geografia.

Esses estudos seguem uma corrente que alguns autores intitulam como Geografia da Percepção, outros como Geografia Comportamental, cognitiva e ainda interpretativa. Pressupõem que “as pessoas se comportam no mundo real não a partir de um conhecimento objetivo desse mundo, mas com base nas imagens subjetivas dele. Representa essa corrente uma interseção entre o geográfico, o psicológico e o sociológico”. (AMORIM, 1987, p.13).

A Psicologia e a Sociologia, como ciências do comportamento e das relações sociais, conscientes ou inconscientes entre pessoas e grupos, interagem de forma muito estreita com a Geografia Humanística pois esta “com base na experiência vivida objetiva interpretar o sentimento e o entendimento dos seres humanos a respeito do

espaço e do lugar” (MELLO, 1990, p.92). Essa corrente de pensamento justifica que se deva pesquisar e explicar o espaço e lugares, relacionando-os às pessoas, para nortear um planejamento em qualquer setor, condizentes à realidade sócio-econômica e ambiental.

Por exemplo, para o setor turístico, RODRIGUES, (2001, p.26) aborda a importância da multi-disciplinaridade ao afirmar que “são muito interessantes as contribuições da Sociologia e a Psicologia, que investigam a percepção e o imaginário que se expressam no comportamento individual e coletivo da demanda turística. Por isso, multiplicam-se os estudos sobre a imagem turística e o comportamento ambiental”.

A percepção ambiental e comportamental, em contraposição à tradicional Geografia Cultural, originou estudos de como determinados grupos sociais e étnicos definem limites e preferências espaciais, refletindo, num sentido mais amplo, na sua postura e conduta frente ao meio que se lhe apresenta.

Os estudos da percepção se contrapõem à visão determinista, face sua análise sistêmica dos componentes interligados, homem – natureza – cultura, tendo como suporte teórico e filosófico nos “valores e representações mentais da humanidade, seja do ponto de vista do indivíduo, seja do ponto de vista dos grupos sociais” (AMORIM, 1987, p.13).

A percepção geográfica vem da observação e entendimento das interações homem-ambiente refletidas no ambiente geográfico, este entendido por CORREA (1997, p.292) como “a natureza e o espaço socialmente produzido, do qual o homem é parte integrante”.

O ambiente geográfico é vivenciado/ percebido sob diferentes formas por grupos sociais, com seus valores e práticas culturais na apropriação dos espaços e lugares, formando seus territórios. Ou seja, a percepção tem uma base sócio-cultural e psicológica adequada a interpretar as informações que o ambiente fornece.

Nessa perspectiva, OLIVEIRA (1977, p.63 e 69), comenta que a teoria de Piaget “é uma explicação cognitiva em que a percepção é encarada como parte integrante da vida do sujeito...em que os aspectos perceptivos estão intimamente ligados aos cognitivos para a construção do espaço”. Ou seja, o observador em contato

direto com o objeto, constrói seu espaço perceptivo através da experiência e do amadurecimento.

Nessa construção, o perceptor se defronta com as variáveis espaço e tempo, o que o envolve tem extensão e duração. A realidade desse meio é restituída ao interpretar e atribuir significados aos objetos percebidos, como cita OLIVEIRA (1977, p.61) que “o conhecimento do mundo físico é tanto perceptivo como representativo”. Isto porque a interação, através da percepção, com o meio não se dá apenas com o sentido da visão, sendo clara a diferença entre o ver e o perceber.

Duas outras correntes mais tradicionais, empirista e inatista, procuram explicar o processo da percepção no espaço visual, comentadas por OLIVEIRA (1977, p.62):

- Empirismo: espaço visual é aprendido e a percepção é inferida (é explicada) da experiência; é o espaço vivido, vivencial;
- Inatismo: o espaço visual é intuitivo e a percepção é inata, ou seja, independe da experiência.

Entendemos que o inatismo não nos dá embasamento teórico para esta pesquisa, pois a nossa representação na Figura-02 (p.41), sobre a percepção, ou ainda, como “vimos” ou “sentimos” o nosso redor, procura mostrar a forte influência dos valores pessoais, que são intrínsecos à experiência de cada um.

O empirismo ajudou a explicar as abordagens e pesquisas junto aos visitantes do PEG, quando estes nos dão respostas quanto as suas percepções sobre os espaços, lugares e a paisagem, ou ainda, sobre o ambiente observado, vivido e experimentado. Nessa interação homem-ambiente, a compreensão como processo interativo se dará a partir do momento em que o visitante for envolvido através de informações e atividades que o integre ao ambiente, re-agregando valores aos processos perceptivos e cognitivos.

4.1. HOMEM – AMBIENTE² : das relações de uso à interação

Se no princípio dos tempos o homem tinha seu temor diante das forças da natureza..... atualmente o temor é da humanidade diante do poder do homem.

O homem sempre procurou expressar sua percepção sobre as relações e interações com o meio em que vive, buscando fontes de inspiração nos mais diversos fenômenos, fossem climáticos ou decorrentes de suas ações sobre o ambiente. Através de seus registros ao longo dos tempos, contando sua história mostrava sua relação com a natureza, apropriando-se de seus recursos no reino animal, vegetal ou mineral para atender suas necessidades.

O registro e perpetuação de sua cultura se propagaram em épocas remotas através de pinturas rupestres, artefatos e verbalmente, relatando fatos de seu cotidiano e situações ainda incompreensíveis ao homem, mas que ele relacionava à sua realidade de forma simbólica, abstrata e mística. Eram tempos em que o homem, na busca da sobrevivência e perpetuação da espécie, se encontrava muitas vezes em situações precárias e frágeis frente às condições inóspitas da natureza.

Na Mitologia³ encontramos a narrativa sobre a organização do reino animal, quando os deuses designaram Prometeu e Epimeteu a escolher e distribuir entre as espécies, atributos e dons “guardando um justo equilíbrio na divisão de modo que nenhuma raça se visse obrigada a desaparecer” (SEMA, 2002, p.9).

Após Epimeteu ter gastado todas as faculdades com o animais irracionais, Prometeu percebeu que “o homem estava nu, descalço e sem defesas contra a intempérie, nem armas naturais” (SEMA, 2002, p.9). Prometeu, então, decidiu roubar de Hefestos e Atena, o fogo e o conhecimento com o objetivo de entregá-los ao homem. Com estes dotes o homem passou a se apropriar dos recursos ambientais para seu uso.

² Ambiente, meio-ambiente, espaço, lugar, território e outros termos mais comuns que são utilizados para se referirem a locais, em várias escalas de delimitações, com os quais o homem se relaciona e se interage, serão empregados tanto para o rural quanto ao urbano.

SILVEIRA, 2002, conceitua ambiente composto de 5 outros ambientes mas interagidos em teia: o construído; o sócio-cultural; o econômico; o político e o natural

³ FERREIRA, 1975: História fabulosa dos deuses, semi-deuses e heróis da antiguidade greco-romana; Ciência estudo ou tratado acerca das origens, desenvolvimento e significação deles.

Dotado ainda da propriedade de emitir sons articulados, comunicando-se procuravam se reunir em comunidades para defenderem os seus espaços e interesses. O mesmo meio da comunicação, facilitador da união, passou também a ser da discórdia e dispersão.

Foi então que Zeus, intervindo para salvar o gênero humano, enviou Hermes para entregar aos homens o respeito recíproco e a justiça, criando laços de solidariedade e concórdia entre os cidadãos. Se o conhecimento, ou habilidades técnicas, não foi dado a todos, por outro lado “Zeus determinou que todos participassem da arte política....e os que se negassem a partilhar deles fossem expulsos da comunidade humana” (SEMA, 2002, p.10). Sem dúvida o simbolismo é muito claro para representação de uma forte conotação do coletivo sobrepondo-se ao individual.

Desde os primórdios dos agrupamentos pelo *Homo sapiens*, ha 150.000 a 100.000 anos⁴, o homem enquanto caçador e nômade, já descobrira que na sua luta pela sobrevivência, a caça coletiva era mais produtiva que se a praticasse isoladamente. Dominava o fogo e desenvolvia ferramentas rudimentares, atendendo suas necessidades elementares em vestimentas e alimentos.

Estima-se que entre 18.000 a 10.000 anos passados, os grupos ainda nômades caçadores-coletores tenham iniciado alguma agricultura, não propriamente como descoberta, mas num processo de evolução e adaptação às condições ambientais. Não era só o componente ambiental que condicionava esse processo, mas as transformações sociais frente a formação de grupos maiores, demandando maior volume de alimentos e espaços, acrescentando-se ainda as dificuldades estratégicas nos deslocamentos.

A sua permanência num determinado espaço, construindo seu território, ao interferir no meio-ambiente seja pelo uso do solo ou pela apropriação dos recursos bióticos, provocava alterações negativas (menor fertilidade natural do solo e redução da caça), prejudicando a continuidade dos grupos naquele espaço, forçando-os a se deslocarem, situação que se encontra ainda hoje em alguns raros aldeamentos aborígenes.

⁴ SEMA, 2002, p.60

Frente aos novos ambientes eram obrigados a moldar os espaços e lugares, alterando as paisagens por onde passavam; em última análise registrando-se uma civilização numa determinada época a sua territorialidade.

Nos permitindo e ousando dar um salto até os tempos contemporâneos, observa-se que na trajetória da humanidade aqueles processos vêm se repetindo, obviamente guardando as proporções no tempo de ocorrência e suas dimensões territoriais, sociais, tecnológicas, econômicas e política.

KOLBASOV (1983), citado por CASSETI (1991), expressa que nessa interação com a natureza,

“a essência do problema ecológico da sociedade contemporânea consiste em assegurar a conservação, a reprodução e o melhoramento das condições naturais da terra, favoráveis a vida do homem, e o processo de desenvolvimento contínuo das forças produtivas, a cultura e a organização social”

Nos apresentamos ainda sob a mesma visão antropocêntrica, como dominador da natureza, nela podendo interferir indefinidamente, ininterruptamente e indiscriminadamente para que a espécie humana se perpetue. Ignoram-se as modificações que possam ocorrer nas inter-relações entre os componentes biofísicos (solo-ar-agua-flora-fauna), os quais sustentam as atividades produtivas.

Não se concebe mais que estudos das relações, ou interações homem-ambiente, sejam realizados em separados, pois “a natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é a condição concreta, então, da existencialidade humana” (MOREIRA, 1994). A separação, nos processos de ensino e aprendizado, entre as ciências da natureza e ciências humanas dificulta a análise e compreensão das interações homem-ambiente.

O modelo desenvolvimentista econocêntrico considera os recursos naturais para a produção de riquezas como se fossem inesgotáveis, visão imediatista, não levando em conta gerações futuras. Michel Bosquet⁵, citado por URBAN (1997, p.393), faz uma análise sobre esses desequilíbrios provocados pelo esforço de sobrevivência, os quais não poderiam ser evitados:

⁵ MICHEL BOSQUET. *Ecologia y Libertad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli S/A, (1980?).

“A natureza não é intangível. O projeto ‘prometeico’ de dominá-la ou domesticá-la não é, necessariamente, incompatível com a inquietude ecológica. Toda cultura exerce uma ação invasora sobre a natureza e modifica o meio ambiente. A questão nova que a ecologia propõe fundamenta-se em saber:

- se as transferências que a atividade humana impõe ou arranca à natureza preservam os recursos não renováveis;
- se os efeitos destrutivos da produção não superam os efeitos positivos em razão da excessiva pressão sobre os recursos renováveis.”

Essas questões, levantadas por BOSQUET no início dos anos 80, têm sido discutidas exaustivamente, passando pelo encontro ECO-92, no Rio de Janeiro, enfatizadas em Kyoto-Japão e culminando no encontro RIO+10, em Johannesburgo-Africa do Sul. Esses eventos trouxeram à tona, e popularizaram, algumas repostas aquelas questões no crescimento da economia mundial sob o modelo econômico centralizador.

Se antes havia alguma dúvida sobre os malefícios gerados pela exploração desenfreada por qualquer tipo de atividade econômica, hoje se pode afirmar que é forte uma consciência coletiva sobre as questões ambientais, ao menos no âmbito informativo. Não obstante, os resultados práticos, na diminuição do potencial poluidor pelos países-centro, ainda não surtiram efeitos satisfatórios à humanidade.

Qual deveria ser a postura frente ao processo produtivo na apropriação e uso dos recursos ambientais, escassos e esgotáveis, aliando-se à eficiência econômica?

- Produção para a geração presente a qualquer preço, sob um equilíbrio discutível?
- Proteção ambiental para geração futura a qualquer custo, sob processo expansionista na produção de forma sustentável?

Em quaisquer das situações o desperdício deve ser evitado, ou ainda, primordial buscar a racionalização no uso dos fatores de produção, como citado por BOSQUET⁶ que se deve “criar um mínimo de necessidades e satisfazê-las com o menor dispêndio possível de matérias-primas, energia e trabalho, causando o menor dano possível ao ambiente”.

“Crescer com desperdício nada mais é do que multiplicar a escassez” (URBAN, 1997, p.394). Nesta frase de efeito a jornalista foi muito feliz em sintetizar que a utilização de recursos de forma indiscriminada levará ao esgotamento dos

⁶ In URBAN, 1997, p.394

mesmos. Expressa ainda que na realidade a forma de consumo é que determinará a diferença. Em SEMA (2002, p.21) afirma-se que ‘nos últimos 40 anos o consumo da espécie humana foi maior do que o consumo de todas as gerações anteriores somadas, desde o aparecimento do homem’

A organização ambientalista WWF (Fundo Mundial para a Natureza) cita em seu Relatório Planeta Vivo 2000⁷, que precisaríamos de mais duas TERRAS para atender as necessidades em alimentos, materiais e energia, se cada habitante pudesse consumir nos mesmos padrões de um cidadão norte-americano médio.

Mesmo que questionemos se aquele padrão, ou forma de consumo como citamos acima, pode ser exagerado, ainda assim se considerarmos padrões mínimos de dignidade a um cidadão ter o direito à moradia, alimentação, saúde, educação e lazer, que número vamos encontrar? Uma, uma e meia ou mais metade de outra TERRA?

Já em WILSON (2002, p.170), ele comenta que precisaria mais quatro planetas iguais a TERRA, pois segundo um relatório das Nações Unidas de 1999, as diferenças de renda entre o quinto da população mundial mais rica e o quinto mais pobre, era em 1960 de 30:1, saltando em 1995 para 74:1. Ou seja, um quadro tipicamente concentrador.

Qualquer que seja o resultado que as pesquisas venham encontrar, indiscutivelmente está se perdendo a capacidade de renovação da biosfera, causada por processos indevidos e acelerados na ocupação e uso dos espaços e apropriação dos recursos ambientais para atender o crescimento populacional e do consumo.

Não se concebe mais processos ocupacionais, em qualquer escala, sem que haja planejamento territorial contemplando re-ordenamento e organização dos espaços. Nesses espaços, seus elementos físico-geográficos e biológicos formam um conjunto indissociável com influências mútuas refletindo em constantes re-configurações no ambiente, ou ainda, na paisagem.

Alguns autores trabalham com o conceito de “geossistema” para se referirem à organização físico-geográfica e biológica dos espaços.

BERTRAND (1997), considera “geossistema” como base para os estudos de organização do espaço, sob combinação e interação do “Potencial Ecológico” (meio

⁷ SEMA, 2002, p.22

abiótico), com a forma de ‘Exploração Biológica’ (meio biótico), interveniadas por ‘Ações Antrópicas’⁸. Ele afirma que ‘o geossistema está em estado de clímax quando há um equilíbrio entre o potencial ecológico e a exploração biológica’. Sabe-se que essa condição é dinâmica e, por conseguinte instável, em face do potencial ecológico e a ocupação biológica apresentarem grande variabilidade e inconstância no tempo e no espaço.

De certa forma é o que DREW (1986, p.18), concluiu no capítulo sobre o Homem e o Ambiente ao afirmar que ‘à escala da manipulação ambiental no tempo e no espaço deu origem às variadas paisagens culturais da Terra’. Aborda ainda que ‘a capacidade do homem para modificar a natureza é limitada pelo nível tecnológico e dos recursos econômicos..’, sendo levado por motivações a se atingir o bem-estar, segurança e lucro. Externa ainda sua preocupação com esse processo exploratório ao concluir que ‘à medida que a sofisticação tecnológica e político-econômica aumenta, cada vez menos se torna previsível o comportamento do homem em relação ao ambiente, em termos de fatores naturais’.

Nesses processos temos situações contraditórias, de concentração e dispersão de riquezas e poder, entre hemisférios, continentes, países e sociedades, refletindo as desigualdades nas formas de consumo dos recursos e destino de seus resíduos, sem se preocuparem com o efeito no meio-ambiente global. Sabe-se que a emissão crescente de combustíveis fósseis na atmosfera tem resultado nas mudanças climáticas. As florestas diminuíram por desmatamentos, os desertos cresceram, o número de espécies diminuiu, o gelo está derretendo elevando o nível dos mares; enfim, caminha-se para o lado errado. Na grande maioria dos casos, a extinção de espécies animais não se deve à caça direta, mas a destruição do *habitat*. Isto se deve ao fato de que as formas de exploração na economia global estão fora de sincronia com os ecossistemas da Terra, como preconiza BROWN (2003), do Worldwatch Institute, em sua recente obra *Eco-Economia*, construindo um conceito da economia ambientalmente sustentável.

Denota-se despreocupação com a perpetuação das espécies e com as gerações futuras, ou seja, em última instância, com a sustentabilidade da vida sobre a TERRA.

⁸ Em FERREIRA (1975, p.108), ‘antrópico, diz-se das vegetações resultantes da ação do homem sobre a vegetação natural’; ao que nos levará a usar o termo ‘atividades humanas’ para dar conta, com maior abrangência, a compreensão sobre as ações do homem e os reflexos no ambiente.

Pesquisas no campo da biodiversidade têm descoberto novas espécies, muitas em processo de extinção, com potencial para nossa alimentação e saúde, mostrando o quanto nosso mundo é mais rico do que imaginávamos.

Lester Brown, citado por CAPRA (1996, p.24) deu uma definição de sustentabilidade, simples mas bem objetiva: “Uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.

Na Conferência da Biosfera, em Paris, em 1968, se preconizou um modelo denominando-o “desenvolvimento sustentado”, que procurava despertar para a necessidade da conciliação do desenvolvimento econômico e social com a conservação⁹ dos recursos naturais, expressando-se em três princípios: “a importância da manutenção dos sistemas de sustentação da vida; a necessidade de preservar a diversidade genética; a utilização de recursos naturais de forma sustentável” (SEMA, 2002, p.20).

A Conferência de Estocolmo, em 1972, pode ter sido um marco inicial nas discussões mais abertas sobre “desenvolvimento sustentável”¹⁰. No início, de um lado duvidava-se das intenções dos países-centro se não estariam pensando na verdade em manter estoques de recursos para seu proveito. Do outro lado, os países-periféricos, Terceiro-Mundo ou em desenvolvimento, viam como obstáculo ao crescimento de suas economias. Muitos cientistas políticos acreditam que ainda persistem estes questionamentos.

Na Conferência ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, se consolidou o conceito “desenvolvimento sustentável” e hoje é reconhecido e abraçado como objetivo comum da comunidade internacional. A Agenda 21, como documento-compromisso, assumido pelos países representados naquela conferência, assinala “o

⁹ **Conservar** um recurso natural é usa-lo para o desenvolvimento econômico e social sem, no entanto, esgota-lo ou alterar suas características essenciais. **Preservar** é não usa-lo, mantendo-o intacto e protegido de qualquer tipo de ação antrópica (SEMA, 2002, p.147). Em WETTERBERG (1997, p.124-126) encontramos uma visão mais da linha produtiva para o mercado; que preservar é manter algo que possa ser utilizado de forma sustentável mediante uma conservação contínua.

¹⁰ O autor (mestrando) questiona este termo por considerá-lo pleonástico, pois o desenvolvimento é resultado do crescimento utilizando-se os recursos de forma sustentável, ou seja, que se perpetuem as próximas gerações. Ou ainda, a sustentabilidade é uma forma, uma ação ou resultado dela; cabendo melhor à palavra *desenvolvimento* um advérbio de intensidade (muito, pouco, menos), ou uma flexão em grau (comparativo, superlativo) do adjetivo e advérbio. Esta opinião fundamenta-se nos princípios da Conferência da Biosfera, 1968.

início de uma nova associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável” que possa:

- Garantir satisfação das necessidades básicas dos povos;
 - Elevar a qualidade de vida de todos;
 - Consolidar ecossistemas melhor protegidos e gerenciados;
 - Ter a perspectiva da construção de um futuro mais próspero e seguro à população mundial.
- O documento versa que essas metas “são metas que nação alguma pode atingir sozinha”.

Ainda na ECO-92 foi firmado o Protocolo de Kyoto, que vem sendo negociado desde 1997, na realização da Conferência de Kyoto. Objetivamente se pode afirmar que o evento veio dividir o mundo, conceitualmente em dois princípios quanto as políticas e formas de se apropriar e utilizar os recursos. De um lado os países desenvolvidos, incumbidos de reduzirem suas emissões poluentes ou investirem em projetos como medidas-compensatórias, ou seja, seria como a figura do Poluidor-Pagador. De outro lado, os países em desenvolvimento ou sub-desenvolvidos, poderiam vender seus “direitos ou saldos” de emissão, comparando -se à figura do Protetor-Recebedor¹¹.

Assim como internamente aos países, também entre as nações não há transferência de riquezas, sendo o crescimento econômico acompanhado do crescimento das disparidades sociais. Esse modelo, conceitualmente distributivo, poderá diminuir diferenças gritantes entre países centro e periféricos se os investimentos se destinarem a uma economia de reciclagem em contraposição à economia atual de descarte, assim como na mudança do modelo energético baseado no carbono para outro, baseado no hidrogênio, saindo basicamente dos combustíveis fósseis para fontes renováveis de energia, como solar, eólica e geotérmica.

Em 2002, na cidade de Johannesburgo, se reuniu a *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* (RIO+10) para avaliar os resultados pós a ECO-92 e o progresso na implementação da Agenda 21. Foi voz corrente, exemplificada pelos

¹¹ Analogia ao artigo **Princípio Protetor-Recebedor** do Jornalista Maurício Andrés Ribeiro, revista ECO-21, n.78, maio/2003, Rio de Janeiro.

depoimentos registrados em reportagens¹², que os resultados da *Cúpula* não tiveram avanços além dos alcançados pós RIO'92. Houve grande estímulo à participação da sociedade organizada, não governamental, mostrando a importância da democratização das discussões em todas as esferas, concernente ao conceito do desenvolvimento sustentável. Face aos índices mundiais de pobreza e concentração de renda e poder, fica evidente que os problemas sociais e ambientais continuam agravados pelo modelo desenvolvimentista injusto e excludente. As metas para frear o ritmo de devastação do planeta foram consideradas tímidas. As metas para frear o ritmo de devastação do planeta foram consideradas tímidas. Edward Wilson, renomado biólogo, declarou que “a única saída para reverter o quadro previsível de esgotamento natural está no avanço científicoe na disposição das pessoas em alterarem seus padrões de consumo” (MENCIONI, 2002, p.80).

Sem dúvida estamos abordando palavras de um re-ordenamento, ou ainda, mudanças de paradigmas que possam re-estruturar processos que movem os sistemas econômicos, sociais e ambientais, todos integrados.

A mudança de paradigma proposta por CAPRA (1996, p.27)¹³, envolve muito mais do que o homem no processo produtivo, mas um novo ordenamento social. A mudança de valores referenciais só se conseguirá quando houver mudanças dos valores econômicos: conseqüente inversão do modelo econômico centralizador para outro mais coletivo ou distributivo frente ao quadro mundial de pobreza crescente;

Embora para os tradicionais setores da economia mundial possa parecer ingênua ou sonhadora esta proposta, os novos paradigmas citados no rodapé vêm ganhando corpo nos discursos sobre Meio Ambiente e Sociedade, respaldando acordos que prometam “conservação dos recursos, a cooperação entre países pobres e ricos e a parceria entre o público e o privado, sociedades e governos”(URBAN, 1997, p.397).

Como o termo “desenvolvimento sustentável” passou a ter um grande apelo de *marketing*, atingindo rapidamente a opinião pública, percebe-se um grande jogo de

¹² Duas reportagens: a) Darlene Menconi et al, *Talvez em 2015*, ISTOÉ, n.1719, 11/9/2002. b) Marina Silva, *ONU, ouve a voz da floresta*, discurso na 11ª Sessão Anual da ONU, **ECO-21**, n.78, maio/2003.

¹³ Mudanças de valores *auto-afirmativos* como **expansão-competição-quantidade-dominância** sendo substituídos por valores *integrativos* como **conservação-cooperação-qualidade-parceria**.

cena politicamente correta defender este modelo, ao menos enquanto não representar riscos ou ônus econômico.

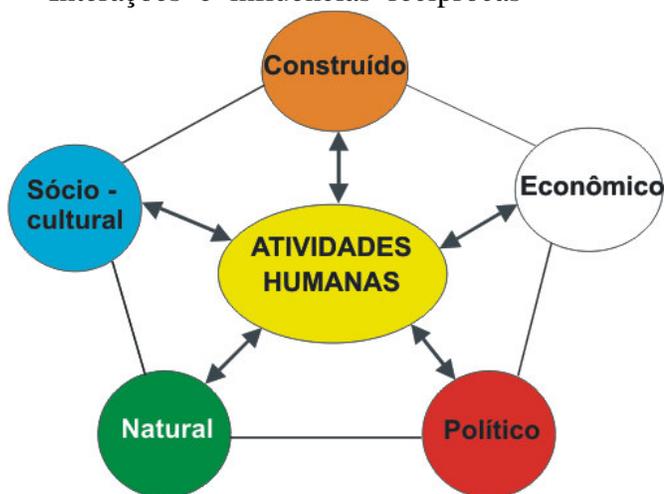
Do teórico, discursivo ou sonhador, à prática, ainda permanece um hiato muito grande, principalmente quando fere interesses econômicos. Retoma-se aquelas discussões entre o interesse público na geração de trabalho e renda, enfocando-se o desenvolvimento na vertente do social, e os interesses na conservação ambiental, que também tem o mérito coletivo.

A partir dessa desculpa “tudo se pode”, nada pode frear os “interesses coletivos na melhoria de vida das minorias sociais”. Em prol do maior lucro e conseqüente maior arrecadação, estabelece-se o confronto entre a conservação e o desenvolvimento: extensas áreas continuam sendo desmatadas e ocupadas com monoculturas agro-silvo-pastoris; pouca ou nenhuma aplicação da legislação ambiental quanto a utilização de tecnologias no tratamento de efluentes lançados por indústrias; expansão de programas de reciclagem vem ocorrendo próxima a lugares onde a escassez de matéria-prima pode comprometer alguma produção e aumentar o custo final; expansão urbana se dá para atender uma demanda em mão de obra industrial a menor custo, muitas vezes sobre solo que deveria ser preservado, como mananciais; escolha de locais para instalação de aterros sanitários sob critérios nem sempre técnicos; enfim, situações como tantas outras ainda não citadas, em que se questiona se realmente resultarão em melhor qualidade de vida.

A “qualidade de vida”, tem se tornada mercadoria com alto valor acessível a poucos que possam pagar por sua manutenção. Ela perpassa, entre outras condicionantes, e principalmente, pela qualidade do ambiente no qual as pessoas exercem suas atividades, sejam econômicas, de estudo, pessoais ou de lazer.

Na Fig.01 procuramos representar essa interação do homem com o ambiente em que ele estiver praticando suas atividades, sejam econômicas, de estudo, pessoais ou de lazer e os reflexos sobre ambos. Nos apropriamos do conceito de ambiente de SILVEIRA (2002) por propiciar um entendimento mais amplo.

Figura 01 - QUALIDADE AMBIENTAL x ATIVIDADES HUMANAS
Interações e influências recíprocas



Organizado por PINHEIRO, referente abordagem de SILVEIRA, 2002

SILVEIRA (2002), conceitua como meio-ambiente um sistema aberto composto por outros ambientes e momentos em que o homem esteja exercendo suas atividades. A intensidade, a forma, o tipo de atividade e o perfil do praticante, são condicionantes que determinarão o nível de influências mútuas nessas interações e o reflexo na qualidade ambiental.

Portanto, seja pela ótica da produção, uma área estar disponível como reguladora de estoque de recursos bióticos e minerais, ou por algo intangível como a paisagem¹⁴, a qualidade ambiental passa a ser valorada tal qual a matéria prima para transformação, possuindo valor de uso e troca. No caso da paisagem, ela tem seu valor dimensionado e agregado como componente formador de produtos de lazer¹⁵ e turismo.

O Turismo tem sido classificado como das principais, senão a principal atividade econômica nas últimas três décadas, para o desenvolvimento de muitos países, estados e municípios. Na sua “cadeia produtiva” encontramos processos

¹⁴ Este tema será abordado com certa ênfase em item específico.

¹⁵ Ao lermos DUMAZEDIER (1979, p.87-128), no Capítulo “A querela das definições”, observamos que ele preconiza várias definições: - mesmo o trabalho profissional pode vir a ser um lazer; - o lazer em referência ao *não-trabalho*, assim como Karl Marx o define em várias citações em relação ao trabalho profissional; - a exclusão das obrigações doméstico-familiares; - e ao que o autor demonstra sua tendência, ao longo da obra, ao “destinar o vocábulo la zer..ao tempo outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirtuais e sócio-políticas” (p.91).

idênticos aos demais setores da economia, com os quais relacionamos: os atrativos como matéria prima; as estruturas ou equipamentos turísticos como se fossem os imóveis comerciais ou fabris; e os serviços comparamos à mão de obra operária ou comerciante. A interação desses componentes – atrativo + infra-estrutura + serviços – é que vem a formar o *produto turístico*¹⁶.

Esses produtos permitem que o visitante pratique inúmeras atividades, relacionando-se com diversificados ambientes, agrupados genericamente em quatro grandes espaços: costeiro; rural; natural e urbano.

Alguns fatores determinarão sob quais condições o lazer ou turismo poderão ser implementados e operacionalizados de forma a permitir a *melhor interação das pessoas com o meio e que as influências recíprocas* sejam as mais positivas possíveis. Entre várias condicionantes consideramos as mais importantes: intensidade e abrangência das atividades; perfil da demanda; características locais (biofísicas, infra-estrutura, serviços); organização territorial (distribuição espacial dos produtos, estrutura sócio-política e desenvolvimento econômico).

Portanto, o Turismo como nova fronteira, em face da crescente demanda, também vem se apropriando dos espaços/ lugares, exigindo estruturas e alterações nos ambientes e interferindo nas paisagens, com resultados já conhecidos pelas tradicionais formas de produção de bens: maior produção de resíduos; degradação do ambiente; nada diferente dos tradicionais processos industriais e agro-silvo-pastoris. Se não bem planejado o Turismo também contribuirá para destruição do *habitat* e conseqüente perda da integridade ambiental, prejudicando em última análise o próprio produto turístico.

Relendo os parágrafos anteriores neste título, identificamos que a sustentabilidade no Setor Turístico, por suas peculiaridades, exige que a “matéria-prima” meio-ambiente, e nele o atrativo, “integre-se ao planejamento turístico, obedecendo às regras básicas de gestão do ciclo produtivo, onde fornecedores, produtores e consumidores racionalizam a utilização e a exploração da matéria-prima

¹⁶ **produto turístico** - é o conjunto de bens e serviços turísticos, atrações, acessos e facilidades colocados no mercado, à disposição de visitantes e turistas, em conjunto ou individualmente, visando atender suas necessidades, solicitações ou desejos. (PARANÁ, 2000)

de forma a garantir a produção e o consumo” (FLORES, 2000, p.87). Esse conceito é indissociável do equilíbrio entre as necessidades do capital e dos demais componentes ambientais e sócio-culturais.

Podemos relacionar inúmeros exemplos das contradições geradas pelo crescimento do Turismo, que se sabe hoje, ter ocorrido sem planejamento. Nas comunidades pesqueiras por exemplo, ao constatarem a redução do volume de pescados (pesca predatória, degradação do habitat), e a expansão das atividades em lazer, passaram a utilizar seus barcos para transportar os visitantes. Muitas vezes as esposas e filhas, que antes confeccionavam artesanatos passaram a trabalhar sazonalmente em funções domésticas nos meios de hospedagem e alimentação.

De um lado tivemos o ingresso do pescador na atividade turística de forma marginal e do outro, o artesanato passaria a ser artificializado (nem sempre com materiais originais) e outras tradições descaracterizadas. Alterou-se assim uma forte e tradicional relação de gerações, entre o ambiente e o homem, prejudicando mais enfaticamente os princípios de sustentabilidade *sócio-cultural* e *espacial*, como citados em SILVEIRA (1997, p.90-91).

Citamos este exemplo, pois é na costa brasileira que muitos investimentos multinacionais estão sendo aplicados em *resorts* e outros complexos turísticos nos mesmos moldes dos seus países de origem, ou atendendo desenhos homogêneos internacionais, descartando a população local em participarem, a não ser como fornecedora de mão-de-obra barata.

Constata-se pois que o Turismo vem trilhando os mesmos caminhos do modelo econômico globalizado, onde as empresas detêm alcances transnacionais, acima dos poderes do Estado e indiferente aos interesses das comunidades tradicionais, defendendo tão somente interesses corporativos. Esse pensamento é compartilhado por GUATTARI (1995, p.8) ao afirmar que o Turismo “se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e de comportamento”.

Espera-se a reversão progressiva desse quadro a partir do momento que as “políticas de turismo tenham com o suporte a dinâmica local, o planejamento territorial

e a gestão participativa” (SILVEIRA, 1997, p.94), resultando num desenvolvimento integrado do turismo sustentável.

A sustentabilidade no Turismo passa obviamente pelo melhor uso e interação com o meio, ações estas, determinadas por condicionantes já citadas em parágrafo anterior: intensidade e abrangência das atividades; perfil da demanda. Qualquer que seja o tipo de atividade praticada é importante entender qual a percepção e compreensão que o visitante tem sobre sua participação em momentos de lazer no ambiente que lhe é ofertado como produto turístico.

É importante buscar esse entendimento tanto no momento do diagnóstico quanto no monitoramento durante a operacionalização da atividade. Essa análise permeia pelo campo da psicologia, do sensorial ou do subjetivo, estágios até mesmo anteriores à sensibilização e conscientização.

Esse enfoque é um dos grandes diferenciadores entre o Turismo e os demais setores produtivos, ao analisar o visitante, através do seu comportamento, do nível de conhecimento e de sensibilização sobre o ambiente em que esteja se inserindo, que comprometimento ele poderá ter com a conservação dos atributos de um determinado produto turístico.

Em qualquer espaço a paisagem é sem dúvida um dos, senão o mais importante componente a ser oferecido ao visitante em seu momento de lazer. Ela nos mostra o ambiente físico e suas características que se tornam fonte de valores na construção do ambiente percebido ou vivenciado pelo homem (visitante e local), como citado em HEIMSTRA (1978, p.4-7).

A expressão dessa relação está intimamente ligada aos valores pessoais e suas motivações, dificultando em muitas situações o diagnóstico e valoração da paisagem como atributo em uma atividade econômica, fazendo-se novamente exceção, ou o diferencial, das demais atividades produtivas.

Mais uma vez, pelo exposto, ressalta-se a importância de que também no Turismo não se adote o modelo econômico centralizador ou globalizante, mas que se adote o respeito à comunidade local, às suas características ambientais e ao visitante como indivíduo único. A compreensão e o respeito às individualidades poderá elevar a

auto-estima das pessoas (morador e visitante), facilitando a consideração para com o meio coletivo, contribuindo à conservação do Patrimônio Natural/ Cultural.

Têm sido crescente o número de pesquisadores, autores e várias instituições da sociedade organizada que têm se dedicado a interpretar as relações e interações entre o homem e o ambiente, sendo unanimidade a conclusão de que sob o atual modelo desenvolvimentista a intenção tem sido uma só: “tirar da natureza o máximo possível com o mínimo de trabalho” (URBAN, 1997, p.400).

Algum crescimento até pode ser experimentado, com ganhos econômicos, mas questiona-se a que custo ambiental e sócio-cultural. O desperdício é notório nessa forma de exploração, vindo a faltar posteriormente os recursos para continuidade da economia e posterior distribuição da riqueza e/ ou do conhecimento. Tal quadro nos faz pensar se já não seria o momento histórico de se *crescer menos para ser melhor*. As decisões que tomarmos serão nesta geração, mas com reflexos para todas as gerações futuras das espécies vivas na Terra.

Buscamos também na Mitologia inspiração para nossas palavras finais neste título, ao compararmos os homens com o gigante Anteu que extraia forças da mãe Geia, a deusa Terra: Hercules conseguiu derrotar Anteu, ao levá-lo e mantendo-o sem contato com a Terra, o que o enfraquecia.

Os humanos também sofrem com a separação da Terra, mas nosso sofrimento é auto-imposto, ainda com a agravante que prejudica também a Terra.

Acreditamos que a camada da população mundial, detentora do poder, da riqueza ou da informação, ou ainda aquela que detém o conhecimento técnico-científico, somando-se também as classes médias, trabalhadores e estudantes, compõem um universo de pessoas que tem a mínima noção e estão cientes dessa relação autodestrutiva.

Este homem moderno percebe as influências recíprocas entre ele e o ambiente, mas não leva à sua postura consciente de responsabilidade coletiva em se comprometer e interagir, em qualquer tempo e momento ao se apropriar dos espaços e formar seus territórios e lugares.

Nesta geração, ou de nossos descendentes, já são, e serão, percebidos ao nosso redor os resultados das formas de apropriação e exploração do ambiente, pois como

Paul Vidal de la Blache citou que “a relação homem- ambiente se materializa na paisagem”.

4.2. ESPAÇO, LUGAR E PAISAGEM

O espaço não é o ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível (M.M-Ponty)¹⁷

Procuramos pesquisar os conceitos *espaço-lugar-paisagem* buscando compreender o ambiente com o qual o homem interage sob diversas formas. Conectamos os três temas à atividade turística por ser uma das formas de interação humana, além de compor um dos temas centrais em nossa dissertação

Para abordarmos esses conceitos, de forma ampla, buscamos autores de correntes divergentes frente as transformações dos estudos geográficos, centrando-se numa análise ora nos aspectos físicos e, ora nos aspectos humanos. Esse processo conduziu a uma forte divisão da geografia como ciência da natureza ou como ciência do homem. Construímos nosso conhecimento em torno das correntes voltadas ao humanístico e perceptivo.

Entretanto, esse processo contínuo despertou uma certa compreensão e preocupação por parte dos estudiosos. Sendo assim, neste estudo abordando os temas espaço, lugar e paisagem, observamos a particularidade de cada aspecto seja físico ou humano numa perspectiva das interações homem-ambiente.

Os autores pesquisados mostraram enfoques e diferenças entre os conceitos deste capítulo, mas que interagem e se complementam no contexto.

Como por exemplo, distinguindo paisagem e espaço, SANTOS (1996, p.83) afirma que “paisagem é o conjunto de formas, que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” e que “o espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Sabendo-se que o seu entendimento de espaço é voltado à função produtiva, seus conceitos contribuem a compreensão do contexto geográfico.

¹⁷ PONTY, M.M. **A fenomenologia da percepção**, Martins Fontes, São Paulo, abr.1996, 662 p.

OLIVEIRA, H. (2002, p.225), ao relacionar a paisagem à natureza, ao ambiente construído e as populações envolvidas, considerou “à paisagem como uma entidade ativa, integrante e testemunha de uma dinâmica cultural que se constrói no tempo e se manifesta no espaço”. Nos oferece assim um enfoque humanístico sobre a paisagem.

ESPAÇO E O LUGAR

Em qualquer situação, num tempo e local, ocupamos um lugar ou nos inserimos no espaço, interagindo com o ambiente sob diversas formas, na intensidade e tempo.

Os estudos e a construção do conhecimento geográfico, principalmente durante o século XX, tem procurado estabelecer um entendimento consciente das diferenciações na ocupação dos espaços e na construção dos territórios e lugares pelo homem. TUAN (1982, p.148-149), comenta que na história da relação homem-ambiente, para os grupos nômades caçador-coletores, o território não era uma área circunscrita, assim como para os animais que nele permaneciam para satisfazer suas necessidades mínimas de sobrevivência, alimentação, descanso e reprodução. Suas fronteiras eram imaginárias ou experienciadas, ao contrário dos proprietários atuais que tem um forte senso de espaço delimitado, ou seja, de formação e defesa de seu território.

Os locais onde os animais paravam, se tornavam um “lugar” referencial do qual se apropriavam e defendiam por um tempo. Este modelo de comportamento e sentimento de lugar é passível de se aplicar aos homens.

Na amplitude do “território”, à medida que se vivencia e se estabelecem valores ao “espaço”, no todo ou parcial, o significado se funde com o de “lugar”, como conceituado por TUAN (1983, p.6) que “espaço é mais abstrato do que lugar”. Nessa mesma obra, o autor expressa com tal síntese e clareza, que se tornaria desnecessário qualquer outra definição: “espaço e lugar são termos familiares que indicam

experiências comuns.....o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” (TUAN, 1983, p.3).

O lugar, entende-se também como um local ocupado, algo pontual, e parte de um todo de maior amplitude chamado "espaço", algo aberto, geral, indefinido. Essa menor dimensão do lugar nos remete à abordagem psicológica da introspecção, de forte conotação emocional e humanística. Para entendermos como um espaço pode se tornar lugar, devemos considerar alguns aspectos das relações homem-ambiente: natureza e intensidade da experiência; qualidade da ligação emocional aos aspectos físicos; as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar¹⁸.

Pode-se afirmar que são formas do homem perceber o meio com o qual interage através do corpo, da ação e dos sentidos que ele constrói ao se apropriar do espaço.

Essa construção pelo indivíduo e sua relação única vivenciada é comentada em RODRIGUES (2001, p.32):

“O lugar, como categoria filosófica, não trata de uma construção objetiva, mas algo que só existe do ponto de vista do sujeito que o experiencia”..... “Assim, o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado; enquanto o espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração”.

A amplitude de espaço pode ser próxima ao observador, tornando-se lugar à medida que se integra, no tempo e intensidade, e com ele se inter-relaciona, amplia abrangência de lugar, que antes poderia estar numa extensão menor. Ainda RODRIGUES (2001, p.32) nos leva a essa compreensão ao citar que “o espaço pode transformar-se em lugar, à medida que adquire personalidade, torna-se vivido. A percepção e o intelecto, por meio da experiência vivida e compartilhada, constroem o lugar na subjetividade e na intersubjetividade”.

Assim ela reporta que a construção ou interação em cada lugar é única por ser intrínseca a cada pessoa com seus valores individuais, como a autora reforça afirmando que “objetos e lugares podem ser percebidos por meio dos sentidos, imaginados ou lembrados”.

¹⁸ Em TUAN (1983, p.151) ele cita que “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

KOZEL (2001, p.153-154), cita OLIVEIRA¹⁹ o qual “define o lugar como a dimensão mais concreta do espaço, da qual ninguém pode se desligar, por ser o espaço das relações imediatas, proveniente de uma multiplicidade de tempos e relações referentes a um domínio territorial específico”.

BUTTNER (1982, p.174), procurando esclarecer a experiência humana no espaço, considerou a distinção entre o espaço vivido e representacional. Neste último a experiência é explicada mais objetivamente através de fórmulas e lógicas. Enquanto o espaço vivido, pode ser explicado sob o ponto de vista fenomenológico, como “um conjunto contínuo e dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se e busca um significado. É um horizonte vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valorizadas”.

Em MELLO (1990, p. 96) o autor comenta que os fenomenologistas *fundamentaram* suas teses *na crítica* ao reducionismo, à racionalidade, e à separação entre objeto e sujeito, enfatizando a necessidade de descrições do espaço e do tempo, na condução de suas teorias de conhecimento para a exploração do mundo vivido. Ele comenta ainda que

“A corrente humanística é uma dessas tendências que surgindo nos anos 70, procura interpretar a multiplicidade dos acontecimentos do mundo vivido, trabalhando, para tanto, com valores e sentimentos dos seres humanos, justo o oposto das perspectivas positivistas que não pretendem ou tampouco conseguem explicar o mundo vivido, com suas leis e teorias mecanicistas, acabadas e abstratas”.

Concordamos com a inseparabilidade sujeito-objeto, ou homem-ambiente, nas análises de suas interações e reflexos na paisagem, sendo que BOLDING (1956) aborda sobre imagens como representações do mundo real, desenvolvidas pelo indivíduo no tempo, através de seus contatos com o ambiente, e que atuam como base para o comportamento. Essas imagens mentais vinculam a idéia de imagens subjetivas de um indivíduo a determinadas áreas geográficas, num período vivido.

O ambiente, e nele a paisagem, apresenta conjunto de informações que são *vistas e sentidas* no inter-relacionamento homem-ambiente. De um lado são as

¹⁹ OLIVEIRA, Márcio P. Geografia e Epistemologia: meandros e possibilidades metodológicas. In: *Experimental*. São Paulo, FFLCH-USP, v4-5, p.17-27, set.1998.

características do ambiente, como formas e sentidos, de outro o indivíduo que vê, sente ou percebe a sua volta sob prismas/valores culturais, vivos, carregados de significados.

CERDEIRA (1999, p.10), estendeu conceitos de *ambiente*, para o específico *lugar*, afirmando que “o ambiente pode ser entendido como o "lugar" em que mora o outro, além de si próprio, e também como o "lugar" que, se repartido, pode vir a ser não só lugar de sobrevivência mas também lugar de emancipação de um número cada vez maior de pessoas”.

O lugar, nos dando a maior proximidade, nos torna familiar ao ambiente embora como citado por VELHO (1978, p.39) que “o que vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido”

Em VELHO (1978, p.44), o autor comenta sobre a familiaridade como uma forma de apreensão da realidade, “fazendo com que as opiniões, vivências e percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas, possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo”. Esses aspectos são importantes no desenvolvimento do turismo sem que se perca a autenticidade da localidade.

VARGAS, (1998, p.17), comentou das “condições privilegiadas únicas”, onde os atributos de um lugar devem ser entendidos pela população e apoiados pelo poder público e iniciativa privada na estruturação turística, pois, “...nem o espaço natural nem a história que um lugar pode contar, podem ser duplicados”.

Outra citação, em YAZIGI (1996, p.135), nos mostra a estreita relação do *espaço* com a formação do produto turístico, afirmando que "o espaço pode ser considerado como a matéria prima do turismo...", ainda do mesmo autor, "...as condições naturais, o patrimônio cultural e histórico, o potencial técnico e o ambiente econômico são igualmente critérios geográficos que intervêm, seja sozinho, seja em combinação, nos diferentes tipos de turismo”.²⁰

Estando inseridos nos espaços, os atrativos tornam-se a essência ou matéria-prima verdadeira na formação do produto turístico. Nesse processo, outros fatores como as interações do homem com o ambiente e suas motivações intrínsecas aos seus

²⁰ Lozato-Giotart, J.P. *Geographie du tourisme*. Paris: Masson, 1993, p.35

valores ou expectativas, nos leva a reflexão do espaço de lazer como *espaço temporal*, como bem expressou DUMAZEDIER (1979, p.170):

"O espaço de lazer deve ser também, se nos é dado assim nos exprimir, espaço temporal: é preciso que sua delimitação, seu equipamento, sua utilização possam variar com o tempo. As atividades de lazer, já o vimos, são ritmadas no tempo segundo períodos com caracteres bem específicos; o ritmo das estações combinado com o do trabalho provoca as migrações (viagens por diferentes motivações) de fim do dia, de fim de semana, fim de ano ou mesmo aposentadoria"

Não se atendo a questão se é a população local que determina as características dos espaços que ocupa, ou o contrário, é certo que se deverá respeitar e desenvolver as diversidades culturais dos indivíduos, escapando da padronização o que poderia levar a perda do exclusivo, "diferente" como destino turístico. A participação da população local nas discussões e planejamento, sobre qualquer pretensão destino turístico contribuirá na manutenção de seus valores, ou ainda do seu "diferencial" como atrativo.

Ainda na mesma linha de raciocínio citada por VARGAS (1998), RODRIGUES (1996, p.56-57) comenta que "o espaço do/ou para o turismo constitui uma mercadoria complexa pois ele mesmo é uma mercadoria", devendo se cuidar para que o "diferente" seja preservado, e não se transformem em lugares sociais "iguais" ou semelhantes aos da origem dos visitantes.

Em RODRIGUES, 2001, p.28, ela aborda um novo tipo de consumo – o consumo produtivo do espaço – ao se planejar e implementar ações e estruturas, nos destinos turísticos, visando contornar possíveis impactos negativos ao se apropriar daquele espaço.

No planejamento territorial para o Turismo espera-se que a forma participativa da comunidade confira credibilidade ao processo, legitimidade ao documento, interatividade nas manifestações do homem em seu ambiente e fidelidade na paisagem vivida e construída.

Os estudos da paisagem poderão contribuir na implantação e desenvolvimento desses planejamentos de forma sustentável.

PAISAGEM

Não entraremos nas discussões sobre a etimologia do conceito por considerarmos desnecessário no âmbito deste trabalho. Entretanto procuramos abordagens de autores das diferentes correntes, mas com conectividade e complementaridade, mantendo nosso enfoque na corrente humanística e perceptiva. Ou seja, considerar o homem como perceptor e ser percebido, ser o construtor no ambiente construído, real, e nele ser uma das peças; dessa realidade oferecer o virtual ou imaginário ao futuro consumidor turístico de espaços, lugares e paisagens.

SAUER (1925) *in* CORREA (1998, p.23), escreve que “o termo ‘paisagem’ é apresentado para definir o conceito de unidade da geografia,...é o equivalente em inglês para o termo que os geógrafos alemães estão usando com o mesmo significado: uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico”.

Em FERREIRA (1975, p.1018) paisagem é “espaço de terreno que se abrange num lance de vista”. Logo, pressupõe-se uma imagem real e um observador. Embora tecnicamente e etimologicamente esteja correta, essa definição não nos dá a amplitude filosófica e a multiplicidade das características ambientais que pretendemos analisar. De outra forma, podemos ampliar o significado de “imagem”, não só ela vista, mas percebida por outros sentidos, como abordado por TUAN (1980).

Desta forma SANTOS (1997, p.62), ainda que este autor não esteja próximo à corrente humanística, ele pode ter sido mais abrangente ao citar que “...a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, que chega aos sentidos”. É a dimensão do que é visualizado, numa amplitude maior que o “espaço”. Une-se assim o perceptor, ao “objeto” focalizado, imaginado, sentido, vindo à tona toda uma gama de valores, juízos, julgando a estética sob enfoques pessoais e familiares.

Em BETTANINI (1982, p.72-76), o autor aborda que o comportamento sobre uma paisagem não é supostamente objetivo, mas a subjetividade de sua percepção. Naquelas páginas associa sempre as relações homem-lugar como algo reflexivo dos valores culturais, questionando inclusive “qual é a imagem que os homens ou grupos sociais possuem dos lugares?”.

Para responder a essa pergunta, vamos buscar em BOULLÓN (1985, p.104-108), abordagens sob a ótica dos estudos para o planejamento turístico, visto ser este segmento um dos mais expressivos reflexos da Geografia no campo econômico. Em sua obra, com muitos fundamentos na Geografia, elenca como elementos básicos da paisagem: *a topografia; a vegetação; o clima e o habitat*. BOULLÓN estabelece ainda, quatro propriedades da paisagem, que relacionadas com aqueles elementos, contribuem na descrição e compreensão do que se percebe da paisagem.

- *Diversidade* – quantidade de componentes que se diferenciam visualmente (percebidos);
- *Repetição* – quantas vezes se presencia uma ou mais formas;
- *Unidade* – refere-se ao equilíbrio visual dos componentes do cenário;
- *Mutação* – são as matizes adquiridas pela paisagem de acordo com as estações e horas do dia

NOGUÉ (2002) estabeleceu quatro componentes biofísicos da paisagem, próximos aos de BOULLÓN, que se complementam:

- *Terra*: aspecto superior da superfície terrestre representado pelo relevo e pelas formas do terreno, sua disposição e sua natureza;
- *Água*: formas de água superficial (rios, mares, lagos, neve e gelo);
- *Vegetação*: distintas formas de vida vegetal, com suas características específicas, sua distribuição, intensidade;
- *Estruturas artificiais*: estruturas espaciais criadas por diferentes formas de uso do solo, ou construções diversas.

O conceito humanista de NOGUÉ (2002) definiu paisagem como “o resultado final e perceptível da combinação dinâmica de elementos abióticos, bióticos e antrópicos, combinação que converte o conjunto em algo único e em contínua evolução”

Aqueles elementos, ou componentes, referenciados por BOULLON e NOGUÉ, condicionados a diferentes interações, levam a estabelecer valores de julgamento, da paisagem, adjetivados pela percepção de cada observador.

Um observador, ao atribuir valores estéticos as paisagens, ou atrativos, considerando uns mais belos que outros, estará estabelecendo comparações sob considerável grau de subjetividade, sob determinado contexto cultural, histórico e social, visto que valores estéticos da paisagem não são inatos nem eternos. No capítulo sobre percepção ambiental esses temas serão abordados com maior propriedade.

COLLOT (1990, p.22), observa que “à paisagem é definida a partir do ponto de vista de onde ela é observada”, ou seja, ela existe a partir de um sujeito. Essa relação de inseparabilidade entre o sujeito e a paisagem ele comentada ainda na mesma página:

“.....a paisagem não é um objeto autônomo em si em face do qual o sujeito poderia se situar em uma relação de exterioridade; ela se revela numa experiência em que o sujeito e o objeto são inseparáveis, não somente porque o objeto espacial é constituído pelo sujeito, mas também porque o sujeito, por sua vez aí se acha envolvido pelo espaço”

Nessa indissociabilidade deve ser levado em conta tanto o “sujeito observador” quanto o “observado”, ou seja as pessoas “locais” inseridas no cotidiano. Em ato contínuo, o visitante passa a ser também observado, formando, ou fechando um conjunto de trocas de vivências e familiaridades.

Assim, nos atrevemos a elaborar a seguinte definição, que estruturalmente contem todos os elementos que teorizam a análise do conceito:

“Paisagem é o conjunto de elementos geográficos (habitat, culturais e naturais), num espaço perceptível, que inter-relacionados e sob influências recíprocas (relações de interdependência), resultam numa imagem limitada aos sentidos do observador.”

Nesta definição abordamos a escola francesa, onde Paul Vidal de la Blache afirmou que “à relação homem-natureza é materializada na paisagem”, e acrescentamos outros sentidos além da visão à escola alemã, que afirma “à paisagem é tudo que a vista alcança”.

Em CORRÊA (1997), ele descreve que, para Sauer, a paisagem possui características semelhantes aos conceitos de *área e região*, porém essas características tanto físicas como culturais terão resultados diferentes no espaço geográfico. Sauer

classifica o estudo da paisagem através do "método morfológico" considerando os fenômenos como formas que estão interligadas entre si.

"A paisagem, um conjunto de formas físicas e culturais associadas em área, torna-se para Sauer o conceito fundamental da Geografia, tendo qualidade orgânica... O conceito de morfologia foi introduzido na Geografia por Carl Ritter, e com Sauer poderia ser aplicada aos ramos da Geografia, a saber, Geografia sistemática, onde se realiza o estudo do sistema de formas da paisagem; Geografia Regional que é morfologia comparativa; Geografia Histórica que é o estudo da série de mudanças que as paisagens culturais atravessam; e Geografia Comercial que considera as formas de produção e as facilidades para distribuição dos produtos."

Abordando-se nessa discussão os temas *área* e *região* é importante considerarmos o comentário de LENCIONI (1999, p. 189) quando esta compartilha da mesma visão de Ratzel e La Blache que consideram que a região se evidencia na paisagem.

"Compartilhando a mesma visão de Friedrich Ratzel em relação à visão de homem e de natureza, como constituintes de uma unidade, não como opostos, afirmou que a ' síntese regional... é o objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele encontra a si mesmo' . O ponto de vista de La Blache era que a região podia ser objetivamente distinguida na paisagem e que os homens têm consciência da existência das regiões à medida que constroem identidades regionais".

Ainda dentro dessa perspectiva voltada para a questão da paisagem e região podemos muito bem colocar o pensamento de Lefèbvre, escrito por LENCIONI (1999, p. 198), quando o mesmo ressalta a importância do sentido estético das formas, fazendo com que a estética se apresentasse como um novo e valorizado mito da sociedade.

"Segundo Lefèbvre, na sociedade atual, que é ao mesmo tempo conjunta e disjunta, associada e dissociação, os fragmentos funcionais do espaço são unificados pelo esteticismo, com sua doutrina baseada no estudo racional do belo, capaz de amalgamar os fragmentos espaciais".

A vida social nos leva a uma movimentação freqüente e quanto maior essa movimentação, maior a diversidade de formas, atitudes, ações e diferentes atores atuam nesse contexto. Quanto mais complexa a vida em sociedade mais nos distanciamos da vida natural.

Dependendo da relação estabelecida com a natureza, surgem sociedades diferentes, que se caracterizam pela forma de viver e produzir. A vivência e produção cultural, social, econômica ou ambiental, resultam em atividades e espaços diferenciados que refletem paisagens diferentes. SAUER (1998, p.58-59) em 1925 conceituou a paisagem cultural, no contexto da paisagem geográfica, como o resultado da ação da cultura ao longo do tempo sobre a paisagem natural.

Para SANTOS (1997, p. 64-65) o espaço está em constante movimentação e para entendermos essa ação é necessário conhecer os mais diferentes instrumentos de trabalho para que possamos perceber suas atuações no espaço produzido e transformado em paisagens passíveis de interpretação humana.

Constatamos então que, quanto mais nos aprofundamos na pesquisa sobre o tema *paisagem*, mais estamos relacionado-a com outros conceitos, seja ele físico ou cultural.

Relacionando a paisagem à percepção, se pode considerar a percepção da paisagem definindo-a partir do ponto de vista de onde ela começa a ser observada, envolvendo a experiência de vida do observador, a bagagem que ele traz durante sua vida.

Podemos acrescentar ainda que, para se conhecer um lugar a partir da leitura de sua paisagem, devemos considerar toda a bagagem que o ser humano traz no seu mundo vivido. La Blache afirmava que, face as interferências do homem na paisagem, através dela se poderia conhecer a história de um povo. É importante considerar as relações e as múltiplas interações entre os elementos sócio-culturais, pois resultam de um processo histórico na formação das sociedades humanas, de sua cultura, de suas emoções e, também de elementos físicos, biológicos que resultam da dinâmica natural da terra.

Em várias obras, acadêmicas ou não, é comum encontrarmos referências ao homem como *ser simbólico*, e que sua relação com o mundo vivenciado – trabalho, lazer – é cercada de significados e mitos, advindos de seus valores próprios ou recebidos no convívio social. São condicionantes que interferem na forma de apreensão da realidade, do espaço que o cerca, ou seja, do cenário, este termo sendo utilizado como a *paisagem dinâmica*.

Assim deve-se compreender a relatividade do real (ou realidade), a subjetividade inerente ao mecanismo da percepção, e entender as possibilidades e conseqüências nestas relações entre o observador e o tema observado e/ou vivido.

TUAN e OLIVEIRA são referenciais quando tratamos da percepção; nessa perspectiva OLIVEIRA, L. (2002, p. 195) descreve:

"As atitudes e os valores sempre vão atribuir importância aos estudos quantitativos, às mensurações, ao uso dos computadores, ao mapeamento digital. Mas devem ser acrescentados aos estudos qualitativos, as atenções às respostas individuais e grupais das pessoas, os levantamentos para se conhecer a percepção e a cognição de moradores e usuários de lugares. Talvez o mais relevante é considerar a afetividade humana para com a natureza e a sociedade; considerar a ética, os direitos naturais e humanos e quiçá aceitar as diversidades geográficas, que no fundo é que dão cores, odores, sabores e maciez ou aspereza a toda a nossa paisagem".

O Turismo, é uma das atividades, senão a maior, a se beneficiar com essa leitura, pois antes de tudo, as paisagens (seu maior produto) são percebidas e os sonhos construídos antes mesmo da viagem. Vende-se ou compra-se algo que não se entrega ou se recebe, por uma característica de intangibilidade, mas apenas se usufrui.

Neste contexto buscamos em COSGROVE *in* CORREA (1998, p.99), onde se refere à paisagem por “estar ligada a uma nova maneira de ver o mundo”... e agem como guias (indicativos) para os seres humanos em suas ações de alterar e/ou aperfeiçoar o meio ambiente.

Os indicativos poderão nos redirecionar nos planejamentos e zoneamentos de ocupação e uso do solo, por exemplo, visando a valorização da paisagem entre outras ações. Estaremos assim contribuindo à racionalização do uso de recursos como é preconizado por NOGUÉ (.....) ao se referir à paisagem como um componente da oferta turística:

“Conservar a autenticidade de uma paisagem regional, não significa mantê-la intacta, fossilizada. A paisagem é algo dinâmico, o resultado de uma tensão entre elementos abióticos, bióticos e antrópicos. Trata-se de tentar conservar a especificidade e originalidade dos elementos que a constituem (...) Somente assim poderá ser preservado o caráter do lugar, sem convertê-lo em um museu sem vida. Somente assim pode-se falar da paisagem como um verdadeiro recurso turístico. Somente assim pode-se consolidar para o futuro uma determinada oferta turística”

Entendendo-se que oferta turística, como conjunto de atrativos, bens e serviços disponibilizados ao visitante para atender necessidades em suas viagens, torna-se clara a importância na compreensão sobre as imagens do que se estará ofertando. Em RODRIGUES (2001, p.48) denota-se esta afirmação com mais propriedade:

“A observação da paisagem assim considerada é de grande importância nos estudos de Geografia do Turismo, uma vez que a paisagem em si é um notável recurso turístico. Tendo em vista que o turista busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, a realização pessoal, a concretização de fantasias, a aventura e o inusitado, quanto mais exótica for a paisagem mais atrativa será para o turista. É baseado nesse princípio que se desenvolvem os estudos sobre imagem turística, em que os folhetos publicitários oferecem um rico e interessante material de pesquisa”.

Concordando com a autora, é do nosso entendimento que a atividade turística antes de ser praticada nos ambientes é precedida de um processo virtual na construção de paisagens que ainda serão usufruídas. Elas têm suas dinâmicas das interações temporais por meio dos espaços nos quais o homem estará construindo seu lugar, ainda que momentaneamente ao se utilizar mecanismos cognitivos e perceptivos.

4.3. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL

...não analisamos o que as pessoas percebem dos espaços, mas como os espaços são percebidos pelas pessoas (M.M-Ponty).²¹

Neste título procuramos abordagens críticas e abertas, com cuidados, mas não receios, em se ousar na busca do melhor entendimento e contribuição aos estudos e análises dos processos interativos entre o visitante e o ambiente que lhe é oferecido para momentos de lazer. Ao identificarmos a riqueza da produção científica sobre o tema, temos a certeza que não esgotamos o assunto, mas buscamos fundamentar melhor nosso objeto de estudo.

A metodologia adotada nas pesquisas a campo, poderá ser aplicada a qualquer *Ambiente*²² no qual se desenvolvam atividades turísticas, entendendo-se não ser este

²¹ PONTY, M.M. **A fenomenologia da percepção**, Martins Fontes, São Paulo, abr.1996, 662 p.

termo aplicado a tão somente as áreas naturais, ou à natureza, mas a qualquer *espaço* onde “cerca ou envolve seres vivos ou coisas” (FERREIRA, 1975). Quanto ao outro tema, *percepção*, discute-se qual denominação se adequaria melhor a situação estudada: Conscientização, Sensibilização ou Percepção. Dependendo do enfoque, todos os conceitos podem ser usados, como se constatou em FERREIRA (1975):

“Percepção: formação de idéia; abrangência com a inteligência; entender; compreender; aquisição de conhecimento por meio de sentidos.

Sensibilização: vem de sensível, ou apto a sentir em profundidade as impressões, fazendo que delas participe toda a sua pessoa; emotivo.

Conscientização: de conscientizar: ter noção, conhecimento ou idéia de; , ou ainda de consciência: atributo pelo qual o homem toma em relação ao seu redor (e relação aos chamados estados de interesses subjetivos), criando a possibilidade de níveis mais altos de integração.”

Não obstante ALVES (1999, pg.90), afirmar que “...a conscientização e sensibilização são os primeiros – senão os mais importantes – passos a serem dados rumo ao desenvolvimento sustentável do turismo”, mantivemos o conceito *percepção*, por o entendermos num estágio ou nível subjetivo mais inicial.

Consideramos a conscientização como interno à pessoa ao tomar consciência ao seu redor, ou sobre o ambiente em que se insere, através de seus valores.

Concordamos com BUTTIMER (1982, p.175) onde ela afirma que a percepção e a compreensão não se coincidem no processo experiencial. Relacionamos a compreensão ao racional, ao intelecto, enquanto à percepção referenciamos-nos ao intuitivo, a uma instância pré-compreensão.

Ainda segundo GADE (1980, pg.47), “Percepção se refere aos processos pelos quais o indivíduo recebe estímulos através dos seus vários sentidos e os interpreta”. Neste conceito, que a autora utiliza nos estudos de *marketing*, entendemos que a interpretação é a tomada de consciência posicionada posterior a percepção.

Para TUAN (1980, p.4), a percepção “é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros são bloqueados”. Afirmou ainda que *o homem*

²² No sub-título 4.1.Relação Homem-Ambiente ilustramos o conceito de ambiente, por nós adotado.

é um animal visual, ou seja, dependente mais da visão que dos demais sentidos para sentir conscientemente o mundo que o cerca. O lado inconsciente ou subliminado, o pensamento (realidade objetiva) e o sentimento (estado subjetivo), assim como os valores culturais também contribuem para a percepção de onde estamos.

Complementando TUAN (1983, p.11), nota-se que ver, pensar e sentir são processos intimamente relacionados, que permite ao perceptor “vivenciar o meio”. A visão é um processo seletivo e criativo em que os *estímulos* do ambiente são organizados em estruturas que fornecem sinais significativos, que se complementam com o tato, olfato, audição e paladar na percepção do lugar e espaço e sua realidade.

Ainda enfocando os estímulos aos sentidos, em SIMÕES (1985, p.51) o autor aborda sobre a interação entre as informações ambientais e as influências das diferentes modalidades sensoriais, comentando que

“a correta interação do ser humano com o ambiente em que habita depende tanto da percepção dos *estímulos nele existentes* quanto do preciso julgamento da posição e condições de seu próprio corpo”

Ou seja, “a percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos” (DEL RIO, 1996, p.3).

Complementamos as abordagens anteriores com outro conceito, *nível de satisfação*, que vem a ser o atendimento as expectativas subliminadas, despertadas ou motivadas. Cada pessoa recebe a expressão da realidade (ou o ambiente) e a interpreta, através da percepção, seja o ato de observar (estudar, "olhar crítico") ou contemplar simplesmente de forma gratuita, sem compromisso, na proximidade com o ócio, como observado por BRUHNS (1999, p.128).

A figura 02, criada por PINHEIRO (2000,p.12) e revisada neste texto, objetiva mostrar a interação do perceptor com o meio que o envolve, que com ele se relaciona. O perceptor vivenciará o ambiente atrelado aos seus valores individuais e subjetivos, resultando em diferentes graus de satisfação ou insatisfação, co-relacionados ao estágio de integridade do ambiente com o qual interage através de processos cognitivos e perceptivos integrados. Dessa interação é que entendemos levar à

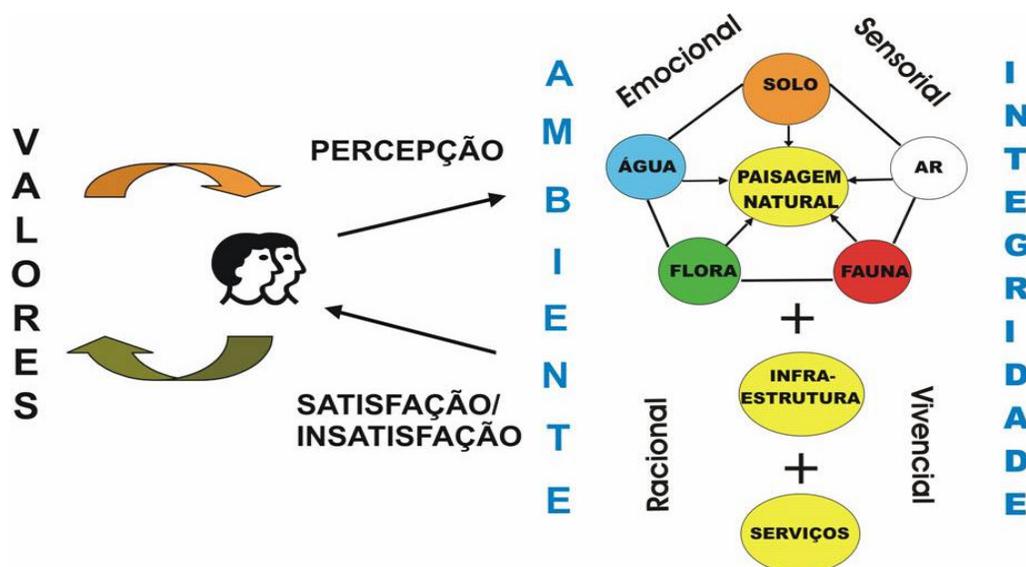
aplicação dos processos de *sensibilização e tomada de consciência*, levando ao processo racional da *satisfação ou insatisfação*.

Na obra de SCHIFF (1973) a autora lança discussões sobre percepção e atitudes, enfocando que “a percepção afeta as atitudes e a cognição tem seu papel em ambas”(p.54), resultando no comportamento. Define ainda que “uma atitude, por tanto é um conjunto organizado de sentimentos e crenças que influenciarão um comportamento individual”(p.50). Afirma ainda que o comportamento reflete a visão que uma pessoa tem do mundo.

De forma mais abrangente consideramos conduta, ou ainda, posicionamento ao tomar consciência das inter-relações entre os objetos (paisagem + infra-estrutura + serviços) como formadores do ambiente (ou produto turístico). E se tratando de algo que lhe é oferecido a experienciar, espera-se uma atribuição de valores conforme a integridade dos componentes.

Nossa conduta e atitudes são estabelecidas pelo racional e emocional que processa as informações e imagens do ambiente, que poderão ou não motivar o visitante, estabelecendo-se assim o nível de satisfação.

Figura 02 - Interação Perceptor e o Meio



Organizado e revisado por PINHEIRO

A ilustração procura representar o próprio conceito de *topofilia*, criado por TUAN (1980, p.5) em que define como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Afirma em seguida que embora seja “difuso como conceito, é vívido e concreto como experiência pessoal”. Nessa obra, ele aborda os temas *percepção, atitudes, valores e visão de mundo* (este último como reflexo dos três primeiros), como chaves na compreensão das relações entre as pessoas e o ambiente com o qual interagem, e os reflexos dessas interações sobre ambas as partes.

Analisar e compreender racionalmente essas interações poderá ser o caminho para identificar o potencial perceptivo dos espaços, como KHOLSDORF (1996, p.43) considera “a percepção como parte integrante de qualquer processo de conhecimento”.

Atributos dos espaços vivenciados são percebidos e agregados aos valores individuais, ou seja, é uma transmissão de informações entre os lugares e seus observadores. A apreensão do conhecimento confere capacidade ao perceptor de se situar, compreender suas interações e condutas no ambiente.

XAVIER (2003, p.6) afirma que o homem integra-se ao seu meio-ambiente através da experiência, procurando conhecê-lo e apreendendo formas de ação para seu uso, sua valorização e, quando necessário, para assumir atitudes em relação a ele. Nessa interação, as pessoas tomam atitudes, ou ainda adotam condutas que espelham seus interesses, valores e qual sua visão do contexto em que se inserem.

MEINIG (1979)²³, citado por XAVIER (1994, p.24), entrevistando pessoas, num mesmo momento e fixando-se na mesma direção, levaram ao pesquisador identificar dez enfoques de como as pessoas perceberam a paisagem: *natureza; habitat; artefato; sistema; problema; riqueza; ideologia; história; lugar e estética*.

Há outras formas de se interpretar a paisagem, como LOWENTHAL (1982, p.123) referenda que “a percepção essencial do mundo, em resumo, abrange toda maneira de olhá-lo: consciente e inconsciente, nublado e distintamente, objetivo e subjetivo, inadvertido e deliberado, literal e esquemático”. Afirma que não se deve ter uma visão do mundo puramente perceptiva e nem baseada somente na lógica, compreensão e ideologia,

²³ MEINIG, Donald W. **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's.**Oxford, Oxford University Press, 1979.

expressando assim a diversidade dos “ólhares” sobre o mundo, composta de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória.

Nos referenciamos em OLIVEIRA (1996, p.203) para concluirmos que em qualquer situação, os componentes da paisagem oferecem informações que são processadas de forma sensorial, visual, ou seja, presencial; ou de forma racional e simbólica, pela mente, utilizando o atributo da inteligência.

XAVIER (1994), comentando ainda MEINIG, esclarece que, seja o imaginário ou simbólico, estaremos caracterizando elementos ou atribuindo significados a partir da associação de fatos e imagens, que se fixam não só aos olhos, mas dentro de nossas mentes. Deparamo-nos novamente com valores individuais, culturais e/ou sociais, tanto do visitante quanto do morador local, que percebem o mesmo ambiente de forma diferenciada e relacionando, em cada situação, à sua familiaridade, a sonhos e fantasias e ao sentido de beleza e estética.

XAVIER (2003, p.8), afirma ainda que “o fenômeno perceptivo não pode ser estudado isoladamente, nem pode ser apartado da vida das pessoas”. O que vemos ou sentimos pode, em muitas situações, ser familiar mas nem sempre ser conhecido. Costuma-se associar familiaridade ao conhecido e ao cotidiano, e o que não é conhecido ao exótico, estranho ou ainda, “longe do lugar”.

Analisando o visitante ao chegar no PEG, ele ainda se posiciona como estranho até que se afeiçoe, ou interagindo com o ambiente o considere como lugar, como expressado por MELLO (1990, p.104) que “o recém chegado a um local, ou o morador há pouco instalado em um bairro, se sente um estranho no ninho. O novo bairro ainda é um espaço, a partir de sua interação passa a ser lugar vivido”.

A pessoa pode estar acostumada a uma certa *paisagem social* (VELHO, 1978, p.41), onde a disposição espacial dos componentes nada ou pouco se altere, sem no entanto compreender a lógica de suas relações. O processo da descoberta e análise do que é visto, para o que é entendido, envolve o despertar do conhecimento das interações histórico-culturais e sócio-econômicas, contribuindo na apreensão da realidade do tema objeto-local.

TUAN (1980, p.74-75) ao analisar o visitante e o morador local percebendo o meio-ambiente²⁴, ele afirma que a avaliação da paisagem é essencialmente estética, sendo que a beleza ou feiúra tende “à desaparecer no subconsciente à medida que ele aprende a viver nesse mundo”. O autor se referiu à adaptação das pessoas as condições de vida a que são expostas, passando a não mais perceberem com o tempo, fatos e imagens que antes lhes eram estranhas, seja como visitantes ou novos moradores.

Em sua tese de doutorado sobre a cidade de Morretes, BLEY (1996) enfoca que as pessoas poderão relacionar sua visão de mundo atual, à paisagem do momento vivenciado, com suas formações e origens culturais, compartilhando sua cultura e valores com a beleza da paisagem. Segundo o autor, ao se referir à atribuição de valor à paisagem, afirma que “o belo está no homem e ocorre quando a imaginação se harmoniza com o entendimento” (BLEY, 1996, p.135). Ainda que se refira a um observador não familiar ao local, nos pareceu seguir a mesma linha de TUAN, principalmente ao afirmar que “a atribuição de valor à paisagem vivida está intimamente relacionada com a solução de problemas de atendimento às necessidades básicas” (BLEY, 1996, p.137).

PIRES (1996, p.161-177) aborda a valorização da paisagem segundo suas qualidades estéticas, sendo que os valores estéticos da paisagem não são inatos nem eternos, mas sim instáveis e atrelados a preferências e a nuances histórico-culturais. Contempla assim níveis de subjetividade e, portanto torna-se complexo atribuir grau de atratividade a uma determinada paisagem ou atrativo turístico. Entre inúmeros métodos de avaliação e valoração, seja pela percepção ou pela inteligência racional, nos apropriamos das técnicas de observações a campo por meio de fotografias e entrevistas.

Etimologicamente, estética vem do grego “*aisthetikós*”, com o significado de “faculdade de sentir”, “compreensão pelos sentidos”, “percepção totalizante”.

A Filosofia define estética como a ciência da arte e do belo, “ramo da filosofia que estuda racionalmente o belo e os sentimentos que suscita nos homens” (ABBAGNANO, 1970, p...), sendo o “belo” conectado ao conceito de “gosto pessoal”, ou seja, passando pela questão da valoração ou ainda a preferência e escolha.

²⁴ No texto, podemos considerar “meio-ambiente” como “paisagem” face as abordagens do autor.

Para os conceitos de beleza, estética e suas valorizações ou apreciações, denota-se forte expressão da subjetividade no julgamento, em algum momento vivenciada pelo observador. A atratividade estando intrínseca aqueles conceitos não pode ser generalizada, ou banalizada, em face da complexidade das interações homem-ambiente, mas se pode detectar, junto ao observador, as respostas de suas emoções quanto a satisfação, admiração e simpatia com o objeto²⁵.

Um observador pode experimentar uma emoção estética agradável, enquanto outro pode ser tomado por indiferença ou repulsa. O objeto é o mesmo, o que altera são as sensações individualizadas a cada pessoa.

Nessa perspectiva é que observamos a importância em se compreender o processo da percepção do ambiente, da paisagem, onde o homem empreendendo constantes intervenções em seu espaço agrega valores ao objeto, que em última instância será “consumido” pelo próprio homem através das suas atividades humanas, entre elas a atividade turística.

4.4. PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A ATIVIDADE TURÍSTICA

Quando abordamos o tema “percepção”, procuramos mostrar desde o entendimento maior, implícito nos estudos da Geografia Humanística, passando pelas conceituações e produções científicas sobre meio-ambiente, buscando uma convergência nos estudos sobre percepção ambiental.

Neste item, damos continuidade àquela abordagem, agora, com mais especificidade à atividade humana relacionada ao turismo, nosso outro tema em igualdade de importância.

Na busca por um entendimento sobre o Turismo, em suas diversas modalidades que buscam atender as diferentes motivações do consumidor, defrontamo-nos com inúmeras definições que procuram explicar as relações enquanto atividade econômica com reflexos sociais, culturais e ambientais.

²⁵ No Setor Turístico se pode co-relacionar na análise do produto turístico, este composto por atrativos diversos, os equipamentos, infra-estruturas e os serviços oferecidos ao visitante.

Em MOESCH (2002, p.12) ela se reportou a DE LA TORRE²⁶, o qual definiu o turismo como

“um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”

Embora seja uma boa definição técnica, entendemos que não podem ser excluídas as viagens de negócios e eventos setoriais, que tem forte reflexo na economia dos locais visitados para essa finalidade. São atividades estudadas, planejadas e operacionalizadas pelo “trade” turístico. Após essa complementação teórica, esclarecemos que nossa dissertação se ateve a atividade turística em lazer, especificamente ecoturismo²⁷.

Lazer na concepção de (DUMAZEDIER, 1976, p.34) refere-se a :

“um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se entregar de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”

O personagem centrado em nossa análise, considerado por nós numa forma mais genérica como “visitante” aos destinos fora de sua moradia, é comumente chamado de “turista”, sendo que buscamos em PARANÁ (2000) o conceito que tu rista

“é a pessoa que se desloca para fora de seu local de residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que o de não fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado.”

²⁶ DE LA TORRE, Óscar. *El turismo – fenómeno social*, Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1994.

²⁷ No Paraná tem se adotado, desde o ano de 2000, o documento “Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Paraná”, elaborado pelo Grupo de Trabalho Inter-institucional, com representantes de instituições públicas e privadas e profissionais do “trade”. No documento conceitua -se de forma mais abrangente: “Turismo em Áreas Naturais é um segmento do turismo que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos”. T.A.N. subdivide -se em Ecoturismo; Turismo Rural; de Aventura; Histórico-Cultural; Técnico-Científico. (PARANÁ, 2000)

Contudo, tem sido forte uma corrente que não mais considera o tempo de permanência no destino como especificidade ao “turista”, mas a sua relação como homem-visitante com o local visitado, não auferindo, mas gerando trabalho e renda de forma sustentável ao destino.

O turista é o consumidor cuja “decisão para o deslocamento foi tomada com base em percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos, representando manifestações, atitudes e atividades relacionadas a fatores psicológicos, educacionais, culturais, técnicos, econômicos, sociais e políticos” (MOESCH, 2002, p.12).

Para BARRETO (1991, p.47), “o turismo é essencialmente movimento de pessoas e atendimento as suas necessidades, assim como as necessidades das outras pessoas que não viajam”. Como atividade multidisciplinar é um fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação. Implica assim, não apenas em circulação de renda e implementação de equipamentos e serviços, mas em pessoas se deslocando e comunidades se articulando para receber pessoas, propiciando que as mesmas interajam com o ambiente através de processos perceptivos e cognitivos.

GADE (1980, p.47-53), em sua obra, “Psicologia do Consumidor”, aborda a percepção e sua influência no comportamento do consumidor. A tomada de decisão em consumir, qualquer que seja o produto, se dá em função das combinações de vários fatores, entre eles, os psicológicos (emocionais/ vontade) e os sociológicos (tempo e renda/ sociais e racionais). Os valores pessoais determinarão os pesos e grau de importância a cada produto em cada momento: antes, durante e após o consumo.

As pessoas, enquanto turistas, procuram vivenciar, na prática ou realidade, as expectativas, o quadro criado a priori por sua imaginação que foi despertada ou estava subliminada. Elas estarão agregando, em vários momentos, aos espaços e lugares percebidos e vividos, valores relacionados a sonhos e fantasias de consumo.

O produto turístico é um bem a ser consumido, com características próprias e bastante diferenciado dos bens materiais, tangíveis.

Destacamos de RUSCHMANN (1991 p.30) algumas características:

- *Intangibilidade*: o produto é vivenciado, experiencial, não é tocado; levando-nos a utilizar, muitas vezes, o termo “patrimônio” com uma abrangência maior que “recursos”, por este ser usado tradicionalmente para fatores tangíveis e factíveis de transformação, ou uso, em outro bem nos processos industriais e agrícolas.
- *Coincidência Espacial – Temporal*: consumo num determinado momento, em que a experiência ocorre naquele tempo e lugar; restando a lembrança e a avaliação a posteriori;
- *Presença do consumidor no local*: o cliente vai até o produto, é exigida sua presença para ser consumido, não é embalado nem transportado.

Logo, o consumo do produto turístico está implícito à experiência única e própria de cada indivíduo, com reflexos diferenciados quanto ao grau de interatividade e satisfação. O seu comportamento de consumo, ou ainda, sua atitude, é intrínseco à sua percepção, aos seus valores, enfim sua postura cultural que se toma frente ao mundo. TUAN (1980, p.4) credita à *atitude* “maior estabilidade do que à percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências”.

BOULLÓN (1985, p.93-161), fez uma abordagem sobre paisagem e seu uso turístico nos espaços naturais, enfocando a paisagem enquanto formadora do produto turístico; os aspectos da formação e qualidade do que é oferecido ao consumidor, ou visitante. Ao escrever sobre os componentes sensoriais da paisagem, faz um retrospecto de BARTLEY²⁸, sua classificação das modalidades sensoriais e como o homem visualiza uma paisagem. Seu entendimento é que a captação e apreensão da realidade se dão de forma fragmentada, mas não isolada, denominando de *visão em série*, uma recordação das imagens percebidas. Enfoca ainda, que o impacto visual da paisagem sobre o visitante está relacionado ao tipo de atividade que o mesmo exerce no ambiente. Comenta sobre as pessoas que atuam passivamente ou participativas, das que sabem exatamente seu papel em áreas naturais e aquelas que “*no sabe cómo comportarse ni donde ir si no cuenta con ayuda externa*”.

Pressupomos, que a percepção agregada de informações sobre o ambiente e contribuindo nas interações com os lugares visitados, pode determinar o grau de

²⁸ Howard Bartley, S. *Prncipios de la perception*, Editorial Tillas, Mexico, 1978.

satisfação ou insatisfação pelo visitante. Esta é uma das três hipóteses citadas na página 04 desta dissertação.

É suposto que a percepção é vivencial, ou seja, no momento, enquanto que a compreensão é racional, podendo afluír a posteriori, como TUAN (1983, p.163) afirma que “à qualidade do lugar e nossa experiência singular não ficaram registradas na fotografia”. Refere-se aí que a experiência e o registro pela memória são sensações que nos leva a compreensão da interação homem-natureza.

BRUHNS (1999, p.130-136), aborda em “Integração do corpo visitando a natureza” que, embora o primeiro referencial do homem no mundo seja o corpo, a possibilidade de vivenciar a experiência do contato com a natureza tem se tornado distante, insensível, em face do modo de vida moderno. Ou seja, quando o homem se desloca à procura da natureza, já não a compreende mais, dificultando suas interações e melhor aproveitamento do momento, em concordância com o exposto anteriormente por BOULLON (1985).

Acreditamos que a atual e marcante tendência da procura pela natureza nos momentos de lazer, além da fuga da massificação e do *stress* urbano, têm sido motivadas pela curiosidade em conhecer algo que não está mais próximo ao seu cotidiano, à sua experiência vivida.

Em HEIMSTRA (1978, p.4 - 7) o texto relaciona o comportamento humano às características e condições físicas do ambiente e que os valores e atitudes lhe conferem capacidade em se adaptar a uma série de ambientes em diferentes momentos. TUAN (1980) também enfoca esses componentes atrelados à percepção nas interações com o ambiente. Na mesma obra, HEIMSTRA (p.127-136) comenta sobre as experiências recreativas – físicas, emocionais, estéticas, educacionais e sociais – como determinantes na avaliação da interação do visitante com o ambiente.

Em SIMÕES (1985, p.55), ele comenta que o principal argumento da teoria tônico-sensória²⁹ “é que a experiência perceptiva é uma consequência da relação entre a *estimulação* proporcionada pelo ambiente e o estado em que o organismo se encontra no momento da estimulação”. O mesmo autor comenta ainda que “não há dúvida que a

²⁹ Teoria de WERNER e WAPNER (1955), que estudaram o problema da interação entre diferentes modalidades sensoriais, na tentativa de combinar fatores tônicos (do corpo) com fatores sensoriais (perceptivos).

motivação e o estado emocional de uma pessoa influenciam, de modo decisivo, a sua percepção” (p.82).

Assim obteremos diversificadas condutas e respostas que poderão nos fazer compreender, as expectativas dos visitantes e empreender ações, do planejamento à prática, que possibilitem a eles interagirem melhor com o ambiente, aumentando seu grau de satisfação e relação de defesa à conservação ambiental.

Na formação e implementação do produto turístico, três componentes devem ser planejados e interagidos harmoniosamente na manutenção da integridade do ambiente, conferindo maior satisfação ao visitante e ao mesmo tempo uso racional dos lugares: a qualidade do atrativo; estruturas físicas mais adequadas ao ambiente e ao uso que se propõe; serviços prestados profissionalmente em coerência sócio-cultural.

Torna-se necessária uma análise territorial com vistas à implantação de equipamentos de recreação e lazer, ao uso adequado dos recursos e ao envolvimento da comunidade local. Conseqüentemente, seu estudo assume um caráter social, já que, além dos componentes paisagísticos naturais e construídos, engloba ainda as manifestações cognitivas e afetivas do homem visitante e o local.

Os moradores, além de sua cultura própria e única, têm seus processos cognitivos e perceptivos influenciados fortemente por “fatores, tais como a possibilidade de trabalho, a renda, o conforto, a perda de privacidade, além do fato de ver seus bens de uso se transformando em verdadeiras mercadorias à disposição dos visitantes” (XAVIER, 2003, p.9). Seja positiva ou negativamente, os reflexos e “as respostas dadas pela comunidade serão alteradas na medida em que a implantação do turismo local vai adquirindo maiores proporções” (XAVIER, 2003, p.9).

O autor expressa com muita propriedade que os interesses individuais e coletivos se adequariam marginalmente ao crescimento da atividade turística na localidade. Na maioria dos municípios a população toma posição passiva frente aos acontecimentos por não terem “conhecimentos e informações suficientes sobre a atividade, seus valores e suas contradições, para que saiba assumir atitude acertada sobre seu envolvimento” (XAVIER, 2003, p.10).

Algumas ações públicas, como o PNMT³⁰, vinham contribuindo para que os municípios tomassem consciência da importância de sua participação direta na organização, planejamento e desenvolvimento do turismo. Realizaram-se oficinas de mobilização e capacitação em vários municípios. Ressalva-se que a metodologia era aplicada igualmente em diferentes regiões, e muitos representantes dos municípios eram escolhidos sem critérios a não ser político. Naqueles processos esperavam identificar as potencialidades e necessidades objetivando implementar infra-estruturas, básica e turística, bem como capacitar mão-de-obra local.

Dentre algumas estruturas e serviços há de se pensar não só na comodidade e segurança, mas também nas formas e processos facilitadores à interpretação ambiental, como instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o guia. Trabalha-se não só a estética e o belo, mas toda a semiótica e os signos, como afirma MOESCH (2002, p.43) que “o olhar é construído por meio de signos, e o turismo abrange uma coleção de signos”.

BLEY (1996, p.129-135) comenta que a avaliação da qualidade do atrativo está implícita à beleza da paisagem como valor culturalmente compartilhado, ou seja, o homem vê o belo onde e quando a sua imaginação se harmoniza com o entendimento; o emocional e sensorial se somam ao racional e vivencial.

Expressamos ainda que a experiência congrega o pensamento e o sentimento; o primeiro reportando-se à realidade objetiva e, o segundo registra estado subjetivo.

OLSCAMP (1980) coloca que, na observação, o perceptor dará importância à apreciação estética, quando, tanto ele quanto aquilo que é percebido, contribuem para a experiência. “O objeto participa enquanto causa, das reações do apreciador, e sua tomada de consciência da qualidade e das propriedades formais do objeto, sentidas por ele, contribui por sua vez para uma maior constatação do valor do objeto”. Ao visitar um produto turístico em área natural, o perceptor terá consciência do valor do atrativo, dos equipamentos e serviços à medida que ele vivencia, ou ainda, interaja com aqueles componentes, podendo agregar novos valores oriundos da relação de emoção.

³⁰ PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, lançado em 1994 pela EMBRATUR e paralisado pelo atual governo; objetivava “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política”. (EMBRATUR, 1999)

Sobre a representação, ou reflexo do psicológico naquela relação, COLLOT (1990, p.28) expressa de forma bem poética que “o homem coloca na sua relação com o espaço as grandes direções significativas de sua existência...a busca ou a escolha de paisagens privilegiadas é uma forma da procura de si mesmo”. Entendemos nesta citação uma referência que o visitante não tem apenas uma visão externa, ou estética do atrativo, mas referenciais ou valores que ele interpõe na sua experiência.

Em meados da década de 70, LACOSTE (1988, p.34), escreveu, com certo ceticismo, sobre a crescente e desenfreada “representação das paisagens” como fonte inesgotável de inspiração, mesmo para as pessoas comuns durante suas férias. Referindo-se que a geografia também havia se tornado espetáculo, afirmou que:

“a ideologia do turismo faz da geografia uma das formas de consumo de massa: multidões cada vez mais numerosas são tomadas por uma verdadeira vertigem faminta de paisagens, fontes de emoções estéticas, menos ou mais codificadas”.

JOLIVIT (1968), ao analisar a emoção estética, admite sua alta carga de complexidade, mas distingue em seu cerne, elementos como a satisfação, a admiração e a simpatia. Na satisfação destaca que as coisas belas são fonte de prazer, mas é possível apontar também um leve traço de uma certa tristeza, pois: *"toda beleza comporta uma existência de eternidade, como toda satisfação quereria eternizar-se."*

As coisas belas provocam admiração, significando, em sua concepção, espanto e respeito. Espanto pelo que comportam de perfeição inesperada, de associações singulares e também uma espécie de respeito sagrado, *"uma vez que o homem se sente subjugado pela beleza e reverencia nela uma força espiritual"*. E quando trata da simpatia, percebe que o sentimento estético aparece como eminentemente social, sendo fator de gozo comum, ou seja, *"quem quer que goze a beleza aspira a comunicar ao outro a sua emoção, a compartilhar sua admiração."*

No Turismo, uma das fortes características é exatamente o fato do viajante continuar a receber carga de influências a posteriori, ao relatar suas experiências revive e reaviva suas emoções. O que ele apreendeu e sentiu, ficou eternizado nas fotografias e relatos, e quando positiva a experiência, o turista poderá até mesmo recriar e fantasiar tanto quanto tenha sido seu grau de interação com o destino visitado.

Os autores LACOSTE e JOLIVIT analisando a relação do homem com o ambiente, sob a ótica da geografia e filosofia, nos mostra a importância do planejamento nos destinos turísticos. Na apropriação e uso dos espaços e lugares, há de se preocupar no re-ordenamento, quando possível, das estruturas, compatibilizando com as características físico-geográficas e biológicas locais. Objetiva-se assim evitar impactos negativos ambientais seja sob o enfoque da capacidade de suporte da área visitada quanto da estética e beleza da paisagem, não obstante estes últimos serem valores de julgamento subjetivo. Estes aspectos se tornam mais importantes quando o local visitado for uma Unidade de Conservação, como é o caso do Parque Estadual do Guartelá.

MURTA (2002, p.17), abordando o descaso com a preservação e conservação do Patrimônio Natural e Cultural comenta que “os padrões ou modelo de desenvolvimento e de comportamento, até o momento, têm sido mais destrutivos do que preservacionistas, notadamente frente às áreas naturais”. Propõe reverter o quadro “trazendo a preservação para o coração e a mente das pessoas, lidar com suas emoções de forma a desenvolver nelas afeição pelo ambiente (topofilia)³¹ que as circunda, pelo espaço público, pela natureza, pela vida silvestre e por sítios históricos”.

4.5. ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ÁREAS PROTEGIDAS

A construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Espaço Rural Brasileiro tem como desafio mais importante a mudança nos usos do território. Comentamos anteriormente que, os espaços rurais ainda são encarados como fronteiras agrícolas a se explorar, obstruindo a visualização de novos usos, que não seja na forma expropriatória dos recursos ambientais e sociais, decididos sob planejamentos nem sempre com enfoques da sustentabilidade.

A literatura acadêmica contém inúmeros títulos que definem o planejamento sob diversos enfoques, com diferentes palavras, mas todos procuram atender um

³¹ Inserção nossa

conceito básico: instrumento metodológico utilizado em processo permanente de análises e escolhas de alternativas para se atingir objetivos (síntese nossa).

Planejamento territorial e turismo são enfocados por SILVEIRA (1997, p.90-97), abordando que a análise e decisão devem estar calcada numa política de turismo com suporte na dinâmica local, no planejamento territorial e a gestão participativa, resultando num desenvolvimento integrado do turismo sustentável. Enfatiza ainda, “ho que concerne ao planejamento territorial” a distinção entre “participação plena” e a “simples manipulação de recursos humanos para implementação de projetos”.

Assim, devemos focar aspectos do planejamento territorial, que tenham como perspectiva a identificação de áreas com potencial para a prática de atividades diversificadas, de forma sustentável, integrada a outros setores da economia.

No planejamento territorial se busca analisar o ambiente, este, definido por SILVEIRA (2002) e organizado por nós na Figura-01, identificando as potencialidades e confrontando-as com os quesitos exigidos pelos objetivos pré-estabelecidos: O que se quer produzir, ou implantar?; que recursos se tem para atender? Onde se pode implantar o projeto? O que, ou quanto se pode alterar, ou ainda, estruturar? Qual a visão de futuro do projeto? Estará inserido, ou interagindo com outros setores?

No caso do Turismo, é imprescindível responder aquelas perguntas, pois resultará no ordenamento do uso dos espaços com atividades humanas, seja na prática de atividades em lazer ou na prestação de serviços ao público usuário. Esse processo é aplicável a qualquer segmento e modalidade do Turismo a ser praticado.

Neste item, abordamos o uso público em áreas naturais protegidas, que no Brasil se materializam através das Unidades de Conservação (UCs) vinculadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei 9985, julho de 2000, na qual define em seu Capítulo I, art.2º como Unidade de Conservação o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p.1).

BRITO (1998, p.211) cita um conceito, da UICN³² (1994, p.185), mais abrangente ao incluir os aspectos culturais, definindo UCs como “uma superfície de terra ou de mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes”.

Conceitualmente, “manejo”, compreende ações e procedimentos que devam ser adotados para assegurar a integridade da UC, ou ainda, estabelecer normas, regulamentos, limites as atividades, entre elas as de visitação. A permissividade do acesso, assim como a forma, intensidade e quais atividades poderão ser exercidas nessas áreas, está condicionada aos aspectos legais do SNUC, ao tratar da criação, implantação, operacionalização e monitoramento das UCs no Brasil.

São classificadas em categorias de manejo conforme suas características ambientais, com maior ou menor grau de restrição ao uso público, estabelecendo-se assim os objetivos gerais e específicos a cada categoria.

No Quadro 1 representamos as classificações das atuais Categorias de Manejo.

No Quadro 2 apresentamos uma síntese dos objetivos de manejo e o grau de prioridade que cada categoria tem estabelecida, num só e comum objetivo, que é a proteção, preservação e conservação de áreas que representem os vários ecossistemas.

³² UICN, União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, CPNAP, CMMC, 1994. *Directrices para las categorias de manejo de áreas protegidas*, Gland, 261p.

O SNUC tem entre os seus objetivos promover o desenvolvimento sustentável nas áreas naturais protegidas e neste sentido o turismo é uma das atividades claramente incentivadas por esta lei como descrito nos artigos 4º e 5º:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos: (...)

XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

(...)Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que: (...)

IV – busquem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação; (BRASIL, 2000).

URBAN (2002, p.24) comenta que a proteção de áreas naturais deve buscar três objetivos fundamentais observando-se princípios da sustentabilidade:

- Preservar habitats naturais ou sítios culturais valiosos por sua paisagem, características naturais, biodiversidade e significação religiosa e/ou histórica.
- Resguardar e regular o suprimento de recursos de alto valor ambiental agregado, tais como mananciais de água pura, plantas medicinais, reserva madeirável e fauna;
- Manter as características e a diversidade paisagística.

Esses objetivos dependem de ações em que o homem é o protagonista e responsável pela gestão. No processo de apropriação dos *espaços*, na afirmação de sua *territorialidade* o homem deixa marcas de sua cultura ao longo da história, refletindo na configuração da *paisagem*.

O homem, associado ao seu meio, tem que reconhecer as limitações de ambos, entender e praticar formas de uso do patrimônio natural e cultural de forma sustentável.

Em RUSCHMANN (1997, p.79-80), encontramos essa abordagem para o turismo nos espaços naturais:

“Uma boa gestão territorial envolve o reconhecimento e o estabelecimento dos limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento. A nova tendência do turismo nos espaços naturais associa-se, principalmente, à rarefação dos espaços pouco poluídos e dos preservados. Inversamente, quando uma localidade turística natural passa a ser massivamente freqüentada, ela passa a ter os equipamentos para atender a essa demanda e perde sua característica de turismo natural. O valor ecológico está associado ao valor da sua paisagem e, conseqüentemente, à sua atratividade turística”

Em URBAN, 2002, a autora consolida o princípio de que a continuidade da vida depende do funcionamento ininterrupto dos sistemas naturais, levando à abertura de uma nova fronteira para a discussão sobre as relações entre as atividades humanas e o meio ambiente natural. Alterando as condições naturais, as atividades humanas colocam em risco o delicado equilíbrio ecológico existente.

Como observamos na Figura 02 nas interações homem-ambiente, são recíprocas as influências entre as atividades humanas e a qualidade ambiental, ou seja, em qualquer apropriação dos espaços na construção do território e suas atividades econômicas, o que acontecer a um, afetará o outro, em forma sistêmica como uma teia de aranha, parafraseando CAPRA, 1996.

Entre as inúmeras atividades exercidas pelo homem para atender suas necessidades, a atividade turística, seja a lazer ou qualquer outra motivação, vem merecendo maiores cuidados na sua implantação em face da maneira desordenada como vem crescendo, notadamente nos espaços rurais.

Desta forma, reforçamos o comentário de SILVEIRA (2001, p.11) ao argumentar que o desenvolvimento do Turismo deve estar embasado num “adequado planejamento territorial”, gerando “benefícios econômicos para a sociedade como um todo e, ao mesmo tempo, ser uma atividade compatível com a conservação ambiental e cultural dos espaços de destino, contribuindo desse modo, para a sustentabilidade desses espaços”.

A prática do turismo e o hábito de viajar e conhecer novos lugares fascina o ser humano sendo que “...esse desejo de conhecimento de ambientes é talvez inerente à condição humana, e as utilidades se criam; espaços que permitam mudar o ritmo da vida cotidiana. Para uns seria, inclusive, um escape à sedentarização progressiva do homem, a necessidade de periodicamente sair da vida sedentária”(BECKER, 1999).

As pessoas tem preferido como destinos aqueles lugares onde a natureza apresenta um bom nível de conservação como geralmente encontrado nas áreas naturais protegidas, que são porções delimitadas do território com legislação que visa a conservação do ambiente natural do local. BOO (1999, p. 33) afirma que “como nunca

antes, turistas visitam parques e reservas no mundo todo e estão encarando essa experiência como uma forma de conhecer e apreciar o meio ambiente natural”.

Acredita-se que o turismo possa ser interessante alternativa econômica, especialmente nos locais onde se deseja conservar o meio-ambiente. A atividade turística pode dinamizar a economia de um lugar inclusive com a geração de novos empregos, tanto diretos como indiretos. Ao redor do mundo existem diversos exemplos dos benefícios econômicos gerados pelo turismo em áreas naturais, especialmente aquelas protegidas: “A renda proveniente do turismo, gerada a partir da extensa rede de áreas protegidas da África Oriental, representa a maior fonte de rendimentos da região” (WESTERN, 1999, p. 18).

Porém, têm se observado que esta atividade, que a princípio representa baixo impacto negativo, ambiental e social, em muitos casos, onde implantada sob modelo econocêntrico, sem planejamento participativo, têm ocasionado conseqüências negativas, tanto do ponto de vista ambiental como social.

Nos Estados Unidos, país pioneiro na criação de áreas naturais protegidas, o problema da degradação ambiental é preocupante como atesta WESTERN (1999, p. 18): “Encontrar o equilíbrio certo entre conservação e o turismo é o principal desafio dos planejadores de parques nos Estados Unidos, desde a década de 40.”

SILVEIRA (1998a, p. 138 e 139), diagnosticando o ecoturismo na Ilha do Mel-PR, observou que

“..a expansão do turismo constituiu uma ameaça ao meio ambiente e como um todo, porém, é sobretudo com relação às áreas mais frágeis como as regiões de florestas, zonas litorâneas e regiões de montanhas que o temor cresce. Temor alimentado pelo fato que os turistas com a infra-estrutura da qual necessitam para serem acomodados (...) acabam por provocar a degradação, muitas vezes irreversíveis destas regiões.”.

Segundo BOO o processo de degradação nas áreas naturais protegidas ocorre porque muitos destes lugares não estão preparados para receberem turistas:

“Um dos pontos de intersecção que requer providências urgentes refere-se à administração de áreas protegidas. A situação atual é preocupante. As áreas protegidas do mundo todo têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes. Esse fluxo tem aumentado drasticamente – duplicando ou triplicando em um ano – e muitas dessas áreas não estão preparadas para o turismo”. (1999, p. 34)

Devido aos possíveis impactos negativos, sociais e ambientais, que possam ser causados pelo turismo, é proposto para as áreas naturais protegidas, onde se deseja efetivar o turismo, a modalidade ecoturismo como alternativa econômica que concilie desenvolvimento e conservação ambiental. Segundo SILVEIRA (1998a, p. 139) ‘Considerado ecologicamente correto, o Ecoturismo é uma prática turística cuja ocorrência se dá principalmente em áreas naturais preservadas ou em domínios paisagísticos de grande beleza cênica’

O termo “ecoturismo” tem sido usado de forma generalizada, como sinônimo de todo turismo praticado nos espaços rurais. Sem dúvida tornou-se um termo global, reconhecido pela OMT. No Brasil, o ecoturismo é entendido como “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações locais” (EMBRATUR/IBAMA apud SILVEIRA, 1998a, p. 140).

A implementação de projetos de ecoturismo se for realizada de forma desorganizada, também pode trazer danos ambientais e sociais às populações nativas dos lugares onde se pretende explorar esta modalidade de turismo. ‘Estudos mais recentes de organismos internacionais (...) indicam que também o ecoturismo não está isento de provocar impactos negativos nestas áreas’ (SILVEIRA, 1998a, p. 140).

Os planos ecoturísticos para alcançarem êxito devem se pautar pelos princípios da sustentabilidade. Neste sentido para se desenvolver o turismo sustentável é indispensável a conjunção de três fatores que se inter-relacionam dinamicamente (OMT, 2001, p 247):

- Sustentabilidade econômica – É a base de um crescimento turístico eficiente devendo garantir emprego e níveis satisfatórios de renda;
- Sustentabilidade ecológica – Garante que o desenvolvimento turístico é compatível com a manutenção dos processos biológicos;
- Sustentabilidade sociocultural – Assegura que o desenvolvimento turístico deve conciliar-se com a cultura e os valores das populações locais garantindo a preservação das suas identidades.

Neste sentido BOO (1999, p. 37) propõe diretrizes de diagnóstico e planejamento do ecoturismo para administradores de áreas protegidas e defende uma estratégia que concilie o turismo com a sustentabilidade financeira da área protegida, atividades econômicas centradas na comunidade local e educação ambiental:

“A estratégia deverá guiar o desenvolvimento e gestão do ecoturismo a fim de assegurar que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, de criar mecanismos capazes de gerar empregos e renda para a área protegida e para as comunidades próximas, e de oferecer educação ambiental para os visitantes”.

Os estudos para a implementação dos planos de ecoturismo, devem prever os possíveis impactos negativos ambientais conforme AB´SABER (1998, p.31) afirma:

“...prever impactos é um ato de tomada de precauções para garantir a harmonia e compatibilizar funções no interior do espaço total no futuro. É também, por extensão, um ato de bom senso, em que se procura harmonizar o desenvolvimento com uma correta postura de proteção ambiental e ecológica. E, evidentemente sem abrir flanco para os apetites e expectativas ilimitadas dos gananciosos e especuladores que interagem no interior diabólico do capitalismo selvagem”.

Nos planejamentos para implementação das atividades de ecoturismo, ao se adotar princípios da sustentabilidade na previsão dos impactos negativos e proposição de soluções, os “...pesquisadores e estudiosos têm como preocupação os danos ecológicos decorrentes do aumento do fluxo de visitantes às áreas naturais. Nesse sentido cabe destacar o uso crescente do conceito de capacidade de suporte do espaço turístico e o estudo de impacto ambiental do turismo em parques e reservas análogas” (SILVEIRA, 1998b, p. 224).

A capacidade de suporte para as atividades turísticas em uma região “refere -se ao grau de exploração que os recursos naturais podem suportar, acrescido da infraestrutura disponível, de modo a não afetar o ambiente e proporcionar um mínimo de conforto a moradores e visitantes” (PARANÁ, 1996, p. 101).

A OMT (2001, p. 248), enfoca o uso sustentável de uma área as suas condições e limites físicos, afirmando que:

“Diretamente ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável, encontra-se o de capacidade de carga, que destaca que os destinos têm limites no volume e na intensidade do

desenvolvimento turístico que podem ser suportados por uma determinada região, antes que os danos sejam irreparáveis”.

Nesse sentido, entende-se por capacidade de carga total de um destino ‘o máximo uso que se pode fazer dele sem que cause efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação do visitante ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou a cultura da área”.

O conceito de Capacidade de Carga, para garantir a sustentabilidade da atividade turística, se apóia em quatro pilares essenciais (OMT, 2001, p. 248):

Capacidade de carga ecológica: Que se define como o número máximo de visitantes que um lugar pode receber e, se superado, não poderá assegurar um desenvolvimento compatível com os recursos naturais.

Capacidade de carga social: Que faz referência ao nível máximo de atividade turística, que, se superado, produzirá uma mudança negativa na população local.

Capacidade de carga do turista: Entendida como o nível máximo que garante a satisfação do turista

Capacidade de carga econômica: Faz referência ao nível de atividade econômica compatível com o equilíbrio entre os benefícios econômicos que proporciona turismo e os impactos negativos que a atividade turística gera sobre as economias locais (inflação, manutenção das estruturas, etc.).

Em CIFUENTES (1992), na determinação dos limites de uso dos destinos turísticos, ele considera ainda a *capacidade psicológica*, ou seja, a intersecção a partir da qual presume-se que o visitante possa perceber o ambiente e a atividade como um ‘turismo de massa’, em detrimento ao turismo que inicialmente pretendia como ‘ecoturismo’ ou em áreas naturais.

É importante ressaltar que as estratégias de desenvolvimento econômico do ecoturismo devem priorizar a participação e o bem-estar das comunidades locais onde se deseja implantá-los ‘nesse sentido uma política sensata e justa e uma economia sustentável devem ter como meta fazer dos moradores locais sócios e beneficiários da conservação, e não seus inimigos implacáveis. O ecoturismo envolve, portanto, um compromisso sério com a preservação da natureza e com o bem-estar das populações locais.’ (SILVEIRA, 1998b, p. 225).

O turismo de base local pressupõe a participação da comunidade nos processos de planejamento, gestão e desenvolvimento. O fortalecimento de sistemas comunitários e a garantia do envolvimento real de todos os atores sociais são fundamentais na construção deste novo modelo. O planejamento integrado e

participativo é um instrumento de gestão territorial que poderá ter sua capacidade de ação ampliada se de fato, as políticas públicas de desenvolvimento social e ambiental estiverem voltadas ao uso sustentável do espaço natural, garantida assim, sua posição de destaque na conservação e preservação dos biomas e ecossistemas brasileiros.

A ausência da população local nas discussões sobre qualquer pretensão destino turístico e que possa resultar na perda de seus valores, os leva ao desinteresse pela atividade turística e em contribuir no seu desenvolvimento.

Embora neste trabalho a comunidade não seja objeto de estudo, no Capítulo 5 pretendemos retratar o contexto ambiental, econômico e sócio-cultural em que o Parque Estadual do Guartelá está inserido, e sua importância para a economia local.

Nesta linha de pensamento, buscamos em DIEGUES (1994) a socialização no planejamento de uma área protegida:

“O planejamento para uma UC (Unidade de Conservação) não deve se restringir a uma visão isolada daquela porção territorial, como ‘ilha de conservação’ principalmente quando se tem ocupações histórico-culturais desenvolvendo formas comuns no uso dos recursos naturais e seus espaços”.

O Mapa 1 contempla todas as UCs federais e estaduais no Estado do Paraná.

5. CAPÍTULO II - ÁREA DE ESTUDO E SEU CONTEXTO REGIONAL

No final dos anos 80 e início da década de 90 o PEG foi muito divulgado especialmente pela Prefeitura de Castro e Tibagi convertendo-o em grande destino turístico dos Campos Gerais. Esta divulgação foi indiscutivelmente precipitada, pois o local não estava devidamente estruturado como produto turístico no seu mais amplo e técnico conceito. A região passou a ser visitada por excursionistas que buscavam associar o turismo de aventura com a contemplação das belezas cênicas.

As áreas ainda eram propriedades privadas e nenhuma ação era adotada para que se minimizassem os impactos negativos, claramente visíveis já no início dos anos 90 e sentidos pela desfiguração da paisagem em face do crescente aumento de visitantes. O poder público municipal continuava a divulgar os locais com intuito tão somente dos benefícios financeiros às cidades, discursando ainda que as questões ambientais eram entraves ao crescimento do turismo local.

O primeiro decreto do PEG, em 1992, não foi suficiente para que houvesse qualquer resultado concreto na preservação ou conservação daquela área natural. Verificou-se que o Estado e os municípios em questão, encontravam-se despreparados em termos administrativos e financeiros para fazer frente aquele desafio, não obstante deterem condições técnicas para tal.

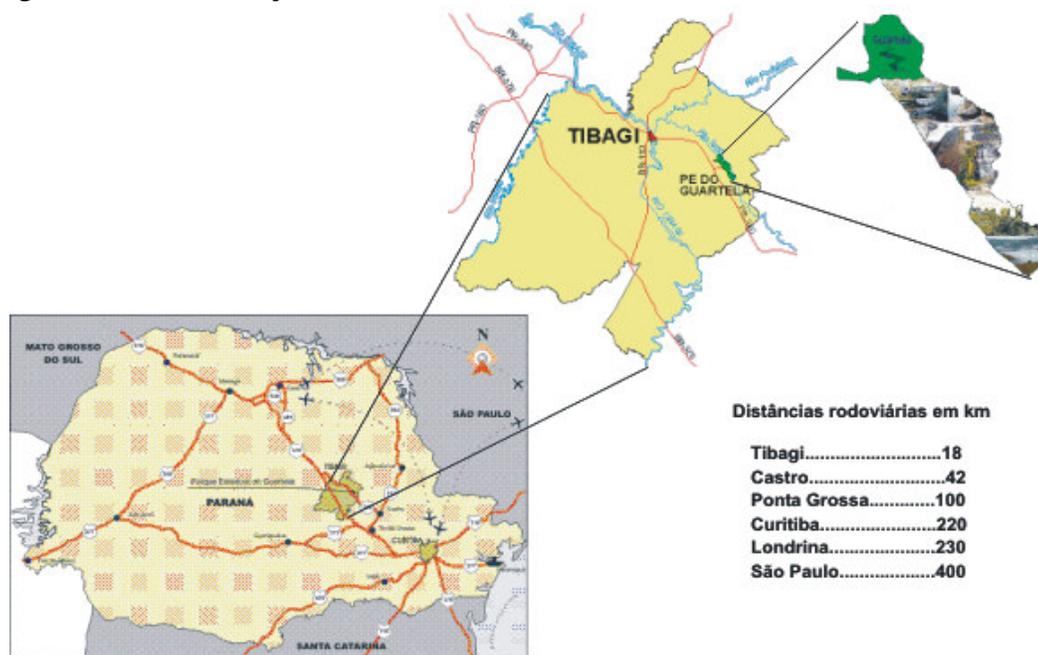
O PEG detém inúmeros atrativos paisagísticos, histórico-culturais e para recreação, ainda que inseridos em ecossistemas frágeis, impondo assim limites à visitação em escalas inapropriadas às áreas naturais.

Ressaltamos pois que devemos expor as características ambientais (estruturais, biológicas, geográficas, sócio-econômicas e culturais) que retratem aquele espaço e suas possibilidades e limitações quanto ao uso público. Os dados relatados foram identificados pelo autor dessa dissertação e no Plano de Manejo (STCP. 2002), no qual se estabeleceu um zoneamento³³ e ordenamento nos planos operacionais.

³³ Segundo a Lei nº 9.985/00, o zoneamento é a “Definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”

5.1. O PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ – (PEG)

Figura 03 – Localização do PEG



organização PINHEIRO fonte: STCP, 2002

O Parque Estadual do Guartelá está situado na micro-região geográfica de Telêmaco Borba, município de Tibagi, região dos Campos Gerais na porção centro-leste do Estado do Paraná, à margem esquerda do *canyon* do rio Iapó, bairro Guartelá de Cima, tendo como centro as coordenadas 24° 34' Sul do Equador e 50° 14' Oeste de Greenwich. Insere-se no território demarcado para outra UC, a APA da Escarpa Devoniana, conferindo maior responsabilidade na proteção às UCs e entorno.

O acesso é pela PR-340, a 18 km da cidade de Tibagi e a 42 km de Castro, e de Curitiba a 203 km pela BR-277 e BR-376. Limita-se ao Norte e Leste com o rio Iapó; à Noroeste, ao Sudoeste e a Oeste com propriedades particulares tendo como divisores, vertentes e sangas que alimentam o Córrego Pedregulho.

O PEG é administrado pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná, autarquia da SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Foi instituído em 27.03.92, através do Decreto 1229, com área de 4.389 ha, sendo recriado com o Decreto 2329, em 24.09.96, com área total de 798,9748 ha.

O artigo 2º do decreto de criação daquela Unidade de Conservação (UC) cita como objetivo geral “assegurar a preservação dos ecossistemas típicos, locais de excepcional beleza cênica como *canyons* e cachoeiras, além de significativo patrimônio espeleológico, arqueológico e pré-histórico, em especial pinturas rupestres”.

Como categoria de proteção integral, admite-se apenas o uso indireto do patrimônio natural, através de diversas atividades que deverão contribuir para o objetivo básico de manejo, que é preservar a natureza, como versa em BRASIL (2000):

Art. 11. **O Parque Nacional** tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Estas atividades, embora sejam premissas básicas da categoria de Unidade de Conservação definida como Parque, podem vir a contribuir com a sustentabilidade econômica e possibilitar a efetiva preservação dos recursos naturais existentes na UC.

As atividades com visitação e pesquisas estão sujeitas às normas estabelecidas no Plano de Manejo e condicionadas à autorização pelo órgão gestor da UC.

O PEG foi criado com a finalidade de proteger uma das mais belas paisagens da região dos Campos Gerais do Estado do Paraná: o *canyon* do rio Iapó, como ilustrado na foto ao lado.

Objetivou ordenar as atividades na área, de forma a se evitar grandes perturbações ambientais (considerando-se a grande riqueza da flora e fauna) e do patrimônio arqueológico de pinturas rupestres pré-históricas.



Figura 04 foto: STCP, 2002

O último Decreto procurou privilegiar a proteção às áreas de maior interesse arqueológico, histórico-cultural, cênico e ecológico, constituídas por parcelas territoriais desapropriadas e anteriormente pertencentes aos Srs. Olímpio Mainardes, Bento Gomes Aleixo e Urbano Pupo Martins.

5.1.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS E BIOLÓGICAS

Ao elaborar os diagnósticos ambientais, a equipe técnica da STCP (2002), assim como vários outros pesquisadores em ocasiões diversas, identificou a presença de diversos elementos de risco ao solo, à água, à flora, à fauna e ao patrimônio arqueológico, concluindo que a área do PEG é frágil, como descreveremos a seguir.

VEGETAÇÃO

Em 1996 a Eng.Florestal Silvia Ziller elaborou estudos preliminares sobre as tipologias da flora, os quais foram atualizados no Plano de Manejo homologado em dezembro de 2002, pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

As diversificadas formações vegetacionais no PEG estão inseridas no âmbito da Floresta Ombrófila Mista Montana e Aluvial, com araucária, em mistura com a Floresta Estacional Semidecídua do norte do Estado; com a Floresta Ombrófila Densa ou Atlântica, com poucas espécies; com a Estepe, que cobre a maior extensão do Parque, variando entre Campo com afloramento de rocha e Campo Limpo, e uma mancha de Savana Parque (Cerrado) com algumas espécies típicas. As unidades fitofisionômicas ocorrentes são:

Campos	Vegetação rupestre	Formações florestais
Campos limpos	Pastagem c/ sp. exótica	Capões
Campos úmidos	Vegetação nos paredões	Floresta ciliar nos riachos
Campos c/afloram.rochas	Cerrados	Floresta ciliar no rio Iapó

Essas unidades estão interagidas formando paisagens únicas de excepcional beleza cênica, contendo espécies endêmicas, outras ameaçadas de extinção e mesmo gramíneas e herbáceas que dão suporte à rica fauna naqueles ecossistemas. Ainda é comum a ocorrência de incêndios ocasionados por fogueiras e pontas acesas de cigarros de caçadores, pescadores e visitantes.

Visualizamos na Figura 05 algumas dessas formações.

FAUNA

Com a crescente presença humana através das visitas faz com que muitas espécies diminuam sua frequência nos limites do Parque, principalmente os mamíferos topo da cadeia alimentar. Por conseguinte, o monitoramento da fauna, limitações e controle das visitas são essenciais à preservação da fauna local, devendo essa preocupação se estender também às áreas do entorno à UC.

Os trabalhos a campo identificaram 85 espécies da mastofauna, como gambás e cuícas; tamanduás e tatus; bugios e sagüis; suçuarana e felinos menores; lobo-guará, cachorro-do-mato e do campo; capivara e cotia; cateto; veados; lebres e lontra.

São espécies-chave da região dos Campos Gerais, tais como o lobo-guará (*Chrysocyon brachiurus*) e o puma ou suçuarana (*Puma concolor*), que ainda se fazem presentes no Parque e em seu entorno, demonstrando que a área é bastante relevante para a preservação da biodiversidade como um todo, considerando-se que tais espécies, constituindo-se em topos de cadeias alimentares, demandam toda uma estrutura trófica para sua manutenção.

Dentre as aves, as mais importantes identificadas foram: urubu-rei; gavião-pombo-grande; seriema; papagaio-verdadeiro e de peito-roxo; andorinhão-velho-da-cascata; bico-de-veludo; tucano-de-bico-verde; guaxo.

Dos répteis, estão presentes inúmeras cobras, sendo mais presentes as jararacas e cascavel, e lagartos como os teiús e outros menores presentes nas fendas rupestres.

HIDROGRAFIA



O rio Iapó, ilustrado na foto ao lado, é afluente da margem direita do rio Tibagi, tendo suas nascentes no Primeiro Planalto Paranaense, a leste do PEG, na região de Piraí do Sul. Antes de enveredar pelo *canyon* afunilado, o rio meandra numa extensa

Figura 06

foto: STCP, 2002

planície de inundação com vastos depósitos aluviais, junto aos quais situa-se a cidade de Castro. Daí o nome Iapó, que na linguagem indígena quer dizer “rio que alaga” (LANGE, 1994, *in* MELO, 2000).

Após romper a Escarpa Devoniana, o rio Iapó faz seu trajeto dentro do Arenito Furnas, formando cachoeiras e corredeiras, através de falhas na rocha, criando uma das mais belas feições



Figura 07 Foto: Evandro Pinheiro

geomorfológicas já conhecidas, o *canyon* do rio Iapó. A foto acima representa o *canyon* visto do Mirante.

O padrão de drenagem do rio Iapó é retangular, orientado na direção NW-SE, tendo vários afluentes orientados na mesma direção, como é o caso do arroio Pedregulho, principal tributário ao rio Iapó na área do PEG. Ocorrem inúmeras estreitas e longas vertentes que deságuam pelos terrenos íngremes e escarpados, sendo outras contribuições pelos afloramentos das águas pluviais em face da característica de solos rasos.

A extensão do rio Iapó é de 10.300m, aproximadamente, dentro dos limites do PEG, estando sua cota altimétrica à montante do Parque a 870m e, à jusante na cota 760m. Do cume mais elevado, com 1.170m, à cota mais baixa do rio, a 760m, gera o desnível de 400m.

As características físico-químicas e biológicas das águas tem oscilado basicamente em função das condições climáticas; da ocupação e uso do solo; do relevo e composição do solo; da densidade e estado de conservação da floresta ciliar. A qualidade que um curso d'água apresenta é o retrato fiel das formas com que o homem trabalha o espaço na formação de seus territórios, notadamente na micro-bacia do manancial em estudo.

PINHEIRO (2003), elaborou e aplicou uma proposta metodológica auxiliar no monitoramento de cursos d'água e sua bacia hidrográfica independentemente de sua extensão, tendo adotado como área de estudo a Bacia Hidrográfica do rio Iapó.

A metodologia desenvolvida, utilizando o índice oficial IQA (Índice de Qualidade da Água), contribuiu para comprovar o reflexo das ocupações e usos do

solo na bacia hidrográfica. As oscilações dos índices mostraram a maior ou menor intensidade das atividades nos espaços intermediários aos pontos das coletas.

De acordo com o quadro da classificação dos índices, os números obtidos estariam até que em níveis razoáveis, mas ficou nítida a tendência de quedas. Ao se detalhar nas tabelas identifica-se, por exemplo, aumento dos teores de coliformes fecais e totais, após a casa do Sr.Olímpio.

Concluiu-se, naquele trabalho, da necessidade em se monitorar com uma série histórica mais significativa e coletas abrangendo todas as estações climáticas. Quanto a escolha dos cursos d'água e dos pontos de coletas, dependerá qual o espaço que se pretende analisar e com que objetivo.

A área do Parque contém 8 "sangas" ou pequenos cursos d'água, perenes, que são importantes fontes para a fauna e tributários ao rio Iapó, sendo imperativa sua conservação. Os mesmos vem sendo comprometidos por efluentes advindos dos moradores lindeiros ao Parque e pela diminuição da cobertura vegetal.

O Córrego Pedregulho é o mais importante, seja por seu volume e extensão, pelo traçado cortando propriedades importantes no contexto do entorno, e por ser o principal atrativo com a Cachoeira Ponte de Pedra e pequenas quedas, formando paisagens de grande beleza cênica.

Entretanto se tornou importante a análise de outro aspecto, o uso para recreação de contato primário, face ao número crescente de visitantes ao Parque e as áreas sob influência do Córrego Pedregulho.

Assim sendo, propõe-se novo monitoramento nos seguintes locais:

- Nas nascentes, na propriedade do Sr.Zens (antes do assentamento);
- Após o assentamento;
- Antes do *camping* da Sra.Doralice;
- Após o *camping*, antes do antigo chiqueirão do Sr.Olímpio;
- Após a sede do Sr.Olímpio.

Entende-se por *contato primário* quando no uso recreativo com natação, mergulho, canoagem, pesca, abastecimento humano e animal e irrigação, devendo-se analisar a balneabilidade do curso d'água.

Devemos acrescentar um enfoque que vem ganhando peso considerável nos planejamentos para lazer nas áreas naturais; o uso *contemplativo*, ou ainda o desenvolvimento da *percepção espacial* pelo visitante e reflexos da suas interações com o grau de satisfação ao visualizar as águas no conjunto da paisagem formada, como é o caso ao se avistar do Mirante o rio Iapó.

GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Caracterizamos estes temas com base em MELO (2000), onde o autor descreve a estratigrafia, estruturas geológicas e o ambiente deposicional da Formação Furnas. vide foto →

A estratigrafia do PEG inicia-se com as rochas do Grupo Castro (Ordoviciano), onde foram encontradas rochas vulcânicas representadas pelos riolitos avermelhados, com minerais de feldspatos freqüentemente argilizados, como se encontram na Gruta da Pedra Ume.



Figura 08

foto: STCP, 2002



Figura 09

foto: STCP, 2002

O PEG está inserido na Escarpa Devoniana, 2º Planalto Paranaense, cujo relevo apresenta-se ondulado (representado na foto ao lado) em sua porção central e escarpado no limite norte, nordeste e sudeste, cuja feição é moldada pelo *canyon* formado pelo rio Iapó. A porção sul da área apresenta relevo de platô, onde predomina a vegetação de campos, ao contrário da porção nordeste da área, onde o relevo apresenta-se recortado por estruturas rúpteis (falhas e fraturas), em diferentes escalas, os quais, em conjunto com processos de erosão diferencial produziram formas bizarras no relevo, inclusive o aspecto ruíniforme das rochas areníticas da Formação Furnas.

Essas formas tornaram-se um dos atrativos turísticos compondo as paisagens, como as visualizadas nas figuras a seguir.

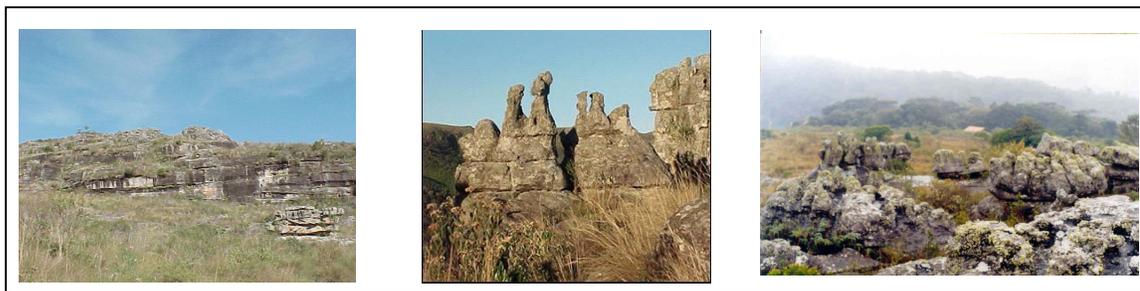


Figura 10

As três fotos: STCP, 2002

Ocorrem ainda muitas lapas e grutas, formado abrigos naturais onde já foram identificadas pinturas rupestres, artefatos líticos e restos de cerâmica de grupos dos paleoíndios. Além disso, os solos rasos e pobres do Arenito Furnas e o isolamento imposto pela escarpa propiciaram a preservação de relictos de cerrados, vegetação outrora extensa na região, quando o clima era mais seco.

SOLO

Buscamos também em MELO (2000) bases conceituais sobre este tema, onde ele comenta sobre a baixíssima fertilidade natural, devido aos baixos teores de bases, à elevada acidez e aos elevados teores de alumínio, tóxico à maioria das plantas cultivadas. Estes fatos aliados à sua textura arenosa e à sua localização em relevo suave ondulado a ondulado, também denotam elevada susceptibilidade aos fatores erosivos e, portanto, baixíssima aptidão agrícola sem o emprego de elevadas tecnologias.

O autor apresenta cinco classes de solos: *Organossolos*; *Cambissolos*; *Gleissolo*; *Neossolos Litólicos* e *Latossolos*. Em todas elas, denotam-se características físico-químicas altamente restritivas as formas de exploração agropecuária atualmente preconizadas. Há também limitações de ordem legal por localizarem-se em áreas consideradas como de Preservação Permanente pelo art.3º da Resolução n.303/02 do CONAMA que regulamenta o Código Florestal Brasileiro (Lei n.4.771/ 65).

Neste ponto, a fragilidade dos solos no contexto produtivo não interfere na configuração atual da paisagem, que é muito valorizada. Porém, aquelas características edáficas conferem baixa capacidade de carga efetiva (ou receptiva) das trilhas, como

observamos nos estudos de CIFUENTES (1992) sobre capacidade de carga das áreas naturais para uso público.

CLIMA

O município de Tibagi se insere numa região compreendida como transição climática, passando por clima subtropical com invernos mais amenos ao norte para uma condição que se aproxima dos climas temperados ao sul, onde os invernos são mais severos. Apresentando diversos microclimas com regimes térmicos e pluviométricos distintos, que podem ser observados ao longo do território, associados a variações de latitude e altitude. Pela classificação de Köeppen (STCP, 2002, p.III.12), verifica-se que a região onde se insere o Parque Estadual do Guartelá situa-se no contexto climático do tipo Cfa com influência direta do clima Cfb.

Em ambas classificações o clima é mesotérmico, sem estação seca, e em face da altitude superior em média de 900m podemos constatar maior umidade, verões frescos e geadas severas. Nos relevos medianos a inferiores, altitude abaixo de 800m, o clima já se altera em temperaturas mais altas no verão, inverno com estiagens não severas e geadas menos frequentes.

Essa confluência geográfica, regional e ao longo do *canyon*, lhe confere instabilidades climáticas que resultam em uma das características próprias e únicas do PEG e seu entorno. Apresentam-se formações com neblinas no amanhecer propiciando visualização de uma beleza cênica impar. Em outros momentos são os ventos oscilando em sua intensidade, nos levando à sensação de algum clima atípico. As manhãs e os entardeceres no inverno se apresentam em belas imagens que por si só já atrairiam os visitantes.

As características físico-geográficas e biológicas descritas neste título, podemos considerá-las extensivas à maioria da região do entorno ao PEG, conferindo necessidades e condições de manejo praticamente à preservação da flora e fauna. A conservação estaria condicionada a efetiva implementação fundamentada em

planejamentos operacionais visando atender usos sustentáveis por populações tradicionais, e/ou o uso para lazer, educação ambiental e pesquisas.

5.1.2. IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Os aspectos bióticos e abióticos, expostos no sub-título anterior, configuram uma Unidade de Conservação bastante relevante no que diz respeito aos aspectos da riqueza florística e faunística local, em especial algumas espécies campestres consideradas como raras e/ou ameaçadas de extinção.

No PEG e ao longo das margens do *canyon* do rio Iapó foram identificados um dos maiores acervos da cultura pré-histórica da região dos Campos Gerais, podendo ser considerada também como uma área de grande importância sob o ponto de vista arqueológico.

A atividade turística tem gerado pressões negativas internas e externas ao Parque, causando perturbações e empobrecimento da biota local. Há um risco constante pelo processo desordenado no uso público, o qual, ao interferir de forma consciente ou inconsciente na interligação dos componentes daquele ambiente natural, estará alterando em última instância a paisagem que lhe seria destinada a ser percebida e usufruída.

Pensando em se proteger ao menos as áreas mais pressionadas por visitas é que se buscou traçar um novo perímetro adequado as condições técnicas, operacionais e financeiras do Estado nos anos 90.

O novo traçado, reduzindo a área do primeiro decreto de 1992, envolveu somente três proprietários e desde o início dos novos estudos procurou-se envolvê-los nas discussões quanto as suas expectativas e decisões, principalmente quanto aos limites que foi modificado várias vezes visando menor perda possível em áreas para manejo de seus rebanhos.

Um dos proprietários, Sr.Olímpio, perdeu o direito de cobrar entrada, um ganho financeiro razoável, que não era redistribuído entre os outros dois. A perda de áreas pelos Srs.Urbano e Bento não prejudicou muito suas pecuárias, por outro lado cada qual teve um ganho a sua parte:

- Sr.Bento - foi mantida uma conexão entre suas áreas nas duas margens do rio Iapó, um trânsito de várias décadas para suas lavouras de subsistência, pois o traçado anterior interrompia aquela trilha.
- Sr.Urbano - foi mantida uma área para a qual inicialmente se destinaria ao camping do Parque; já é intenção do proprietário montar um camping em parceria com uma operadora de ecoturismo.

Nos três casos, acreditava-se na oportunidade que cada um teria para desenvolver atividades receptivas aos visitantes, que somadas poderiam compor todo um conjunto de atrativos a parte do PEG, formando em seu entorno como produtos turísticos.

Entretanto, passado 7 anos do início das desapropriações, e das primeiras obras com o Portal, Mirante e Centro de Pesquisa, encontramos situações de conflito, tanto nos aspectos legais quanto no real entendimento e envolvimento dos moradores locais quanto a importância da UC.

A situação fundiária do PEG não está definida. Há ainda, em litígio fundiário, uma área do parque de propriedade do Sr. Olímpio Mainardes, em face da contestação apresentada contra o Estado, devido à não concordância em relação aos termos indenizatórios estabelecidos. A ação indenizatória pede cifras consideradas, pela opinião pública, como estratosféricas, o que nos leva a crer na demora em se ter uma solução. Por outro lado, aquele senhor e sua família deixaram de usar a estrada de servidão para trafegar pelo acesso interno do Parque, que é ilegal.

O *camping*, numa área contígua ao PEG, administrado pela Sra.Doralice, filha do Sr.Urbano, não está corretamente implementado e oficialmente reconhecido, com problemas ambientais e no controle sobre os comportamentos dos seus usuários. Por estar no entorno imediato deveriam submeter à análise de um projeto técnico ao IAP. Além de estar as margens do Córrego Pedregulho.

Outro *camping* foi instalado, também sem essas preocupações, e o mesmo se localiza ainda na micro-bacia do referido córrego.

A propriedade do Sr.Bento está sendo usada por um grupo de condutores locais com a atividade de caminhadas até outra propriedade, do Sr.Manoel, conhecido

como “Ermitão do Guartelá”, culminando com a chegada na sede da Sra.Júlia, onde oferecem café colonial.

Observa-se portanto que, excetuando-se o Sr.Olímpio, os moradores mais próximos à UC estão tentando desenvolver atividades receptivas mas deixando a desejar o nível de comprometimento com as questões ambientais e profissionais quanto a qualidade dos serviços.

Numa análise sobre a qualidade da paisagem, uma questão tem gerado debates e questionamentos, referindo-se as Torres de Alta Tensão, que interliga Figueira - SP e Ponta Grossa - PR, instalada na década de 50. A sua manutenção requer acessos esporádicos as áreas da unidade de conservação que se destinam exclusivamente à proteção dos ecossistemas característicos, ocorrendo com isso impactos ambientais sobre a fauna e a flora local. Algumas perguntas têm sido feitas: O desvio desta linha transferindo-se para fora dos limites do parque seria a solução, resultando em uma somatória de recursos financeiros não disponíveis ao gestor da unidade? E os novos impactos negativos sobre as áreas em torno do Parque? E a desagregação do solo e trânsito de veículos pesados com a retirada das torres?

A implementação de infra-estruturas iniciada em 1996, e em etapas até 1998, dispôs o PEG com o portal de acesso, centro de visitantes, estacionamento, centro de pesquisas, nova demarcação de trilhas, mirante, pontes sobre arroios, substituição dos postes de concreto por madeira, sinalização interna, definição da área de *camping* com lanchonete, sanitários completos e quiosques com churrasqueiras, casa de guarda-parque e sistema de rádio-comunicação.

Por insistência do Sr.Urbano para que não se usasse a estrada de servidão (decretada pela Prefeitura), ao que a SEMA aceitou, foi aberta uma nova estrada em cima de solo orgânico, de deposição e raso, em relevo íngreme. Tal medida resultou em total desagregação do “solo”, expondo a rocha arenítica, culminando mais recentemente em obras de alto custo com calçamento de pedras irregulares, descaracterizando o ambiente.

A partir de 1999 adotou-se estudos de readequação de trilhas, estrada interna e recuperação de áreas degradadas na unidade de conservação.

Adotou-se a capacitação de equipes de voluntários e monitores municipais, selecionados entre jovens locais, e estagiários para receber, orientar e monitorar os visitantes, principalmente nos finais de semana. Os estudantes eram principalmente dos cursos de Geografia da UEPG, bem como de Turismo, Biologia e Eng.Florestal de várias instituições.

Mesmo assim era comum a presença de visitantes circulando pelo parque em períodos noturnos, interferindo nos hábitos da fauna. Diante da situação encontrada pela equipe técnica elaboradora do Plano de Manejo, houve a necessidade de um reordenamento do espaço físico aberto à visitação, adotando algumas estruturas físicas já citadas. O Plano de Manejo, instrumento legal para gestão da UC, determinou o fechamento do *camping*, podendo ainda ser utilizado o conjunto de sanitários.

Atividades de cunho esportivo que promovem agressão aos paredões de arenito, sua vegetação característica e fauna especialmente as ameaçadas de extinção, foram desativadas. Atividades voltadas ao conhecimento do ambiente, contemplação bem-estar do usuário buscando sua interiorização, observação dos astros, fotografias, são recomendadas aos visitantes, indicadas no Plano de Manejo.

No que se refere ao desenvolvimento das atividades voltadas ao usuário, estas se encontram estagnadas, devido à ação litigiosa, impedindo o fornecimento de serviços básicos como alimentos e bebidas, transporte interno, venda de produtos com a logomarca da unidade, bem como proporcionar roteiros com guias qualificados, cujos custos devam ser cobertos pelo visitante. Sem previsão de resolução do caso, o programa de uso público, educação ambiental e recreação terá dificuldades de ser implementado em curto prazo. Ainda assim, a unidade está cumprindo com os programas de controle, segurança e proteção efetiva da unidade.

A Figura 11 ilustra os principais atrativos e estruturas visitadas atualmente.

5.2. A OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS – REFLEXOS SÓCIO-CULTURAIS NA ECONOMIA LOCAL E REGIONAL

A Freguesia de Tibagi foi desmembrada de Castro em 1846, emancipada a Vila/ Município em 1872 e elevada a Cidade em 1897. Localiza-se na micro-região homogênea Campos de Ponta Grossa (MRT-273 IBGE), tendo como municípios limítrofes: Telêmaco Borba, Castro, Pirai do Sul, Ventania, Ponta Grossa, Reserva, Ipiranga e Ivaí.

Sua extensão de 3.799 km², está inserida no início do 2º Planalto Geográfico, com altitude média de 750m, sendo as coordenadas de Lat.24º 30' S / Long.50º 24' W da cidade de Tibagi, esta a 220 km de Curitiba. Juridicamente é Comarca possuindo três distritos administrativos.

A região do *canyon* do rio Iapó, anterior a colonização dos europeus, era ocupada por grupos étnicos Tupi-Guarani, e posteriormente por Caingang, que procuravam resistir à pressão dos bandeirantes paulistas, desbravadores e colonos oriundos das sesmarias dos Campos Gerais. Para SILVA (1999), diferente dos Guaranis, que já desenvolviam uma lavoura rudimentar, os Caingang constituíam-se de grupos nômades de caçadores-coletores, que percorriam os campos e vales em busca de alimento, ou ainda, através do antigo Caminho Peabirú.

Esse meio vem ao longo da história testemunhando diferentes fases expansionistas do homem e sofrendo os reflexos das interferências nos recursos naturais e culturais:

- a) expansão das fronteiras nos séculos XVII. XVIII e XIX com os Bandeirantes e o Tropeirismo; seja no uso dos campos para apascentação dos animais ou prospecção de minérios no rio Tibagi e afluentes;
- b) expansão nas ocupações urbanas: êxodo rural, crescimento demográfico, indústrias.
- c) expansão agrícola: colonizações européias, novas tecnologias permitindo explorações de áreas antes improdutivas; reflorestamento com espécies exóticas (Pinus sp)

d) expansão do turismo: - o homem contemporâneo urbano busca atrativos naturais, encontrando nessa região belezas que o levam ao contemplativo, místico e recreativo.

Seguindo os objetivos de expansão territorial, à época do Império, colonizou-se os Campos Gerais num modelo intervencionista e desagregador sobre os locais e moradores (indígenas), e concentrador de terras, riquezas e poder.

A Coroa cedia grandes extensões de terras (sesmarias) a poucas famílias, e estas se incumbiam de formar povoados aglutinando escravos (índios ou negros), “agregados”(como protegidos) e pequenos sitiantes que além da mão-de-obra, contribuía também com produtos alimentícios. No decorrer dos tempos muitas fazendas vieram se transformar em importantes cidades na história e economia do Paraná.

O legado histórico-cultural do Tropeirismo é importante, entretanto práticas agro pastoris daquela época, e ainda recente como comentado em parágrafos anteriores, não são compatíveis ao quadro atual de ocupações das áreas que se encontram divididas, descontínuas e cercadas não existindo mais “áreas comuns”. Originam-se daquela época muitas famílias ainda presentes nas cidades ao longo do Caminho de Viamão, mantendo-se em muitos casos a mesma relação de poder, trabalho e produção.

O município de Tibagi não se desviou deste modelo, pois contribuía muito com seus campos para “invernar” (fase de descanso e engorda) as tropas de muares e bovinos.

A mineração surgiu de uma ansiedade dos governantes na busca de ouro e pedras preciosas para manutenção da “corte”. Uma história conturbada por interesses políticos, brigas por posses e dúvidas quanto a veracidade dos veios minerais, praticamente paralisaram as prospecções.

Numa outra fase expansionista agrícola, com as colonizações européias no século XX, ainda permaneceu o modelo concentrador de terra, como se observa na Tabela 1. A Tabela 2 nos mostra que o cultivo principal se dá com produtos exportáveis ou de reflorestamentos para produção de celulose e papel .

Tabela 1 - Estratificação Fundiária

Classes de área (ha)	(A)		(B)		(C)		(D) Relações	
	nº de imóveis	%	área total (ha)	%	pessoas ocupadas	%	Trabalhistas C / A C / B	
até 10	360	22	1.745	0,5	1.066	13	2,9	0,6
11 a 25	397	24	6.714,3	2	1.341	16	3,4	0,2
26 a 50	216	13	7.889,3	3	806	9,5	3,7	0,1
51 a 100	208	13	14.697,5	5	753	9	3,6	0,05
101 a 200	144	9	20.712,7	7	782	9	5,4	0,04
201 a 500	162	10	51.365,5	17	1.269	15	7,8	0,02
501 a 1000	78	5	54.871,5	18	986	11,5	12,6	0,01
acima de 1000	69	4	144.343,6	47,5	1.412	17	20,4	0,009
TOTAL	1.634	100	302.339,40	100,0	8.415	100,0	5,2	0,03

fonte : INCRA e EMATER - 1996

A Tabela 2 mostra ainda que os produtos exportáveis, soja, milho e trigo representam, entre as oito principais culturas, 87% do valor da produção e 83% da área cultivada.

Tabela 2 - Importância dos Produtos Agrícolas (2001)

em 2001	Valor da produção	(R\$ mil)		Área cultivada	(ha)	
		1993	2001		1993	2001
1º	soja	20.292	47 817	soja	38.000	46 000
2º	milho	8.445	38 686	trigo	19.000	31 500
3º	trigo	4.439	27 407	milho	15.200	28 100
4º	aveia	172	5 161	aveia	1.500	15 640
5º	feijão	1.455	4 224	feijão	2.700	3 600
6º	melancia		780	mandioca	300	330
7º	mandioca	162	356	arroz	400	250
8º	fumo	199	299	melancia	20	130
9º	arroz	102	104	fumo		110
				reflorestamento	40.115	

fonte: IPARDES, 2003

Tais atividades não geraram empregos (Tabela 1-coluna D) suficientes para conter o êxodo rural (Tabela 3), que já vinha se tornando inevitável frente ao modelo econômico centralizador imperando no País após a década de 1960. Veio a fase de expansão urbana, crescendo os Setores Industrial e Comercial, mas com altos custos sociais e à administração pública, como se observa na Tabela 4.

Tabela 3 - Evolução e composição das populações

Censo	Urbana		Rural		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
1970	3.448	17	16.938	83	20.386
1980	5.646	27	14.954	73	20.600
1996	8.600	49	8.713	51	17.313
2000	10 279	56	8 155	44	18 434

fonte: IPARDES, 2003

A Tabela 4 mostra que na evolução das despesas municipais, em 1993 50% se concentravam em duas contas, enquanto que em 2001 houve maior e melhor distribuição entre os demais setores, como Educação e Cultura, Administração e Planejamento, Saúde e Planejamento, Habitação e Urbanismo, Assistência Previdenciária. Em 2001 houve ainda despesas com o setor da Indústria – Comércio e Serviços, provavelmente em face de serviços urbanos. Com a maior concentração urbana era de se esperar maiores gastos com prestação de serviços nas áreas da saúde e saneamento básico, refletindo nas medidas assistenciais previdenciárias.

Tabela 4 - Despesas Municipais (2001)

ITEM	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
	1993		2001	
Educação / Cultura	580	30	3 046	29
Administração / Planejamento	291	15	1 525	15
Saúde / Saneamento	140	7	1 466	14
Habitação / Urbanismo	396	20	1 368	13
Assistência Previdenciária	185	9	1 348	13
Transporte	236	12	904	8
Legislativo	102	5	312	3
Indústria, Comércio e serviços	----	----	298	3
Agricultura	32	2	239	2
Total	1.962	100	10 506	100

fonte: IPARDES, 2003

O Setor Primário ainda é o principal pagador conforme Tabela 5, mesmo diminuindo sua participação porcentual no histórico de 8 anos. Por informações não oficiais, na Associação Comercial, estima-se que o crescimento do turismo tenha contribuído para a alteração das participações proporcionais.

Tabela 5 - Participações dos Setores da Economia (2001)

ICMS	(R\$ mil)		(R\$ mil)	
	1993	%	2001	%
Produção Agropecuária.	282	84	202	56
Indústria	15	5	51	14
Comércio e Serviços	37	11	110	30

fonte: IPARDES, 2003

Os Setores Secundários e Terciários, ainda que tivessem aumentado sua participação na economia local, não vem acompanhando o fluxo migratório à cidade, gerando êxodos a outras cidades maiores, insatisfações e/ou indiferenças por parte da população por não disporem de alternativas ou perspectivas. A Tabela 3 nos mostra decréscimo da população, mesmo que os dados de 2000 não estejam tão corretos, como era comentado na época.

Os números da economia local identificam pequeno crescimento, aliando-se ainda a um custo ambiental caro que vem se refletindo na piora da qualidade do ar, da água, do solo prejudicando a flora, a fauna e conseqüentemente o homem local e visitante.

O índice de criminalidade é muito baixo ou praticamente inexistente com relação ao patrimônio, com poucas ocorrências graves de dano pessoal, mostrando que ainda há forte influência da índole dos campeiros. Entretanto já são observados desvios comportamentais por parte da atual juventude, faixa etária aproximada dos 14 aos 22 anos, como reflexo direto do quadro comentado.

De acordo com relatos de moradores mais antigos do entorno, até ha poucas décadas anteriores à criação da Unidade de Conservação, se adotava um sistema de ocupação e uso do solo naquela região, voltado à produção agropecuária de subsistência. A forma de ocupação e uso da terra com a pecuária, erva-mate, madeira, e agricultura de subsistência, respeitava os limites impostos pelas características biofísicas da região.

O uso de queimadas nas áreas de campo evitando que a “macega” tomasse conta de áreas da propriedade, era uma prática comum no preparo da terra, em virtude da necessidade de se implantar novas áreas de cultivo (roças) e de pastagens para o gado. Utilizava-se das técnicas de “aceiro” para desbaste do terreno e proteção contra

propagação de incêndios nas propriedades, normalmente em áreas não superiores de 3 a 5 ha.

As áreas de lavoura eram então cultivadas e protegidas da invasão de espécies oportunistas da vegetação natural, fazendo uma rotação nas áreas de cultivo, com novas roçadas a cada três anos, destacando-se a produção de feijão, milho e abóbora. Após a colheita, os antigos moradores conduziam o gado para se alimentarem nas áreas de lavoura, aproveitando a palhaça, “tigüera” remanescente até o fim do verão, quando o gado era então deslocado para os campos, permitindo a regeneração das áreas para cultivo.

Alem da presença da população cabocla, havia grupos de negros remanescentes das antigas fazendas, residindo nos vales e utilizando as mesmas técnicas de preparo e cultivo da terra. Nas partes mais acima do *canyon*, nos campos, era costume o cultivo de mandioca e milho, com a produção de farinha, além da criação de suínos para consumo doméstico. Quando havia algum excedente na produção de subsistência, este era negociado no comércio local. Apesar da extrema simplicidade da população local, havia entre os moradores uma certa consciência quanto a conservação de seus recursos naturais, em face da necessidade de retirar seu sustento da terra, rios e matas mas sem exauri-los.

A agricultura mecanizada nas partes altas e planas do 2º Planalto modificou a paisagem e a qualidade ambiental, seja pelo processo erosivo, pelo uso de agrotóxicos ou pela monocultura. Ressalta-se que a produção de madeira em tora é aquela que se destina a produção de celulose e papel em outro município, recebendo Tibagi a poluição industrial, através do rio Iapó e poluição do ar. A produção de lenha e carvão vegetal contribui para a diminuição das matas interferindo na fauna.

Portanto se de um lado o Setor Primário é o principal provedor de recursos financeiros, por outro lado é grande seu peso como poluidor, gerando uma perda ambiental muitas vezes de difícil avaliação monetária. A promulgação da Lei Complementar 059/91 (ICMS Ecológico) e mais as dinâmicas / metodologias adotadas para avaliações das áreas protegidas são instrumentos que poderão valorar em última instância as relações poluidor-pagador e protetor-beneficiado.

O PEG já foi responsável por 40% do valor recebido em ICMS - Ecológico, sem que houvesse uma participação proporcional da Prefeitura em qualquer ato de proteção ao patrimônio natural, educação ambiental aos visitantes e correto envolvimento dos proprietários das áreas do Parque e seu entorno. Procuraram divulgar os atrativos sem houvesse estruturas física e humana para se formar um produto turístico. O resultado foi que as áreas antropizadas perderam sua qualidade ambiental, vindo a reduzir para 11% sua participação no ICMS - Ecológico para 1997, e a população foi marginalizada do processo de criação do Parque.

O destino desses recursos deveria passar pela discussão com a comunidade, buscando soluções / projetos que estimulem a sua participação no desenvolvimento sustentável. Desta forma serão possíveis a produção e apropriação de conhecimentos, retransmitindo-os para conscientização coletiva quanto a importância conservacionista ambiental, social e cultural daquela unidade de conservação.

De uma nova ordem mundial, é voz corrente desenvolver programas e implantar projetos alternativos que irão dispor em maior equilíbrio possível os componentes econômicos, sociais, culturais e ambientais, manejando-os de forma sustentável para se atingir o desenvolvimento.

Constata-se pois a necessidade em se ter planejamento e programas macro-regionais e neles, os planos e projetos individuais, visando diminuir, ou mesmo evitar, os impactos negativos por ações antrópicas e contemplar as contribuições positivas.

Neste contexto o Turismo, entre os vários segmentos notadamente o Turismo em Áreas Naturais, poderá ser uma grande alavanca para aquele objetivo.

Desde início da década de 90, o Turismo ainda se encontra em fase de crescimento e amadurecimento, acontecendo fluxo de visitação crescente sem qualquer controle, estruturas, ações educativas e normativas. São gerados impactos negativos ambientais e sócio-culturais a um custo muito maior que as vantagens financeiras, mesmo com os impactos positivos na economia com a geração de trabalho e renda.

O PEG, considerado como um bom destino para o Turismo em Áreas Naturais, na modalidade Ecoturismo, tem contribuído de forma expressiva para o crescimento do Turismo como atividade econômica municipal e regional.

Desde sua abertura oficial à visitação pública em 27.10.97, o fluxo turístico tem originado de regiões muito diversificadas e distantes no Brasil, e em menor escala internacionalmente, ou seja, pessoas com *diferentes valores culturais*. Constata-se pessoas sensíveis as questões ambientais, mas pressupõe-se, pelas observações ainda empíricas, que na grande maioria, sejam pessoas com espírito aventureiro, inconsciente da forma, intensidade e que atividades sejam compatíveis aos ambientes naturais.

Mesmo assim, na intenção de se promover turisticamente a região, atitudes precipitadas foram tomadas, propagando-se na mídia sem que houvesse qualquer envolvimento e preparo prévio da comunidade, e estruturas inadequadas ao meio foram implantadas.

Não só na Unidade de Conservação, mas em todo o território abrangendo imediações do *canyon* constata-se beleza cênica com alto grau de atratividade, que tem propiciado fluxo de visitantes cada vez mais crescente e desordenado, salvo poucas iniciativas privadas. Essa forma exploratória do Patrimônio Natural e Cultural tem colocado em risco áreas de interesse arqueológico, histórico-cultural e ecológico.

Aquela região, com suas características únicas possui, ainda, caráter social e educativo, estando inserida no espaço público da comunidade como parte integrante do patrimônio ambiental e sociocultural da população. A promoção de atividades de educação ambiental, recreação e interpretação ambiental para as comunidades do entorno do Parque Estadual pode representar um importante e decisivo meio para auxiliar e reduzir as ações de fiscalização na Unidade de Conservação.

Através das atividades de educação e interpretação ambiental poderá contribuir, para melhor compreensão pública além do ambiente em que se inserirem mas também das estratégias e ações ambientais federais, estaduais e municipais.

O embasamento para o sucesso dessa relação visitante – ambiente – gestor, será construído a partir do conhecimento sobre o perceptor e sua conduta no ambiente natural.

6. CAPÍTULO III - O VISITANTE: SEUS VALORES, EXPECTATIVAS E MOTIVAÇÕES REFLETINDO EM SUA PERCEPÇÃO SOBRE O P.E.G.

“O sentimento, a empatia, a identidade são instrumentos epistemológicos tão importantes quanto o raciocínio lógico” (Paulo C.C. Gomes)³⁴

Nos estudos da percepção são indissociáveis o sujeito e objeto, o perceptor e o que é percebido, experienciado, sentido e construído, num processo contínuo, consciente ou subliminado, que vai do racional e simbólico, ao sensorial e emocional, levando a experiências individuais e únicas. Novos valores enriquecerão a “bagagem” cultural do indivíduo, originados de uma satisfação ou insatisfação com a integridade do ambiente no qual ele estiver interagindo. Diferentes condutas resultarão da compreensão, distintamente por cada perceptor, sobre sua relação com o ambiente.

Nessa linha foi que buscamos pesquisar a campo, junto aos visitantes do PEG, sua percepção e compreensão ao exercer suas atividades de lazer naquele ambiente. Procuramos identificar as motivações na procura por áreas naturais, seu grau de satisfação sobre o produto turístico oferecido e sua compreensão sobre os possíveis impactos negativos e positivos que pudessem ser gerados pela visita.

Os dados para análise quantitativa foram registrados e tratados através de tabelas, enquanto que as respostas às perguntas abertas foram analisadas em conjunto, sendo relevadas as observações que pudessem dar conta das hipóteses, dos objetivos e do problema questionado. Registramos e analisamos condutas e posicionamentos, de alguns grupos ou pessoas isoladas, através de observações pessoais.

Os resultados não surpreenderam, mostrando, em muitas situações, contradições pelos entrevistados entre suas motivações e sua compreensão sobre seu papel no ambiente natural em momentos de lazer. O mesmo ambiente é percebido sob diferentes “olhares”, pelos perceptores, cada qual com seus valores pessoais.

³⁴ GOMES, Paulo C.C. **Geografia e Modernidade**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1966.

6.1. O VISTANTE E SEUS VALORES

Perfil dos Entrevistados

Os dados das tabelas e gráficos a seguir, retratam 70% dos visitantes entrevistados do sexo masculino, sendo 30% na faixa etária de 15 a 25 anos e 50% entre 26 a 45 anos, 61% procedente de Curitiba, 87% com escolaridade superior e que 70% permaneceu de 2 a 4 h no PEG.

Tabela 6 - GÊNERO	Entrevistados	%
Masculino	21	70
Feminino	9	30

A amostragem representou um usuário mais maduro, profissional de boa escolaridade, estabelecido em Curitiba, permanecendo por um tempo suficiente para a visitação mais usual, pois nenhum deles se deslocou até a Gruta da Pedra Ume, que demandaria muito mais tempo.

Souberam do PEG através de jornais, internet e revistas, mas a maior fonte de informações ainda é através dos amigos.

Tabela 7 - FAIXA ETÁRIA	Entrevistados	%
15 a 25 anos	9	30
26 a 35 anos	8	26
36 a 45 anos	7	23
46 a 55 anos	4	13
56 a 64 anos	1	3
mais de 64 anos	1	3
Total	30	100

Tabela 8 - ESCOLARIDADE	Entrevistados	%
1º Grau	0	0%
2º Grau	4	13%
3º Grau	23	77%
Pós Graduação: 03	3	10%
Total	30	100

Tabela 9 – PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES	Entrevistados	%
Curitiba	18	61
Ponta Grossa	3	11
Maringá	2	7
Florianópolis	1	3
Assis	1	3
Telêmaco Borba	1	3
Tibagi	1	3
Londrina	1	3
Carambeí	1	3
Piracicaba	1	3
Total	30	100

Gráfico 1 – PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES

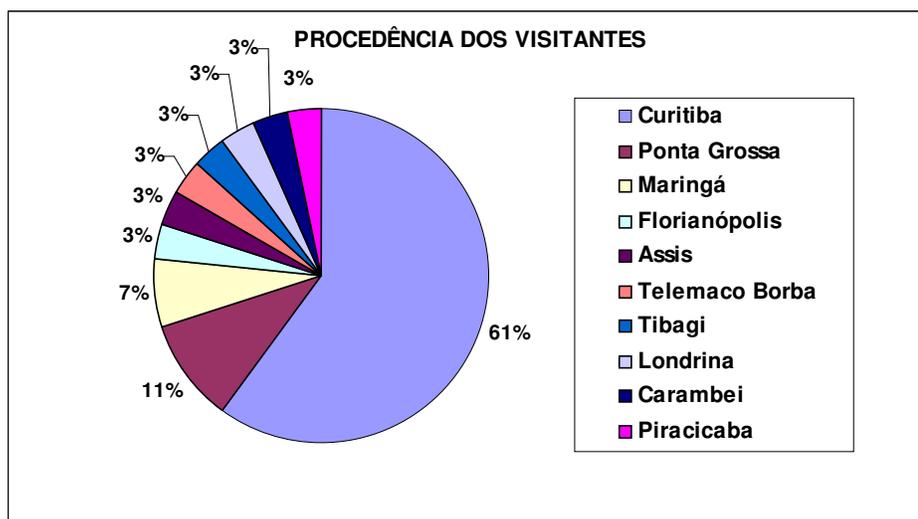
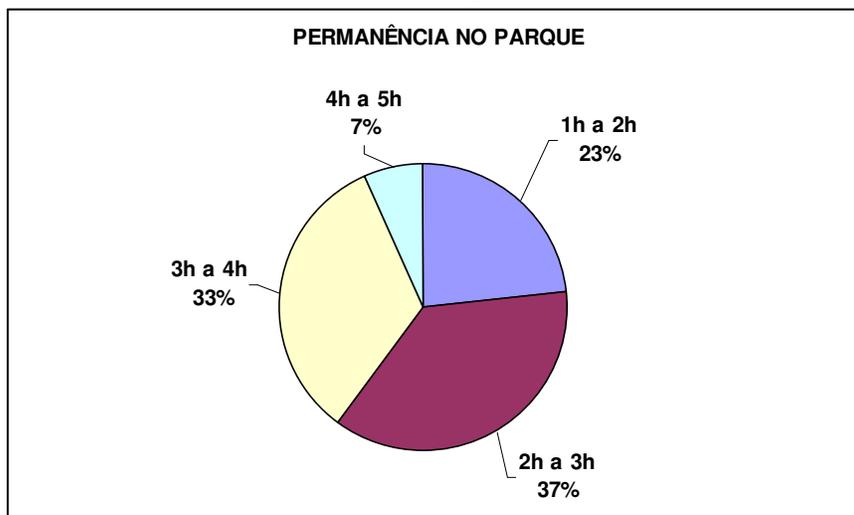


Tabela 10 - PERMANÊNCIA NO PARQUE (horas)	Entrevistados	%
1h a 2h	7	23
2h a 3h	11	37
3h a 4h	10	33
4h a 5h	2	7
Mais de 5h	0	0
Total	30	100

Gráfico 2 – PERMANÊNCIA NO PARQUE**Tabela 11 - COMO TEVE CONHECIMENTO DO PEG?**

Meio	Nº de Respostas	Meio	Nº de Respostas
Calendário	2	Imprensa	6
Rádio	1	Internet	5
TV	3	Revista	5
Amigos	16		

Motivações e Atividades

A maior parte dos visitantes se deslocou motivada pela curiosidade em realizar um “passeio” diferente com a família, sem relacionar conscientemente às questões ambientais. A segunda maior citação, “interesse pela paisagem”, se correlaciona à vontade em fotografar e à visualização da paisagem. Ainda que essas duas motivações estejam coerentes com as atividades permitidas no PEG, as citações “passeio” e “caminhar” foram de forma displicente e descompromissada com o real objetivo de uma UC.

Tabela 12 - MOTIVAÇÃO A VISITAR O PEG

Motivo	Nº de Respostas	Motivo	Nº de Respostas
Passeio	16	Trabalho Acadêmico	2
Caminhar	1	Fotografar	3
Família	3	Pensar	1
Paisagem	7	Banho	1
História	1	Canyon e Formações	1
Ecoturismo	1		

Confrontando-se as Tabelas 13 e 14, constatamos em 18 citações, que as pessoas, embora saibam que no PEG são permitidas apenas atividades mais passivas, elas gostariam de praticar atividades mais radicais como *rapel* e *rafting*, que não são permitidas naquela UC. Na Tabela 21 registramos que gostariam de “mais áreas para banho”, “abertura de novas e mais extensas trilhas” e “acesso à base da cachoeira”.

Alguns visitantes desconheciam que não se podia mais acampar e utilizar as churrasqueiras, gerando reclamações pela falta de informação.

Houve cinco visitantes que responderam que sabiam o que era permitido fazer no PEG, sem contudo detalhar quais atividades, como consta na tabela abaixo.

Tabela 13 - SABE O QUE É PERMITIDO NO PEG?

Atividade	Nº de Respostas	Atividade	Nº de Respostas
Apreciar	3	Não	6
Cuidar do ambiente	6	Sim	5
Caminhar	6	Filmar/ Fotografar	4
Contemplar	3	Visitar	1
Acampar	2	Evitar lixo	6
Não Acampar	1	Evitar jogo	1
Cuidar	1		

Tabela 14 - QUAIS ATIVIDADES GOSTARIA DE PRATICAR NO PEG?

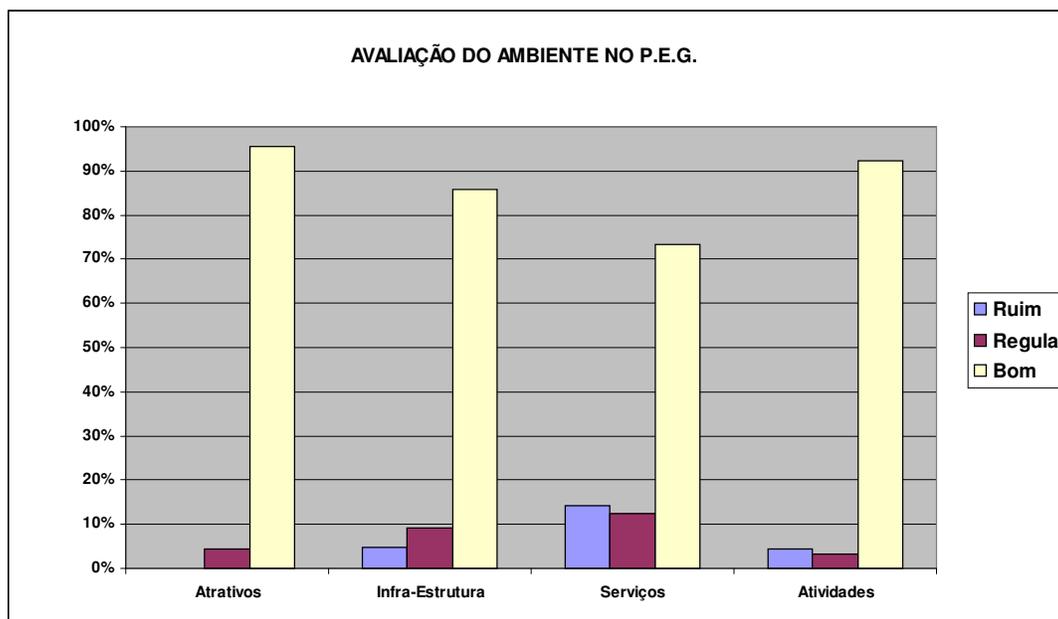
Atividade	Nº de Respostas	Atividade	Nº de Respostas
Rapel	9	Bóia-cross	2
Rafting	6	Banhos	6
Acampar	5	Bicicross	1
Tirolesa	1	Churrasco/ Pic-nic	3
Escaladas	1	Caminhada até o rio Iapó	1
Caminhar	6	Trekking	1
Passeio a cavalo	1		

Satisfação/ Insatisfação

Esta foi uma análise quantitativa que também contribuiu para se conhecer o visitante e compreender seus posicionamentos. O grau de satisfação ficou acima de 70% como “bom” nos quatro itens “atrativos, infra-estrutura, serviços e atividades”. Apenas os serviços tiveram um grau de insatisfação de 27%, sendo 14% ruim e 13% regular. Neste item solicitamos opinião sobre os monitores, as informações/ orientações recebidas e o material impresso.

Para fundamentar nossos comentários ilustramos no texto o Gráfico 3, e no Anexo-3 constam outras três tabelas caso haja necessidade de maiores detalhamentos em se analisar a qualidade e satisfação sobre cada componente dos itens avaliados.

Gráfico 3 – AVALIAÇÃO DO AMBIENTE



6.2. DA INFORMAÇÃO À COMPREENSÃO

Tanto GADE (1980) quanto HEIMSTRA (1978) abordam aspectos da informação ao visitante para sua melhor experiência vivencial no ambiente. O que é informado, do simbólico ao verbal, são mecanismos cognitivos que contribuem à percepção e compreensão racionais de seu ambiente. Ou seja, consideramos como processo de “orientações” as abordagens dos monitores e a entrega de material escrito aos visitantes.

Consideraram ter recebido orientações, 77% ou 23 entrevistados, e destes, 17 afirmaram que foram claras, e 6 visitantes responderam que faltou clareza de conteúdo ou forma naquele serviço. Nossa análise se baseou nas Tabelas 15 e 16 e no Gráfico 4.

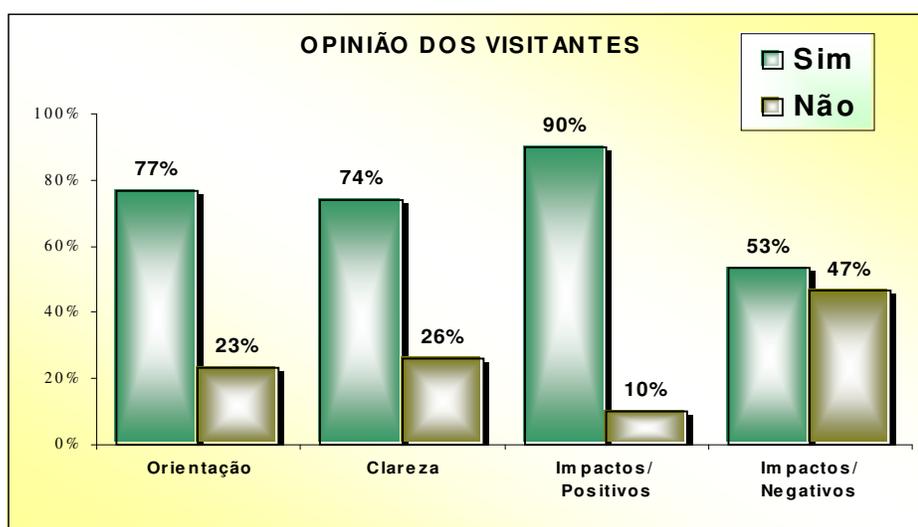
Material impresso é importante no processo de comunicação ao visitante, para que ele possa se interar melhor com a área visitada. Constatamos que o único material disponível, conforme modelo Anexo-2, não atendia as necessidades do visitante.

Ha três anos era distribuído gratuitamente *folder* de excelente qualidade estética e conteúdo geral sobre o PEG, sendo que não foi re-editado. Também se adotava passar um vídeo de 8 minutos e um monitor fazia preleção de 5 a 10 minutos.

Tabela 15 - ORIENTAÇÕES NO CENTRO DE VISITANTES OU NO PERCURSO DAS TRILHAS ?	Nº de Respostas
Sim	23
Não	7
Total entrevistados	30

Tabela 16 – AS ORIENTAÇÕES FORAM CLARAS ?	Nº de Respostas
Sim	17
Não	6
Entrevistados que afirmaram ter recebido orientações	23

Gráfico 4 – AVALIAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES E SOBRE OS IMPACTOS



Impactos e Responsabilidades

A visitação às áreas naturais gera impactos?.

Para esta questão utilizamos as Tabelas 17 e 18 e o Gráfico 4.

Sobre impactos positivos, 90% ou 27 entrevistados responderam positivamente, embora 24 pessoas tivessem citado poucos temas sobre os quais incidiriam os impactos positivos, sendo eles: turismo, tranquilidade e bem-estar, educação e conservação ambiental, conscientização e uma citação sobre o “social”.

Tabela 17 - A VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS GERA IMPACTOS POSITIVOS?	Nº de Respostas
Sim	27
Não	3
Total entrevistados	30

Tabela 18 - A VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS GERA IMPACTOS NEGATIVOS?	Nº de Respostas
Sim	16
Não	14
Total entrevistados	30

Observamos 53% dos entrevistados afirmarem que a visitação em áreas naturais gera impactos negativos, e quando lhes perguntamos, de forma aberta, quais seriam esses impactos, 11 pessoas responderam, com sete citações abertas para a palavra “degradação” e as demais foram para “depredação, poluição, lixo, barulho, trilhas depredadas”.

Numa das entrevistas, o visitante respondeu que a visitação em áreas naturais não geraria impactos negativos, no entanto, ao relatar sua percepção sobre a foto ao lado, referiu-se como poluição visual e que não deveria ser permitida tal aglomeração.



Figura 12 Foto: Evandro Pinheiro

O fato de 47% dos entrevistados responderem que a visitação não geraria impactos negativos, pode estar relacionado à desinformação ou à ausência de valores que o levem à percepção das interações e influências recíprocas entre as atividades e o ambiente.

Três pessoas responderam de forma condicionante que os impactos negativos seriam gerados caso não houvesse “planejamento e controle”.

Que temas você relacionaria com as visitas em áreas naturais?

Verificamos que os temas listados, sobre aspectos negativos, como, lixo/poluição; perigo; aumento dos preços na cidade; e pessoas estranhas, receberam 17% das citações. As citações sobre assuntos positivos receberam 75%, tendo como temas

principais as viagens, lazer, apreciar a paisagem, história-cultura e preservação ambiental, respondendo de certa forma a questão anterior.

Tabela 19 - TEMAS RELACIONADOS ÀS VISITAS EM ÁREAS NATURAIS	Nº de Respostas
Novos Conhecimentos	23
Viagens	25
Festas/ Eventos	2
Lixo/ Poluição	9
Historia/ Cultura	22
Perigo	6
Aumento dos preços na Cidade	18
Melhoria da Infra-estrutura e serviços no município	18
Geração de empregos	20
Lazer	28
Preservação Ambiental	25
Dinheiro/vender coisas	4
Pessoas estranhas	5
Apreciar a paisagem	28

Quem seriam os responsáveis pela conservação ambiental do PEG?

Os entrevistados se posicionaram como co-responsáveis pela conservação ambiental do PEG, com 23% das citações, sendo mais citado com 51%, o poder público. Toda a sociedade deveria ser responsável na gestão de áreas protegidas públicas, com 11% das citações.

Tabela 20 - QUEM SERIAM OS RESPONSÁVEIS PELA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO PEG?

Responsabilidade	Nº de Respostas	Responsabilidade	Nº de Respostas
Governo do Estado	18	Todos	5
Prefeitura	4	Voluntários	2
Visitantes	10	População local	2
IAP	2		

O que sugere para melhorar o PEG?

Os visitantes mostraram sua insatisfação com os serviços informativos/orientadores ao votar com 28%(*) das citações, assim como gostariam de mais

atividades de lazer ao citarem com 28%(**). Quanto a infra-estrutura as citações se mantiveram em 20%. Houve apenas uma citação exigindo “preservar mais”.

Tabela 21 - O QUE SUGERE PARA MELHORAR O PEG?

SUGESTÕES		Nº de Respostas
Folhetaria	*	3
Atendimento/ Informação	*	5
Acesso à base da cachoeira e até o rio Iapó	**	3
Abrir mais trilhas	**	3
Substituir o mirante		1
Mais áreas para banho	**	6
Pequeno mirante mais próximo da P. Pedra		6
Pintar de vermelho os degraus na trilha suspensa		1
Sinalização	*	5
Fornecer água potável na parte inferior		3
Preservar mais		1
Nada		4
Área para churrasco		1
Esportes Radicais	**	1
Serviços de alimentação		3

Melhores serviços viriam atender as necessidades do visitante em conhecer mais sobre o ambiente visitado. A exigência de mais atividades de lazer é reflexo da desinformação sobre o que e como se pode conciliar numa Unidade de Conservação. O visitante mostrou um querer estar mais próximo naquele espaço, transformando em algo familiar, seu lugar de lazer e recreação. Como exemplo, houve 6 citações sobre um pequeno mirante para se posicionarem mais próximo à Ponte de Pedra.

A necessidade de se dar maior atenção às informações e orientações aos visitantes, ficou evidenciada através das citações sobre “folhetaria”, “atendimento/informação” e “sinalização”, que totalizaram 13 citações como sugestões para melhorar o PEG. Houve comentários que os pictogramas, como da Figura 13, não estavam claros e que algumas placas estavam danificadas.

As questões analisadas mostraram um visitante que não tem sido motivado a se envolver e compreender suas relações de troca com o ambiente visitado. Ele se inseriu como co-responsável pela conservação ambiental, acredita que a visita em áreas naturais pode contribuir à preservação ambiental, mas ainda se contradiz quanto aos possíveis impactos negativos. Nos mostrou a necessidade de se aprimorar ou mesmo implementar melhores serviços de informação e orientação aos visitantes, que querem aprender, mesmo que seus valores ainda estejam subliminados.



Figura 13 Foto: Evandro Pinheiro

Comentamos de BOULLON (1985) que a visualização de uma paisagem está relacionada com a atividade desenvolvida pelo perceptor, este, detentor dos valores que determinarão diferentes necessidades, interpretações e interações.

6.3. DA PERCEPÇÃO À INTERAÇÃO

Objetivando conhecer como a paisagem no PEG era percebida pelo visitante, registramos os comentários individuais, muitas palavras soltas, e procuramos convergir em blocos que expressassem uma percepção e compreensão sobre o exercício da atividade turística no ambiente que lhe é ofertado a observar.

Utilizamos um painel, montado no Centro de Visitantes, com fotos dos mesmos lugares pelos quais o visitante obrigatoriamente percorre ao caminhar pelas trilhas e acessos. A cada foto relacionamos perguntas abertas, que o visitante ia respondendo foto por foto.

As fotos, neste texto denominadas como figuras, são imagens representando algumas situações sobre as quais se quer compreender a percepção dos entrevistados. Tentou-se buscar a essência do processo perceptivo na interação do visitante com o ambiente visitado, ou ainda, como ele era percebido pelo visitante. No texto expusemos as fotos em seis (6) blocos, sem prejuízo às interpretações.

Fig. 14 - Paisagem percebida do Centro de Visitantes



Foto: Evandro Pinheiro

Na Figura 14 visualizamos a primeira imagem que o visitante se defronta ao sair do Centro de Visitantes para iniciar a caminhada. Como primeira paisagem visualizada as expressões eram as mais positivas; “exuberante”, “linda”, “grandiosa”, “maneira”, “tremenda”...exclamações como oh!, ah!, nossa!. Observei alguns ficarem estáticos por minutos e saírem pensativos. Respostas como “energização física e espiritual”, “reflexão sobre sua identidade”, podem ter representado aquelas condutas.

Fig. 15 - Paisagem e acesso



Foto: Evandro Pinheiro

A Figura 15 objetivou analisar a percepção, da paisagem em segundo plano e uma interferência humana em primeiro plano. O acesso construído não foi estranho à maioria das pessoas, de origem urbana, familiar àquela imagem.

Apenas três pessoas denotaram negativamente a visão da estrada; um entrevistado viu o lado positivo como “proteção contra erosão”, e outro considerou o “acesso bem planejado”. O segundo plano foi mais valorizado, as pessoas não medindo elogios para enaltecer até mesmo sensações vividas e lembradas: “ambiente e ar puro”; “vento no rosto”, pois no local em que é possível ver aquelas imagens, ao vivo, sopra desde uma brisa suave até um vento moderado.

Fig. 16 Paisagem percebida do Mirante



Foto: Evandro Pinheiro

Fig. 17 Paisagem – Cachoeira Ponte de Pedra



Foto: Evandro Pinheiro

As Figuras 16 e 17 expõem os principais atrativos, o Mirante e a Cachoeira Ponte de Pedra. Buscou-se conhecer o impacto das imagens sobre os sentidos, pois além da visão, temos os sons das águas e dos andorinhões, o

sentido de profundidade e

altura nos locais de visualização do *canyon* e da cachoeira, que estão posicionados à beira de uma escarpa. Apenas no Mirante há construções, tendo gerado um comentário que “precisamos aprender a interferir menos”. Expressões como “paz e tranquilidade”, “riqueza natural”, tiveram 50% de citações.

A percepção da paisagem, observada daquele ponto, refletiu comentários positivos pelos entrevistados, como por exemplo, “paisagem com água, rios, são mais bonitas que só montanhas”, “a vida brotando da natureza” (ao ver a cachoeira e andorinhões saindo das fendas). Em dois comentários encontramos os visitantes integrados ao ambiente, percebendo-o como seu lugar ao “se sentir cercado pela natureza”, ou o outro que ao ver a foto lembrou que “ao vivo sente um bem imenso na alma”. Realmente, do ponto de visualização se pode sentir um envolvimento pelo cenário, introspectivo, ainda que o local permita um posicionamento acima e de certa forma “distante” do atrativo “cachoeira”. Na Tabela -21 houve 6 citações sugerindo pequeno mirante mais próximo à Ponte de Pedra.

Fig. 18 *Canyon* do Rio Iapó – o que o visitante percebia sobre as duas imagens

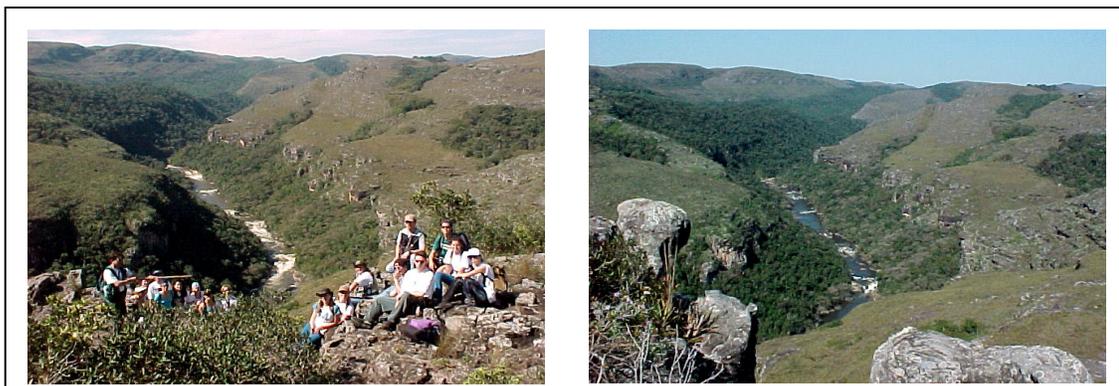


Foto: Evandro Pinheiro

A Figura 18, composta de duas fotos, provocou bons e polêmicos comentários, pois era intenção interpretar as imagens do mesmo local, com e sem pessoas; o ambiente social pela convivência das pessoas, o cultural pelo hábito de se agruparem nas fotos para o registro dos momentos de confraternização. Cabem esclarecimentos de que naquele local não é permitido às pessoas se posicionarem como estão, em face do grande perigo. É permitido o acesso ao local de onde se visualiza aquela paisagem. A cena da esquerda foi montada como exercício didático e em contribuição à dissertação. Sempre, após respondido o formulário, explicava este fato ao entrevistado.

Três pessoas citaram que as “pessoas interagem em equilíbrio com o ambiente”, denotando um processo perceptivo desprovido de valores ambientais cognitivos, ainda que os sensoriais induzem à beleza cênica. Outro afirmou que “a presença das pessoas dá mais alegria ao ambiente”; pode até ocorrer essa situação, mas não naquele local, de grande fragilidade ambiental pelas formações rochosas areníticas.

Contrapondo ao anterior, quatro (4) visitantes afirmaram que “paisagens são mais bonitas sem pessoas”. Um entrevistado (*designer*, 25 anos, Curitiba) evocou a ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que temos “a vontade de ver a paisagem sem aquelas pessoas, elas teriam o direito de estarem lá tanto quanto o observador”. Esta é uma situação clara que o entrevistado necessitaria de melhores informações sobre o ambiente (fragilidade do arenito e riscos).

Fig. 19 – Percepção sobre presença de pessoas e movimentos



Foto: Evandro Pinheiro

As fotos da Figura - 19 estavam montadas no painel com o título “Visitantes”, com intuito de lembrar ao entrevistado que ele também “estava” ou “fazia parte” do quadro. No formulário, o título o lembrava que ele teria encontrado pessoas durante seu passeio e que deveria comentar se as imagens representavam algum momento em que ele permaneceu no Parque.

Tivemos 11 (36%) comentários negativos confirmando o quadro acima, como por exemplo, “com menos pessoas seria melhor”; as fotos estão de acordo com meu passeio”. Um deles foi aquele comentário contraditório citado na análise da Tabela 13.

Dez entrevistados, em dias e meses diferentes, se expressaram sob formas diferentes que teriam presenciado menos pessoas comparando-se à figura e que não se importavam; classificamo-os como indiferentes em relação aquele fluxo de pessoas.

Por outro lado recebemos 9 citações de forma positiva quanto àquela situação, através de comentários como “pessoas mais amistosas”; “visitantes interagindo com o ambiente sem alterar sua beleza”; “interessante o acesso das pessoas”; “encontro com a natureza, sintonia entre humanos e a ecologia” (artista plástica, 36 anos, Ctba). Outro (auxiliar administrativo, 28 anos, Ctba), percebeu como “confraternização e vontade coletiva”.

Fig. 20 – Qual a percepção sobre o ambiente natural e construído

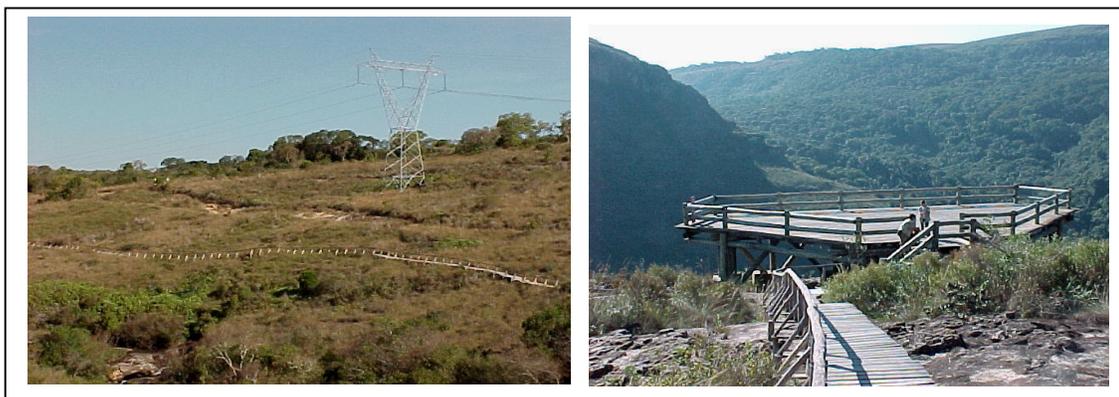


Foto: Evandro Pinheiro

A Figura 20 compõe-se de duas imagens exibindo o ambiente construído e o natural. Com elas pretendia-se registrar as percepções dos entrevistados ao caminharem nas passarelas, muito próximos à rede de alta tensão. A imagem do mirante deveria remeter as lembranças do visitante ao momento em que vislumbrava a paisagem do *canyon*. Registramos 91% das citações com frases favoráveis as estruturas, sendo as mais citadas: “estruturas bem planejadas”; intervenção foi mínima”; facilita a vida dos visitantes”; modificou o ambiente para fornecer infraestrutura/ mal necessário”.

Apenas um entrevistado comentou sua percepção sobre a rede de alta tensão citando que “era essencial para o desenvolvimento”. Dessas impressões, a penúltima denotou alguma percepção sobre a harmonia do conjunto natural e construído; as demais expuseram uma visão pelo racional. Um visitante foi mais pragmático ao comentar que a “madeira dura pouco, deveriam substituir por concreto”. Os seus valores racionais, o levaram a essa percepção (engenheiro, 65 anos, T. Borba).

Dois visitantes comentaram que a passarela “não condiz com o ambiente” (comércio exterior, 36 anos, Ctba) e que as estruturas eram “agressivas, geravam poluição visual”(advogado, 35 anos, Ctba).

Denota-se que não houve qualquer comentário recordando o momento vivido, experimentadas as sensações ao caminharem pela passarela e apreciado a paisagem percebida do mirante. A pergunta era ‘como você vê e entende essas construções?’.

Esperávamos algum comentário voltado às lembranças ainda que o questionamento se voltasse ao racional. Ou seja, reconhecemos que a pergunta não foi bem formulada, pois ela se já se posiciona diretamente à paisagem artificial. Poderíamos tê-la formulada de forma mais aberta, sem qualquer menção as construções.

O racional superou o emocional nesta análise, dando outra forma à interação visitante - ambiente, enfatizada nos mecanismos cognitivos. Embora já houvéssemos explorado o emocional-sensorial através da Figura 16, foram duas abordagens distintas.

Na Fig.16 se objetivou compreender como a paisagem foi percebida e na Fig.20 como o visitante percebia o ambiente construído no natural.

7. CAPÍTULO IV – A PERCEPÇÃO E A CONDUTA DO VISITANTE NO PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ

“Os fatos devem ser interpretados e discutidos a partir de suas expressões, isto é, através da totalidade de suas mensagens” (Paulo C.C.Gomes)³⁵.

A citação de GOMES (1996, p.33) nos remete à Figura - 02 (p.41) , na qual procuramos representar, na relação de topofilia, os componentes formadores do ambiente, ou produto turístico. Os mesmos, percebidos, observados, sentidos e vivenciados, podem condicionar à maior ou menor interação do visitante, como resultante dos mecanismos cognitivos e perceptivos.

No processo cognitivo, o ambiente é percebido através da expressão de seus atributos que lhe conferem o grau de integridade. O perceptor o interpreta condicionado aos seus valores individuais.

Alguns desses valores poderiam estar relacionados ao nível de escolaridade e/ou conhecimento, nos levando a supor que o bom nível apresentado pelos entrevistados condicionaria a maior compreensão sobre o ambiente visitado, ou ao menos, maior pré-disposição a interagirem com o meio.

Por outro lado, a simples curiosidade ou condutas displicentes, conforme constatado a campo, não os pré-disporia a “receber”, ou perceber as “mensagens” do ambiente, e melhor compreender sobre, e para, sua interação durante a visitação.

Outro impeditivo se evidenciou através da falta de clareza e imagem distorcida sobre a permissividade de atividades no PEG, seja por desconhecimento do visitante ou por falhas no processo de recepção e orientação aos visitantes.

Enunciamos assim, três hipóteses com as quais procuramos demonstrar que o envolvimento do visitante, através de informações e a integridade ambiental, contribuirá a compreensão sobre a prática das atividades de lazer no PEG, os reflexos no ambiente e seu comprometimento na conservação do mesmo.

³⁵ GOMES, Paulo C.C. **Geografia e Modernidade**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1966.

HIPÓTESE – 1. O desconhecimento pelo visitante, sobre a sua conduta nas atividades de lazer no Parque Estadual do Guartelá, compromete a sua participação na conservação da integridade daquele ambiente.

Nossa referência ao conceito “conhecimento”, no enunciado, procurou não se ater tão somente ao “saber” sem valor de julgamento. A aplicação buscou maior abrangência, ou mesmo filosófica, ao que FERREIRA (1975, p.365) define como “à apropriação do objeto pelo pensamento, como quer que se conceba essa apropriação: como definição, como percepção clara, apreensão completa, etc”. Entendemos ainda que “tomar consciência de” também se refere ao “conhecimento”, sendo que adotamos de FERREIRA (1975, p.367), além do conceito já citado no Capítulo I sub-título 4.3, a definição de consciência como “faculdade de estabelecer julgamentos morais dos atos realizados”, e também “conhecimento imediato da sua própria atividade psíquica”.

Expomos assim que o conhecimento, ainda a ser apreendido sobre algo, é construído com a interpretação, esta conceituada como tomada de consciência posterior à percepção. Evidenciamos em nossa base teórico-conceitual a influência direta dos valores pessoais na construção do conhecimento sobre o ambiente percebido e vivido.

Os entrevistados apresentaram um perfil com valores de intelecto que, a princípio, lhes creditariam condições a maior compreensão (processo racional) sobre o seu papel no ambiente visitado. Isto não veio se confirmar, ou não ficou claro, pelas respostas das Tabela 12 e 14, onde a primeira expressa o que os motivava e a segunda, o que gostariam de praticar no PEG. Eram motivados (intuitivo/ emocional) pela curiosidade descompromissada, diverso do comentário de COLLOT, não obstante não podermos desconsiderar os motivos inconscientes ou subliminados.

Gostariam também de praticar atividades radicais, mesmo sabendo que naquela UC são permitidas apenas atividades mais passivas, conforme respostas da Tabela 13. Esses desencontros nos lembram BUTTIMER (1982) ao abordar que a percepção e a compreensão não se coincidem no processo experiencial.

A análise da Tabela 21, corroborou nesse entendimento ao nos mostrar um visitante ansioso por mais atividades de lazer, nem sempre compatíveis ao objetivo de

uma UC. O estranho busca formar o seu lugar familiar ainda que pelo curto momento de permanência; transpor a insegurança do desconhecido à segurança do conhecido. Tais posicionamentos refletiram fielmente a percepção do visitante, mas não demonstraram maior compreensão sobre o ambiente, levando-o a condutas não condizentes com o meio, consideradas errôneas sob outros vieses da percepção e conhecimento ambiental.

No dicionário de FERREIRA (1975, p.361) ainda que defina “conduta” como “procedimento moral” e “comportamento”, aqui entendemos, pelas correntes na geografia humanística entre elas a percepção do ambiente, um conceito mais amplo que se aplique aos posicionamentos e posturas, pelo visitante, em situações imediatas à sua percepção. São suas opiniões e comportamentos, ou respostas, orais e corporais, frente ao ambiente que lhe for oferecido para praticar suas atividades de lazer.

AMORIM (1987, p.13) abordando sobre o comportamento ele afirma que “às pessoas se comportam no mundo real não a partir de um conhecimento objetivo desse mundo, mas com base nas imagens subjetivas dele”.

Entretanto nos respaldamos em OLIVEIRA (1977) onde ela entende que na construção do espaço perceptivo “os aspectos perceptivos estão intimamente ligados aos cognitivos” através da experiência e amadurecimento, em que o perceptor ao se defrontar com as variáveis espaço e tempo, ele irá perceber ao seu redor significados de extensão e duração. Ela, comentando que “o mundo físico é tanto perceptivo como representativo” reconhece que a interação, através da percepção, com o meio não se dá apenas com o sentido da visão, sendo clara a diferença entre o ver e o perceber.

Em três questionamentos, resultados expressos nas Tabelas 17 a 20, procuramos investigar como o visitante se posicionava frente aos possíveis impactos que pudessem ser gerados pela sua presença e qual seria a sua responsabilidade na conservação ambiental do PEG. Houve respostas contraditórias e desencontradas quanto aos prováveis impactos, como já exposto anteriormente.

Entretanto, enfatizamos o fato das respostas negativas nas Tabelas 17 e 18, que somam 17 citações, ou seja, 57% dos entrevistados. Estes, ao afirmarem que a visitação em áreas naturais não gera qualquer tipo de impacto, positivo ou negativo, retrata a sua desinformação, não estar consciente, ou mesmo ausência de valores que o

levem à percepção das interações e influências recíprocas entre o homem e o ambiente, sejam elas positivas ou negativas.

Ao indagarmos que temas o entrevistado relacionaria com as visitas em áreas naturais, oferecemos uma listagem para que o mesmo os assinalasse. Percebemos posteriormente que deveríamos tê-los relacionado paritariamente entre os temas positivos e negativos para o equilíbrio de pesos. Ainda assim acreditamos que as respostas em 17% das citações relacionando as visitas aos aspectos negativos condizem com o menor conhecimento sobre os impactos negativos.

Os entrevistados, em sua maioria, imputaram responsabilidade única ao poder público pela conservação ambiental, designando a si como co-responsáveis em menor grau de importância, e menor ainda a importância da participação coletiva (poder público, comunidade local, visitante e voluntários).

Retomando SILVEIRA (2001, p.11), enfatizamos a necessidade do envolvimento de toda a sociedade na determinação de ‘políticas de turismo com suporte na dinâmica local, o planejamento territorial e a gestão participativa resultando num desenvolvimento integrado do turismo sustentável’. Ou seja, o fato de uma boa parcela dos visitantes não ter se sentido responsável, este quadro nos alerta, e questionamos como envolver os visitantes para que os mesmos tomem consciência de seu papel nas interações com o ambiente visitado.

Os resultados nos mostraram: como o ambiente é percebido pelo entrevistado; o que é para ele visitar uma área natural; como sua presença reflete no ambiente; como ele se posiciona na co-responsabilidade da conservação ambiental e como é sua conduta no PEG nos momentos de lazer.

Não estamos analisando meramente sob o ponto de vista de se julgar o certo ou errado, em face da subjetividade do processo perceptivo e cognitivo, mas comparando se a conduta do visitante, levada por seus valores, é *conceitualmente* condizente com os objetivos de uma área protegida, ou uma UC como o PEG.

Foi possível concluir que a maior parte dos entrevistados não estavam preparados, ou munidos de conhecimentos que os levassem a melhor interação com o ambiente através das atividades de lazer permitidas no Plano de Manejo da UC.

Não obstante o bom nível de escolaridade dos visitantes, nem sempre, como demonstrou a amostragem, esse perfil vem a garantir o conhecimento voltado a especificidade das questões ambientais num parque, ou qualquer outra área protegida.

Torna-se portanto essencial a função do gestor e colaboradores do PEG em bem receber e orientar o visitante sobre seu papel e conduta nos espaços e tempo determinados, informando-o sobre o ambiente a ser visitado. Com tal procedimento espera-se agregar valores e conhecimentos, objetivando despertá-lo e envolvê-lo na construção do seu lugar naqueles poucos momentos de interação e influências recíprocas com o ambiente.

Antítese ao enunciado desta hipótese, afirmamos que o visitante sensibilizado, informado e consciente estará comprometido com a conservação da integridade do ambiente no PEG.

HIPÓTESE – 2. O envolvimento dos visitantes, através de informações sobre o Parque Estadual do Guartelá e questões ambientais, poderá levá-lo à tomada de consciência sobre sua conduta na prática das atividades de lazer naquela Unidade de Conservação.

A confirmação da primeira hipótese nos mostrou que o PEG é percebido pelos visitantes sob vieses não condizentes aos objetivos de uma UC quanto a permissividade de atividades em lazer. Conhecimentos, sobre o ambiente e condutas em uma UC, deverão ser agregados aos valores do visitante, oferecendo a oportunidade para que o mesmo se envolva e melhor aproveite seus momentos de lazer.

Em FERREIRA (1975, p.539) observamos que o verbo transitivo direto *envolver* é muito apropriado quando se busca retratar, expressar alguma situação íntima como *cativar*, participativa como *tomar parte*, ou ainda de responsabilidade como *trazer em si* e *se comprometer*. Ou seja, a sua aplicação nessa dissertação explicita que o visitante deva se comprometer com o ambiente, trazendo para si também a responsabilidade e seu papel na conservação do PEG.

Entretanto, estará aquela UC contribuindo para esse processo? Que informações e orientações, escritas e/ou verbais, estão sendo repassadas aos visitantes na recepção e ao longo das trilhas? Quais procedimentos, atividades ou mecanismos que estão sendo adotados que propiciem e facilitem ao visitante interpretar e se interagir com o ambiente?

Confrontando-se as Tabelas 15 e 16 e o Gráfico 4, identificamos que 7 entrevistados consideraram *não ter recebido orientações* e 6 disseram que as orientações *não foram claras*, ou seja, 13 pessoas, ou 43%, se mostraram insatisfeitos. Mesmo sendo um número expressivo devemos analisar o que representam as 17 citações afirmando que as orientações foram claras.

O primeiro contato das pessoas é no Centro de Visitantes onde se cadastram, recebem um croqui do traçado do caminho que deverão percorrer e algumas poucas explicações, normalmente de estagiários e/ou monitores voluntários. Os modelos do cadastro e do croqui se encontram em anexo. Em locais estratégicos, previamente determinados, se dispõem outros monitores para orientar e fiscalizar os visitantes quanto aos seus comportamentos, como: não sair da trilha, não tirar plantas e pedras e não andar pela Ponte de Pedra, por exemplo.

Tendo acompanhado todos os passos, podemos afirmar quanto a superficialidade naqueles procedimentos verbais, que se evidencia também no material informativo já citado. Não há qualquer atividade em educação ambiental de forma interativa com o visitante. O que constatamos não condiz com os preceitos em se oferecer uma UC ao uso público para lazer e educação ambiental. Portanto, o que ficou claro aos 17 entrevistados?

Retomando-se conclusões da hipótese anterior, lembramos que a percepção do visitante não foi “*conceitualmente* condizente com os objetivos de uma área protegida, ou uma UC como o PEG”. Ao perceptor foi suficiente naquele momento saber tão e somente onde e por onde ir até os atrativos, sendo informado na maioria das vezes em que escutamos, que “*não tem erro, é só seguir a estrada..mas deve ter alguém lá em baixo que poderá indicar por onde ir..*”.

Talvez tenha sido a razão de 28% das citações na Tabela 21 sugerirem mais informações e orientações. Ainda nas Tabelas Auxiliares, Anexo-3, detalhamos que

sinalização foi o item mais votado como ruim e regular, referenciando também o *material impresso* com esses adjetivos.

O sistema de sinalização é o mesmo desde a inauguração, portanto, com sete anos instalado já vem se deteriorando. Os pictogramas adotados nas sinalizações, muitos ainda confusos, não tratam da interpretação ambiental, assim como as abordagens pelos monitores também não satisfazem este quesito.

Quando afirmamos que informações e orientações deveriam agregar novos valores, para o nosso público em questão, questionávamos se, ou o que, o PEG estaria contribuindo para envolver o visitante e levá-lo a tomar consciência sobre sua conduta na prática das atividades de lazer naquela Unidade de Conservação.

Comprovamos que os procedimentos, adotados atualmente no PEG, não estão oportunizando informações e atividades ao visitante, de forma que possa contribuir ao seu envolvimento e comprometimento com os objetivos daquela Unidade de Conservação. Assim, parcela expressiva de visitantes está vivenciando aquele ambiente, levada tão somente por sua percepção e intencionada em praticar atividades nem sempre condizentes com a UC.

Como já afirmamos no sub-título 4.3., “ho ssa conduta e atitudes são estabelecidas pelo racional e emocional que processa as informações e imagens do ambiente, que poderão ou não motivar o visitante, estabelecendo-se assim o nível de satisfação” segundo a integridade que se apresenta o ambiente.

HIPÓTESE – 3. A integridade do ambiente determinará o grau de satisfação dos visitantes.

Estamos considerando em nossa dissertação como *integridade do ambiente* a disposição bem ordenada, em conjunto harmônico entre os componentes formadores de um todo, no caso, o ambiente visitado, ou ainda, o produto turístico. Essa ordenação no ambiente natural se dá sob as leis da natureza, regidas única e diferencialmente em cada ecossistema, supondo-se não haver interferência do homem.

No ambiente construído (infra-estrutura) e social (prestação de serviços) teremos critérios e normas, conceitualmente e legalmente aceitas, pré-estabelecendo condições e procedimentos na ocupação e uso dos espaços e prática de atividades diversas, entre elas as de lazer.

Temos portanto os atributos naturais e os regidos pelo homem, a ser percebidos, experimentados e avaliados pelo visitante, sob processos perceptivos e cognitivos, na sua conduta ao praticar atividades de lazer no PEG.

Percepção e atitudes são discutidas na obra de SCHIFF (1973) onde a autora enfoca que são recíprocas as interferências vindo a influenciar o comportamento individual frente a algo que lhe é oferecido a experienciar. Em nosso estudo, frente ao ambiente vivido, espera-se atribuição de valores aos seus componentes: paisagem natural, infra-estrutura e serviços.

No processo cognitivo, o ambiente é percebido através da expressão de seus atributos que lhe conferem o grau de integridade. O perceptor o interpreta condicionado aos seus valores individuais. Por conseguinte, a satisfação ou insatisfação é algo subjetivo, e responde se o que ele percebeu e vivenciou era dotado de atributos que correspondessem ao desejo ou à expectativa para seu momento de lazer.

Nesse contexto, a base da nossa discussão foi a análise qualitativa das respostas. Os comentários dos entrevistados evidenciaram sua interatividade e satisfação, nos levando à compreensão e percepção do visitante naqueles momentos.

Através do Gráfico-3 evidenciamos que os visitantes estão satisfeitos com os atrativos, infra-estruturas, e as atividades oferecidas, itens avaliados como bons por mais de 80% dos entrevistados. Os serviços, mesmo com restrições, como já abordado anteriormente, também foram bem avaliados mas, situando-se pouco acima do índice de 70%.

Assim, nessa análise quantitativa, aquele ambiente estaria íntegro conforme as citações registrando o nível de satisfação dos visitantes. Imagens e informações (atrativo – estrutura – serviços), estão estimulando os sentidos e sendo processadas pelo racional e emocional do visitante, ou seja, ele está recebendo a expressão da realidade através de seu processo mental de interação com o ambiente. Nesse ponto

temos claro que o visitante percebeu de forma satisfatória a integridade do ambiente naquele momento.

Concordando que a percepção e a compreensão não são coincidentes no processo experiencial, acreditamos que o mesmo visitante poderá reconsiderar seus valores a partir do instante em que receber novas informações, ou ainda, ser envolvido, considerando-se conceitos e procedimentos no uso dos espaços e prática de atividades de lazer no PEG.

Esse foi o intuito da metodologia adotada ao se mostrar imagens já vistas pelo visitante; buscar a sua compreensão não estando mais presente frente as paisagens, mas levado por sua percepção passada, sua memória e imagens indutivas o levando ao racional. RODRIGUES (2001, p.32) reporta que na construção e interação com o lugar “objetos e lugares podem ser percebidos por meio dos sentidos, imaginados ou lembrados”. Imaginados, num momento anterior a sua presença e lembrados, nos momentos posteriores em convívio social ou solitariamente buscando reminiscências dos momentos vivenciados.

A primeira experiência do visitante ocorre ao sair do Centro de Visitantes para sua caminhada, vislumbrando-se com uma paisagem ampla e distante, propiciando imediatos momentos de reflexão ou espanto, sempre de forma positiva.

Em poucos minutos ele é submetido a perceber quase a mesma paisagem com a inserção de uma estrada com pedras irregulares, levando-o a outras observações sobre o ambiente construído já em primeiro plano. Ainda assim consideraram pouca interferência e que a obra de acesso foi necessária. A sensação do vento foi recordada como algo satisfatório, agregando boas lembranças. Nenhum dos entrevistados chegou a comentar falhas e erosões ainda presentes ao longo da estrada, o que nos leva a concluir que o conjunto foi valorizado pelo perceptor, sobrepondo-se aos detalhes.

Os atrativos principais, Mirante e Cachoeira Ponte de Pedra, são os locais onde os visitantes permanecem por mais tempo, em face da estrutura e das paisagens que são percebidas, além das posições estratégicas quanto as distâncias e tempo nas caminhadas. Naqueles instantes, a percepção predomina no processo experiencial, estimulando os sentidos e agregando valores que serão posteriormente lembrados e compreendidos. Ali, estão vivenciando o ambiente pela visão da paisagem, na audição

dos andorinhões e das águas, pelo olfato ao sentir os odores da vegetação e a sensação dos ventos.

O contraste da queda d'água com a montanha, o rio Iapó, e a profundidade do *canyon*, formam um conjunto harmônico que envolveu de forma positiva, de acordo com os comentários dos entrevistados. Ressalva feita quanto ao local de visualização da Cachoeira Ponte de Pedra que desejariam estar mais próximo do atrativo, construindo-se pequeno mirante num degrau abaixo nas formações rochosas.

Essa interferência nos arenitos, des preocupada com a fragilidade do meio, é constatada também ao comentarem sobre a Figura-18, provavelmente por desconhecimento do que é permitido numa área natural, como já abordamos. Por outro lado, os questionamentos quanto a presença de pessoas interferindo num campo visual da paisagem que é oferecida à percepção dos visitantes, denota sua intenção em visualizar tão somente o ambiente natural.

Entretanto, o visitante deve estar consciente que ele também “está” no ambiente, como perceptor ao vivenciá-lo ou percebido pelas outras pessoas. Essa é uma contradição constatada através dos comentários sobre a Figura-19. Enquanto 36% perceberam o excesso de pessoas em desarmonia para aquele ambiente, 64% se mostraram indiferentes ou até mesmo encararam positivamente. Nesta análise não fizemos distinção entre o natural e o construído, mas as pessoas em processos dinâmicos de interação (caminhadas – fotografias – uso dos espaços e lugares).

Utilizando a Figura-20 buscamos a compreensão da percepção sobre o conjunto formado pelo ambiente construído, e necessário, no ambiente natural oferecido para a prática do ecoturismo. Pretendíamos que daquelas interações se fixassem sensações que seriam posteriormente “sentidas” nas recordações. Não atingimos esse objetivo, sendo que o racional superou o emocional, ao constatarmos quase a totalidade das opiniões favoráveis ao conjunto paisagístico formado pelas estruturas, relevo e vegetação. Dois visitantes comentaram que mesmo interferindo na paisagem, consideravam como “mal necessário”, não opinando com isto como negativo. Somente dois entrevistados foram desfavoráveis às passarelas.

Das nossas explanações nesta hipótese, fundamentadas nas percepções dos entrevistados, acreditamos ter concluído que os visitantes avaliaram satisfatoriamente

o conjunto formado pelos ambientes natural, construído e o social, não obstante a menor influência destes dois últimos. Ou seja, o ambiente natural foi a maior expressão para que o ambiente visitado fosse percebido como íntegro pelo visitante.

A análise qualitativa nos mostrou que os sentidos lembrados os remetiam tão somente ao processo emocional, não ocorrendo a posterior uma compreensão racional dos atributos em todos, ou parte, dos componentes.

8. CAPÍTULO V – DAS PERCEPÇÕES ÀS CONSTATAÇÕES NA BUSCA DE UMA SITUAÇÃO DESEJADA – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao postularmos o problema questionamos “qual a percepção e compreensão dos visitantes no Parque Estadual do Guartelá, Tibagi-PR, sobre a atividade turística/ de lazer e o ambiente que lhe são ofertados como *produto turístico*”.

Na busca de respostas ao problema e identificar o quadro momentâneo dos atores e fatores intrínsecos ao tema, estabelecemos como objetivo geral “compreender a percepção dos visitantes sobre as relações entre o Ambiente e as Atividades Turísticas que se desenvolvem no Parque Estadual do Guartelá”.

Não se estabelecendo como pressupostos, mas afirmações que deveriam ser testadas através da análise da evidência dos dados empíricos, enunciamos três hipóteses particulares.

- O desconhecimento pelo visitante, sobre a sua conduta nas atividades de lazer no Parque Estadual do Guartelá, compromete a sua participação na conservação da integridade daquele ambiente.
- O envolvimento dos visitantes, através de informações sobre o Parque Estadual do Guartelá e questões ambientais, poderá levá-lo à tomada de consciência sobre sua conduta na prática das atividades de lazer naquela Unidade de Conservação.
- A integridade do ambiente determinará o grau de satisfação dos visitantes.

Elas exprimem idéias cuja demonstração permitiu alcançar as várias etapas na construção total do raciocínio, levando em conta o quadro atual em contraposição ao teórico, ou ainda, a uma situação desejada.

Nossa base teórico-conceitual e pesquisas a campo, fundamentando a comprovação das hipóteses, nos levaram as seguintes principais constatações, *que*:

- Os valores de intelecto não garantiram os conhecimentos voltados às questões ambientais e nem creditaram, ao visitante, condições a maior compreensão sobre sua conduta no PEG;
- O ambiente no PEG é percebido sob outros vieses da percepção e conhecimento;
- O visitante gostaria de praticar outras atividades de lazer, nem sempre compatíveis com os objetivos de uma Unidade de Conservação;

- Os visitantes não têm uma percepção clara sobre os possíveis impactos negativos que possam ser gerados pela visitaç o;
- Os entrevistados n o se sentem co-respons veis na conserva o ambiental;
- O processo de recep o e orienta o aos visitantes se apresenta falho por falta de clareza nas informa es, assim como est  deteriorado o sistema de sinaliza o;
- Os procedimentos adotados atualmente no PEG n o est o oportunizando, ao visitante, conhecimentos sobre o ambiente e condutas, de forma que possa contribuir ao seu envolvimento e comprometimento com os objetivos daquela UC;
- Os atributos do ambiente constru do e o social pouco interferiram na avalia o e determina o do grau de satisfa o dos visitantes;
- Em muitas situa es o racional superou o emocional, enfatizando-se os mecanismos cognitivos sobre os perceptivos, ao constatarmos opini es favor veis ao conjunto paisag stico formado pelas estruturas, relevo e vegeta o.
- Os entrevistados n o fizeram coment rios desabonadores ao ambiente natural;
- Ao presenciar os dois principais atrativos, Mirante e Cachoeira Ponte de Pedra, a percep o predominou no processo experiencial, estimulando os sentidos e agregando valores que ser o posteriormente lembrados e compreendidos;

Esses t picos nos levam a concluir, respondendo o problema, que a atividade tur stica e o ambiente no PEG, ofertados aos visitantes, s o percebidos e compreendidos sob vieses diversos dos valores conceitualmente concebidos a uma  rea natural, principalmente uma Unidade de Conserva o.

S o valores individuais dos entrevistados, entre eles os valores do intelecto e conhecimento, que os levaram a uma percep o e conduta, avaliando positivamente a integridade do ambiente e agregando assim valores de satisfa o. Na conduta adotavam posturas descomprometidas e displicentes. N o procede qualquer afirma o que o visitante esteja errado, pois   a sua subjetividade nos processos perceptivos e cognitivos. Podemos sim, compararmos com os objetivos pr -estabelecidos no Plano de Manejo do PEG.

Recordamos que o Plano de Manejo objetiva assegurar a integridade da UC ao se estabelecer normas para visita es, ordenando as atividades de forma a evitar

grandes perturbações ambientais. A permissividade do acesso, assim como a forma, intensidade e quais atividades poderão ser exercidas nessas áreas, está condicionada aos aspectos legais do SNUC - Sistema Nacional das Unidades de Conservação.

Releva-se o fato de que o ambiente foi percebido pelos visitantes como um conjunto harmônico das características físico-geográficas e biológicas, ou seja a paisagem natural, percebida como íntegra, lhes conferiu um alto grau de satisfação. Aquele ambiente favorece ao envolvimento, aos momentos únicos de reflexão e percepção por meio dos sentidos, imaginados, estimulados e lembrados.

Retomando-se DEL RIO (1996), em que ele conceitua a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente através de mecanismos perceptivos e cognitivos, observamos que ela pode ser agregada em valores para melhor interação do indivíduo com o ambiente na prática de suas atividades, entre elas as de lazer.

A compreensão nos remonta ao racional e experiencial, podendo ser formada ou desenvolvida recebendo informações e construindo-se conhecimentos antes e durante os momentos de lazer. Posteriormente aqueles momentos, novos enfoques poderão vir à tona ao se buscar reminiscências através dos sentidos lembrados.

A construção do conhecimento, ou a transmissão de informações, notadamente em UCs, tem sua eficácia e eficiência através de técnicas em educação ambiental. Nos momentos de lazer, ainda que disponham de pouco tempo, as pessoas estando mais receptivas podem ser envolvidas e levadas a interagirem e adotarem condutas compatíveis com o ambiente visitado.

Esses procedimentos e melhorias nas comunicações não vêm sendo adotados no PEG, gerando falhas no envolvimento com os visitantes e não agregando valores aos mesmos. Vindo pois a comprometer dois objetivos primários do PEG, que é ‘propiciar condições ao lazer na natureza e ecoturismo e promover a interpretação e educação ambiental’ (BRASIL, 2000).

Supondo-se uma situação ideal, esquematizamos abaixo, conceitualmente e com base nos estudos realizados no P.E.G., a atividade turística interagindo de forma integrada com o ambiente construído e a paisagem percebida experiencialmente.

PERCEPÇÃO E ENVOLVIMENTO DO VISITANTE EM ÁREAS NATURAIS

O QUE LHE É OFERECIDO A PERCEBER E VIVENCIAR

Integridade do Ambiente	Natural	(atrativo)
	Construído	(infra-estrutura)
	Social	(prestação de serviços)
Informação	O que?	Características físico-geográficas e biológicas Normas e procedimentos – tempo, intensidade, etc. Atividades e locais permitidos
	Como deve ser transmitida ?	Interativa e constante: pessoalmente, folhetaria e sinalizações

TOMADA DE CONSCIÊNCIA E CONDUTA

Como o ambiente é percebido?	estímulos aos sentidos e processo cognitivo	→	interpretação tomada de consciência
Compreensão	Onde ele está Condutas	→	interações e influências recíprocas durante as visitas

ENVOLVIMENTO COMO VISITANTE E CIDADÃO

Avaliação satisfatória com a integridade do ambiente

Comprometimento e participação	Na conservação do ambiente
	Na propagação das idéias

SOBRE INTEGRIDADE DO AMBIENTE E INFORMAÇÃO

A Assembléia Geral das Nações Unidas, reunida em Estocolmo em 1972, através da Declaração sobre o Ambiente Humano, expressou a convicção de que

“o homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e pela fauna silvestres, bem assim o seu habitat, que se encontram atualmente em grave perigo por combinação de fatores adversos. Em conseqüência ao planejar o desenvolvimento econômico, deve ser dada a devida importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres”. (UNEP, 1972)

O Turismo como atividade econômica também se insere neste contexto, notadamente o Turismo em Áreas Naturais por envolver as questões ambientais, forte razão na sua composição dos produtos turísticos.

Entretanto o crescimento do turismo tem seguido o mesmo modelo centralizador da economia mundial, insustentável e levado mais pelos interesses econômicos, idealizado e vendido nem sempre de forma responsável em face dos destinos não disporem de estruturas físicas e humanas compatíveis com a crescente demanda por ambientes ainda naturais. Estes devem ser planejados de acordo com suas características físico-geográficas e biológicas e com participação da comunidade.

O que vem ocorrendo, e o PEG não fugiu à regra, é que os visitantes, ainda em boa parte, não têm se importado muito com a presença cada vez maior de pessoas num mesmo espaço, ao mesmo tempo, praticando atividades de lazer sob diversas intensidades. Seus valores pessoais lhes induzem a uma percepção e compreensão mais voltados ao meio urbano, ou ainda ao turismo massivo. Como já citamos anteriormente e enfatizando nessa conclusão, 64% dos entrevistados se mostraram indiferentes ou até mesmo encararam positivamente a forte presença de pessoas.

Torna-se pois fundamental que no planejamento em áreas naturais sejam enfocados processos de envolvimento dos visitantes levando-se em conta mecanismos perceptivos e cognitivos pois através deles é que se dá a percepção como processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente.

SOBRE TOMADA DE CONSCIÊNCIA, CONDUTA E ENVOLVIMENTO

Durante as caminhadas o visitante poderá estar construindo conhecimentos com a interpretação do ambiente, ou seja, tomando consciência do que é percebido. Do conhecimento à compreensão, esse processo cognitivo o leva a condutas coerentes com os valores agregados, passando ao maior ou menor envolvimento e interação com o meio. A interatividade pode levá-lo a um grau de satisfação e conseqüente postura de defesa ou comprometimento com as causas ambientais.

Na reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Quito, 1967, sobre Conservação e Utilização de Monumentos Históricos, abordando questões de interesse social e ação cívica, citam que

“Nada pode contribuir melhor para a tomada de consciência desejada do que a contemplação do próprio exemplo. Uma vez que se apreciam os resultados de certas obras de restauração e de revitalização de edifícios, praças e lugares, costuma ocorrer uma reação favorável de cidadania que paralisa a ação destrutiva e permite a consecução de objetivos mais ambiciosos.”(OEA, 1967)

Tal posicionamento pode ser extensivo também a proteção do ambiente natural, cabendo aos gestores de áreas naturais, neste caso o PEG, implementarem projetos que se tornem exemplos na gestão de UCs, com ações em educação ambiental. Entretanto não há qualquer atividade em educação ambiental de forma interativa com o visitante. O que constatamos não condiz com os preceitos em se oferecer uma UC ao uso público para lazer e educação ambiental.

Corroborando com nossas conclusões, encontramos ainda na Declaração sobre o Ambiente Humano, elaborada na Assembléia Geral da ONU, 1972, Estocolmo:

“É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como aos adultos, dando atenção especial às populações menos privilegiadas, a fim de criar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspiradas no sentido de sua responsabilidade em relação à proteção e melhoria do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.”(UNEP, 1972)

Para que os visitantes se sintam responsáveis em relação à conservação ambiental e correta divulgação dos destinos turísticos em áreas naturais, eles devem

ser envolvidos e esclarecidos sobre as questões ambientais e as influências recíprocas na prática das atividades de lazer.

A Agenda-21, documento produzido na Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, RIO-92, reafirmando a Declaração de Estocolmo-72, contribui sobremaneira e conclusiva nossa exposição:

“O melhor modo de tratar as questões ambientais é a participação de todos os cidadãos interessados no nível correspondente. No plano nacional, qualquer pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive a informação sobre os materiais e as atividades que ocasionem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar nos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e incentivar a sensibilização e a participação da população, colocando a informação à disposição de todos.” (RIO, 92)

VISÃO E EXPECTATIVA FUTURA

Em face das premissas relatadas, esquema anterior e os comentários sobre o mesmo, traçamos em tópicos algumas expectativas para o PEG, na busca de uma situação exequível:

- Visitante bem informado, envolvido, participante e comprometido;
- Ações de sensibilização e envolvimento sendo exercidas com os visitantes;
- Materiais promocionais e informativos, como folhetarias, cartazes, etc, atualizados,;
- Material didático e técnicas em educação e interpretação ambiental adotadas;
- Guardas-parque, Monitores e Condutores capacitados;
- Sistema de sinalização devidamente atualizado e instalado;
- Ambiente construído com programa de manutenção periódica estabelecido;

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1970

AB' SABER, A.N. Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: ____; Muller-Planteberg, C. (Orgs.). **Previsão de Impactos: O estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul**. São Paulo: EDUSP, 1998.

ALVES, Marcos Cruz. Conscientização turística em Antonina – PR, **Turismo em Análise**, USP - São Paulo, SP, v.10, n.1, p.75-91, mai.1999.

ALVES-MAZZOTTI, Alda & GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**, São Paulo, Pioneira, 1998.

AMORIM F^o O.B. O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na Geografia, *in*: AMORIM F^o O.B.; CARTER H.; KOHLSDORF M.E. **Percepção Ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano**, Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, publicação especial n^o 5, 1987, 42p.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**, Campinas, SP, Papirus, 1991, 108 p.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: Yázigi, E. et al. (Org.). **Turismo espaço paisagem e cultura**. 2^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 181-192.

BERTRAND, George. **Geossistema**, palestra proferida no Depto. Geografia, UFPR, Curitiba, 21/10/97.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, Coleção Geografia e Sociedade; v.2.

BLEY, Lineu. Morretes: um estudo de paisagem valorizada, *In*: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia (orgs), **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**, São Paulo, Studio Nobel, Universidade Federal de São Carlos, 1996.p.121-138.

BOO, E. O Planejamento Ecoturístico para Áreas Protegidas. In .: Lindeberg, K E Hawkins, D.E. (Ed.). **Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão**. 2^a ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 31-58.

BOLDING, K. E. **The image**. Knowledge in life and society an Arbom. University of Michigan Press, 1956, 118 p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planificación del Espaço Turístico**. México, Trilhas, 1985; 244 p.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**, Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências,

BRITO, Maria Cecília W. Unidades de Conservação: Intenções e Resultados *in* **‘Ciência Ambiental: primeiros mestrados’** . Fapesp, 1998

BROWN, Lester. **Ecoeconomia**, copyrights 2003, EPI-Earth Policy Institute, UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, disponível em www.uma.org.br.

BRUHNS, Heloisa T. O corpo visitando a natureza: possibilidade de um diálogo crítico. *In*: SERRANO, Célia M.T.; BRUHNS, H.T. (orgs.), **Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente**, Campinas, SP, Papirus, 2ª edição, 1999, p.125-140.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**, São Paulo, Difel, 1982, p165-193.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**, São Paulo, Editora Cultrix, 1996, 256p.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**, São Paulo, Contexto, 1991, 152 p.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**, Ed.UFSC, Florianópolis, 2001, 2ª ed., 453p.

CERDEIRA, Paulo Cezar Rizzo. **Percepção do lixo na perspectiva de diferentes atores sociais no ambiente urbano de Paranaguá**, Curitiba, 1999. Tese de doutorado, Departamento de Geociências - Geografia, UFPR.

COLLOT, Michel. **Pontos de vista Sobre a Percepção das Paisagens**. Boletim de Geografia Teórica, vol.20(39), 1990, p.21-32.

CONSELHO DA EUROPA - COMITÊ DE MINISTROS. **Recomendação nº R (95) 9 - S Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas**, Paris, França, set.1995, disponível em <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/recomend95.htm> acesso em 22.06.04

CORREA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, 304 p.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens humanas** in CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs). Paisagem, Tempo e Cultura, Rio de Janeiro, UERJ, 1998, 123 p.

DENCKER, Ada F.M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**, Futura, São Paulo, 1999, 286p.

DALCOMUNE, Maria A. e equipe SEMA/ IAP. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Estadual do Guartelá**, Edital 03/2001, FNMA, SEMA/ IAP, Curitiba, 2003, 240 p.

DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, cidade real. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Lívia (orgs), **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**, São Paulo, Studio Nobel, Universidade Federal de São Carlos, 1996.p.3-22.

DIEGUES, Antonio C.S. e NOGARA, Paulo J. - Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas - U.S.P, São Paulo, 1994

DREW, David. **Processo Interativo Homem – Meio-Ambiente**, São Paulo, DIFEL, 1986, 206 p.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**, São Paulo, Perspectiva, 1976,

_____, 1974. **Sociologia empírica do lazer**, São Paulo, Coleção Debates, SESC, Editora Perspectiva S.A., 1979, 244p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**, 1ª edição, 14ª impressão, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975.

FLORES, Maureen. O impacto da atividade turística no meio-ambiente, p.85-90. In: **Coletânea Turística 2002**, CNC-Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, 2002, 212 p.

GADE, Christiane,1980. **Psicologia do consumidor**, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1980, 186p.

GOMES, Paulo C.C. **Geografia e Modernidade**, Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1996.

HEIMSTRA, Norman W. e McFARLING, Leslie H., **Psicologia Ambiental**, E.P.U/ EDUSP, São Paulo, 1978, 218 p.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico – Município de Tibagi**, Banco de Dados Públicos, Imprensa Oficial, 2004, 34 p.

JOLIVIT, Regis. **Curso de Filosofia**. Livraria Agir Editora. Rio de Janeiro, 1968.

KOHLSDORF, Maria E. *In*: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia (orgs), **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**, São Paulo, Studio Nobel, Universidade Federal de São Carlos, 1996.p.39-60.

KOZEL TEIXEIRA, S. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a "capital ecológica"**. São Paulo: USP, Departamento de Geografia - FFLCH - USP, 2001. (Tese de doutorado)

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**, Campinas, SP, Papyrus, 1988.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia – a noção de região no pensamento geográfico. *In* CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica, *in*: CHRISTOFOLETTI, A. (org), **Perspectivas da Geografia**, São Paulo, Difel, 1982, p.103-142.

MENCIONI, Darlene, et.al. Talvez em 2015, **ISTOÉ**, São Paulo, n.1.719, 11/9/2002, p.76-80.

MOREIRA, R. **O que é geografia?** Coleção primeiros passos, n.48, 14 ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, 133 p.

MELLO, João B.F. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira Geográfica**, Rio de Janeiro, 52 (4): p.91-115, out/dez.1990.

MELO, M. S. *Canyon Guartelá*. *In*: Schobbenhaus, C.; Campos, D. A.; Queiroz, E. T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. (Edit.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 2000. Disponível no Site: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio094/sitio094.htm>, acesso em fev.2003.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**, 2^a ed., São Paulo, Contexto, 2002, 140 p.

MURTA, Stela Maris e GOODEY, Brian . Interpretação do Patrimônio para Visitantes: um quadro conceitual, *in*: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (org). **Interpretar o Patrimônio – um exercício do olhar**, Ed.UFMG, Território Brasilis, Belo Horizonte, 2002, 282p.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Normas de QUITO - Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico**, Quito, Equador, dez.1967, disponível em

<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/recomunesco-62.htm> acesso em 22.06.04

OLSCAMP, Paul. **Introdução à Filosofia**, Rio de Janeiro, Livros Técnic. e Científicos, 1980.

OLIVEIRA, Heloisa G. Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra Cipó, *in*: MURTA, S. M. e ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio – um exercício do olhar**, Ed.UFMG, Belo Horizonte, 2002, 282 p.

OLIVEIRA, Lívía. **Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica**, Revista Geografia, São Paulo, v.2,n.3, 1977, p.61-72

_____. Percepção e Representação do Espaço Geográfico, *In*: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Lívía (orgs), **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**, São Paulo, Studio Nobel, Universidade Federal de São Carlos, 1996.p.187-212.

_____. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. *In* MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salet. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, 265p.

OLIVEIRA, Márcio P. Geografia e Epistemologia: meandros e possibilidades metodológicas. *In*: *Experimental*. São Paulo, FFLCH-USP,v4-5,p.17-27, set.1998.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Turismo Sustentável. *In*_____. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Ed. Roca, 2001. p.243 – 260.

ONU – Conferência Geral sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Carta do Rio**, Rio de Janeiro, Brasil, jun.1992, disponível em <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartario-92.htm>, acesso em 22.06.04.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Gestão Integrado Ilha do Mel**. Curitiba, 1996

_____, Governo do Estado. **Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Paraná**, documento público elaborado por equipe interinstitucional, Decreto Estadual nº 1286, 03.09.99, Curitiba, dez.2000.

PINHEIRO, Evandro. **Percepção sobre o Turismo local pela população de Jaguariaíva-PR**, Monografia para obtenção o título de Especialista em Ecoturismo, Curso de Pós-graduação em Ecoturismo, IBPEX, Curitiba, 2000.

_____. Monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Iapó - ‘reflexos na beleza cênica e uso das águas no P.E. do Guartelá’, *In*: DALCOMUNE, Maria A. e equipe SEMA/

IAP. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Estadual do Guartelá**, Edital FNMA, SEMA/ IAP, Curitiba, 2003, 240 p.

PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico *in* YAZIGI, Eduardo e outros organizadores: **Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo, HUCITEC, 1996, 230p.

PONTY, M.M. **A fenomenologia da percepção**, Martins Fontes, São Paulo, abr.1996, 662p.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço – rumo a um conhecimento transdisciplinar**, 3.ed. Hucitec, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés, 1995. A produção e o consumo de espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In*: **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo, HUCITEC, 1996, p.55-62.

RUSCHMANN, Doris. **Marketing Turístico: um enfoque promocional**, Campinas, SP, Papirus, 1991, 124 p.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável – a proteção do meio ambiente**, Papirus Editora, São Paulo, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 5ª edição, 1997, 124 p.

_____, **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem, *in* CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**, Rio de Janeiro, UERJ, 1998, 123 p.

SCHIFF, Myra R. Considerações teóricas sobre a percepção e a atitude. **Boletim de Geografia Teorética**, Associação de Geografia Teorética, Rio Claro, SP, Ed.Palmeiras, v.3, n.6, 1973, p.47-61.

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (org.). **RIO LIMPO – A intervenção da escola no curso do rio**, Gráfica da Imprensa Oficial – PR, Curitiba, 2002, 157 p.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do Trabalho Científico**, 20ª ed., São Paulo, Cortez, 1996.

SILVEIRA, M. A. T. *Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável*. In: RODRIGUES, A. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 87-98.

_____. Ecoturismo na Ilha do Mel (Paraná – Brasil). **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza: Editora da UECE, 1998(a). P. 138 – 151.

_____. Ecoturismo na Ilha do Mel. In: LIMA, R.E. de; NEGRELLE, R.R.B (Orgs.). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná**. Curitiba: Editora da UFPR; Brasília: CNPq, 1998(b). p.223 – 230.

_____. **Para pensar o território a partir do turismo**, trabalho apresentado no V ANPEGE, USP, São Paulo, 2001, inédito, 14p.

_____. **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional**, tese de Doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, dez.2002, 272p.

SIMÕES, Edda A.Q. e TIEDEMANN, Klaus B. Psicologia da Percepção, in: RAPPAPORT, Clara R. (coord), **Temas Básicos da Psicologia**, v.10-II, Edit.Pedagógica e Universitária Ltda, São Paulo, 1985, 100p.

STCP – Engenharia de Projetos Ltda. **Plano de Manejo do P.E. do Quartelá**, contratado pela SEMA/ IAP, dez.2002. 230p.

TUAN, Y Fu. **Topofilia - Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Ed. Difel. São Paulo, 1980.

_____. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**, São Paulo, Difel, 1982, p.43-164.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**, São Paulo, Difel, 1983.

UNEP – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano**, Estocolmo, Suécia, jun.1972, disponível em <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/estocolmo-72htm>, acesso em 22.06.04

URBAN, Teresa. Do fogo de Prometeu ao temor do CO₂: a longa história da exploração da natureza pela humanidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba. **Anais-volume I**. Curitiba, IAP/ UNILIVRE, 1997, P.388-402.

_____. *Parque Nacional do Iguaçu: Caminho aberto para a vida*. Tempo Integral Editora Ltda., Curitiba, 2002

WESTERN, D. Definindo Ecoturismo. In : Lindeberg, K E Hawkins, D.E. (Ed.). **Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão**. 2^a ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 13-22.

VARGAS, Heliana Comin. **Turismo e valorização do lugar**, periódico Turismo em Análise, v.9, n.1, maio.1998, USP – São Paulo, SP.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar, *In*: NUNES. E.O.(org.) **A Aventura Sociológica – Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**, Rio de Janeiro, Zattán Editores, 1978.

WETTERBERG, Gary B. Use and Conservation of natural resources: where are we headed?. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba. **Anais-volume I**. Curitiba, IAP/ UNILIVRE, 1997, p.124-138.

WILSON, Edward. O. **O Futuro da Vida**, Rio de Janeiro, Ed.Campus, 2002.

XAVIER, Herbe. **Turismo e desenvolvimento local: a percepção geográfica dos lugares**, <http://members.tripod.com.br/herbe>, 13.04.03, 20:00h.

XAVIER, Herbe. **Considerações sobre a Percepção da Paisagem Geográfica**, Caderno de Geografia, v.5, n.6, Belo Horizonte, 1994, p.21-26

_____. **Turismo e Desenvolvimento local: a percepção geográfica dos lugares**, artigo disponível em: < <http://members.tripod.com.br/herbe>, acesso em jul.2003.

YASIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. *In*: CARLOS, Ana F.A.; CRUZ, Rita de C.A.; Yazigi, Eduardo (orgs.). **Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

OBRAS CONSULTADAS

AZEVEDO, Israel B. **O Prazer da Produção Científica**, Ed.UNIMEP, 3^aed.amp.Piracicaba, 1995, 206p.

CORIOLOANO, Luzia N.M.T. **O real e o imaginário nos espaços turísticos** *in* CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs). Paisagem, Imaginário e Espaço, Rio de Janeiro, UERJ, 2001, 227 p.

NOGUÉ I FONT,Joan. **Geografía humanista y paisaje**, Anales de la Universidad Complufense, Madrid, n° 5, p93-107., disponível em <http://www.ieg.csic.es/age/hispengeo/publicaciones>, acesso em outubro de 2002.

_____. **Paisaje y Turismo**, *Estudios Turísticos*, Madrid, 103:35-45, 1989.

SAUER, Carl O. *Foreword to Historical Geography, University of California, jan.1941*. Disponível em:

<http://geography.about.com/gi/dynamic/offsite.htm?site=http%3A%2Fwww.colorado.Edu%2Fgeography%2Fgiw%2Fsauer-co%2fsauer-co.html>, acesso em 30/06/2002.

AGENDA 21 BRASILEIRA – *Base para discussões*. Org. Washington Novaes, Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília MMA/PNUD, 2000.

OMT. Embratur. *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais*. Brasília : MICT, 1996.

CIFUENTES, M. – **Determinación de Capacidad de carga turística en áreas protegidas**, Centro Agronómico Tropical y Enseñaza – CATIE, Turrialba, Costa Rica. 1992,

LINDBERG, K. & HAWKINS, D.E.(org.), **ECOTOURISM: a guide for planners & managers**, The Ecotourism Society, 1st ed., 1993, 175 p.

ANEXO – 01: Formulário utilizado para pesquisas a campo

ANEXO – 02: Impressos utilizados no Parque Estadual do Guartelá;

- Registro de Visitantes;**
- Croqui do percurso para visitaçã**

ANEXO – 03: Tabelas auxiliares sobre as avaliações do ambiente

ANEXO – 4: Autorização de Pesquisa Científica emitida pelo IAP

QUESTIONÁRIO Nº.....

LOCAL.....

DATA :...../...../.....

ENTREVISTADO: Masc. Fem

ATIVIDADE PROFISSIONAL:

- 1. FAIXA ETÁRIA** até 15
 15 a 25 26 a 35 36 a 45
 46 a 55 56 a 64 + de 64

2. ESCOLARIDADE
 1º grau 2º grau 3º grau Curso: _____
 Pós-graduação: Nível _____

3. PROCEDÊNCIA _____

4. COMO TEVE CONHECIMENTO DESTA PARQUE?

5. O QUE MOTIVOU SUA VISITA A ESTE PARQUE?

6. VOCÊ SABE(OU SABIA) O QUE É PERMITIDO FAZER NUMA ÁREA PROTEGIDA OU PARQUE COMO ESTE?

7. QUANTO TEMPO PERMANECEU NO PARQUE _____ h

8. QUAL ATRATIVO MAIS GOSTOU? _____

9. AVALIAÇÃO DO AMBIENTE E ATIVIDADES EM LAZER PERMITIDAS NO PARQUE

ITENS		Ruim	Regular	Bom
Atrativos	Formações rochosas			
	Cachoeira/ Água			
	Pinturas Rupestres			
	Paisagem			
Infra – Estrutura	Centro de Visitantes			
	Acessos/ Trilhas			
	Sinalização			
	Locais p/ banho			
	Pontes/ Passarelas			
	Mirante			
	Sanitários			
	Quiosques			
Serviços	Segurança			
	Monitor/ Condutor			
	Informação/orientação			
Atividades	Material Impresso			
	Caminhadas			
	Banhos			
	Fotografar			
	Apreciar a paisagem			

10. QUAIS ATIVIDADES VOCÊ GOSTARIA DE PRATICAR NO PARQUE? _____

11. RECEBEU ORIENTAÇÕES NO CENTRO DE VISITANTES OU NO PERCURSO DAS TRILHAS?
 NÃO SIM **foram claras p/ você?** _____

12. A VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS GERA IMPACTOS POSITIVOS ? NÃO SIM **Quais?**

13. A VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS GERA IMPACTOS NEGATIVOS ? NÃO SIM **Quais?**

14. QUEM VOCE CONSIDERA COMO OS RESPONSÁVEIS PELA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE?

15. QUAIS ASSUNTOS VOCÊ RELACIONARIA COM AS VISITAS EM ÁREAS NATURAIS?

- Novos conhecimentos
- Viagens
- Festas / eventos
- Lixo / poluição
- História / cultura
- Perigo
- Aumento dos preços na cidade
- Melhoria da infra-estrutura e serviços no município
- Geração de empregos
- Lazer
- Preservação ambiental
- Dinheiro/ vender coisas
- Pessoas estranhas
- Desconforto
- Apreciar a paisagem

16. O QUE SUGERE PARA MELHORAR O PARQUE ?

AS FOTOS REPRESENTAM OS LOCAIS QUE VOCÊ VISITOU.
Comentários sobre as fotos 1 – 2 – 3 e 4

Questionário nº _____

O que as paisagens representaram para você? O que você mais valoriza numa paisagem?
Como você interferiu no ambiente? Você descobriu coisas novas/ sentimentos novos?
E as condições do ambiente interferiram na sua visita?

FIG. 1 e 2 : _____

FIG.3 e 4: O que você sentiu vendo a paisagem da Foto 3 ? Qual o valor da imagem da Foto 4?

FIG. 5: O que você percebe nas duas fotos? Qual seu entendimento ?

FIG. 6: Você encontrou pessoas durante seu passeio. Comente sobre as fotos e se correspondem aos momentos em que você estava no Parque.

FIG. 7 e 8: Como você vê e entende essas construções?

FIG. 9: Comente sobre as placas de sinalização:

PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ
REGISTRO DOS VISITANTES

ENTRADA - DIA: _____	HORA: _____	SAÍDA - DIA: _____	HORA: _____
----------------------	-------------	--------------------	-------------

1) Dados Pessoais do Representante do Grupo

Nome: _____
Documento: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: () _____
Escolaridade: () 1º grau () 2º grau () 3º grau () Pós-graduação Idade: _____ anos
Em caso de emergência avisar : Nome: _____ Tel: _____

NÚMERO DE ACOMPANHANTES _____ **RELACIONAR NO VERSO**

Veículo: _____ Cor: _____ Placa: _____

2) Atividades a desenvolver

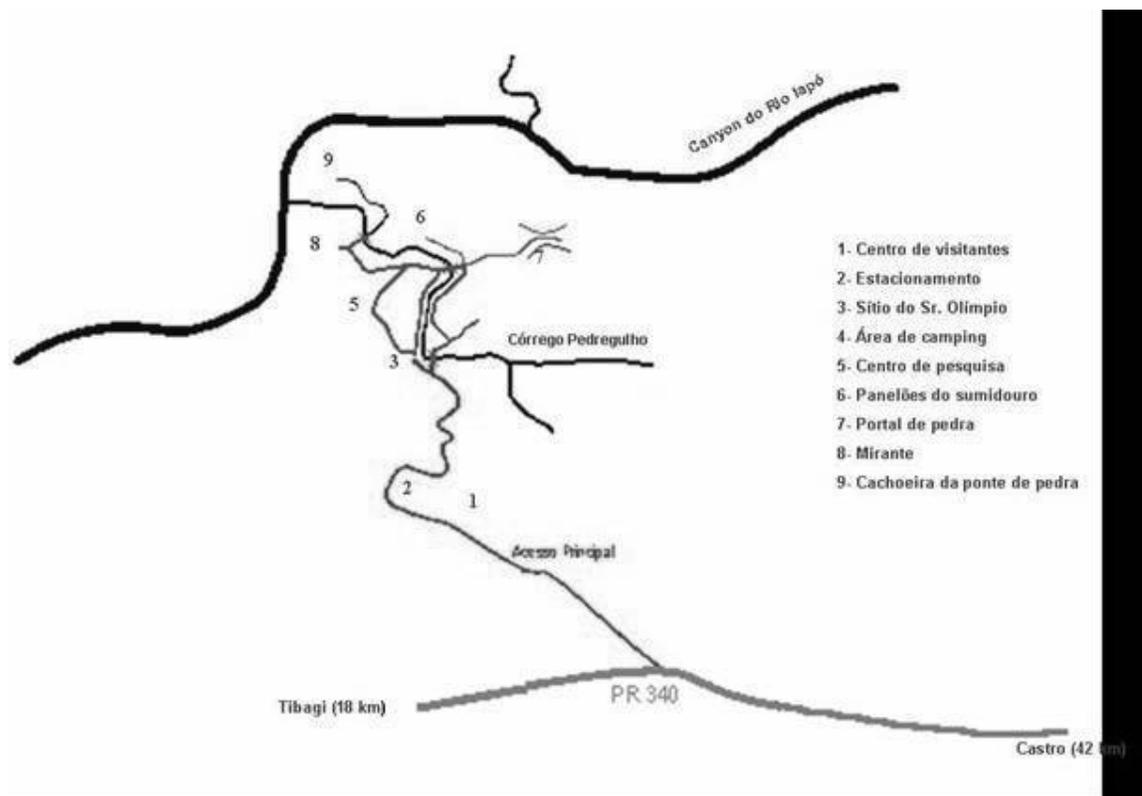
- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Visita Mirante e Cachoeira Ponte de Pedra | <input type="checkbox"/> Pesquisa. Título: |
| <input type="checkbox"/> Interpretação do Ambiente (obs. Flora e fauna) | <input type="checkbox"/> Trabalho escolar |
| <input type="checkbox"/> Sítios Arqueológicos (com condutor) | <input type="checkbox"/> Atividades Místicas |
| <input type="checkbox"/> Gruta da Pedra Ume (com condutor) | <input type="checkbox"/> Fotografia |

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ter recebido as normas escritas, bem como orientações sobre a conduta para visitas nesta Unidade de Conservação, tornando-me responsável pelo Grupo, respondendo pelas ações que possam causar quaisquer danos materiais e ambientais ao Parque, e pessoais, aos demais visitantes e aos encarregados da administração do Parque.

Tibagi, de de 200

assinatura



TABELAS AUXILIARES SOBRE AVALIAÇÕES DO AMBIENTE

Tabela a - Avaliação do Ambiente e Atividades de Lazer Permitidas no Parque

Itens		Ruim	Regular	Bom
Atrativos	Formações Rochosas		1	26
	Cachoeira/ Água		1	24
	Pinturas Rupestres		2	8
	Paisagem			28
	Atrativos		4	86
Infra-Estrutura	Centro de Visitantes		2	26
	Acessos/ Trilhas	2	1	23
	Sinalização	4	5	18
	Locais p/ banho	1	6	13
	Pontes/ passarelas			27
	Mirante			26
	Sanitários	1	1	16
	Quiosques	2	2	5
	Segurança		2	23
	Infra-Estrutura	10	19	177
Serviços	Monitor/ Condutor		2	17
	Informação/ Orientação	2	2	23
	Material Impresso	7	4	7
	Serviços	9	8	47
Atividades	Caminhadas	1		26
	Banhos	2	2	8
	Fotografar	1	1	22
	Apreciar a paisagem			28
	Atividades	4	3	84

Tabela b - Avaliação do Ambiente e Atividades de Lazer Permitidas no Parque - Citações

Itens	Ruim	Regular	Bom	Total
Atrativos		4	86	90
Infra-Estrutura	10	19	177	206
Serviços	9	8	47	64
Atividades	4	3	84	91

Tabela c - Avaliação do Ambiente e Atividades de Lazer Permitidas no Parque - Porcentagens

	Atrativos	Infra-Estrutura	Serviços	Atividades
Ruim	0	5	14	4
Regular	4	9	13	3
Bom	96	86	73	92

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA n.º 028/03

Autorizamos ao Eng. Agrônomo Evandro da Silva Pinheiro, RG n.º 3.936.331-3, responsável técnico pelo projeto “ **Percepção Ambiental e a atividade Turística em áreas protegida**”, a realizar seus estudos no Parque Estadual do Guartelá, no município de Fênix. O pesquisador compromete-se a nos enviar um relatório final do trabalho, bem como cópia de publicações resultantes desse estudo, citando esta autorização nas mesmas.

Esta autorização terá validade até **09 de setembro de 2004**, podendo ser renovada no final do período, após apresentação de relatório, caso haja interesse das partes envolvidas.

Curitiba, 09 de setembro de 2003.

Wilson Loureiro
Diretor - DIBAP